



Mercado de Capitais

Cotação Ação PN 31/03/2017

CLSC4 R\$18,29/ação

Variação no 1T17

CLSC4: 15,1%

Ibovespa: 7,9%

Valor de Mercado em 31/03/2017

BRL 779,0 MM

USD 247,0 MM

Free Float: 75,5%

Outros Indicadores em 31/03/2017

Dívida Líq/EBITDA Aj 12M (Grupo): -0,4x

LPA 1T17 (R\$/ação): 2,64

VPA (R\$/ação): 56,45

Cot./VPA: 0,3x

Para maiores informações, acessar o website www.celesc.com.br/ri ou entrar em contato com a equipe de Relações com Investidores:

Tel: (55-48) 3231-5100

ri@celesc.com.br

Florianópolis – Santa Catarina, **15 de maio de 2017** – Centrais Elétricas de Santa Catarina SA - Celesc (BM&FBOVSPA: CLSC3, CLSC4; OTC: CEDWY), *holding* do setor de energia, com atuação nas áreas de geração, transmissão, distribuição de energia elétrica e distribuição de gás natural, anuncia os resultados do **primeiro trimestre de 2017**. As informações financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas em milhões de Reais (R\$ milhões) de **31 de março de 2017** e foram preparadas de acordo com as regras contábeis brasileiras decorrentes da aplicação efetiva das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

EBITDA Consolidado alcança R\$214,5 milhões no 1T17

Energia distribuída Celesc D cresceu 8,3% nos três primeiros meses do ano

Principais Destaques:

- Elevação de 8,3% na Energia Total Distribuída na área de concessão da CELESC Distribuição, somando 6.494 GWh no 1T17 com destaque para a classe residencial que registrou 11,7% de aumento no 1T17 e os consumidores livres que cresceram 37,7% com relação ao 1T16. Por outro lado, a classe industrial retraiu 28,8% no trimestre;
- Os indicadores de qualidade do serviço apresentaram melhora em relação ao 1T16: o DEC somou 3,58 horas (redução de 1,1%) e o FEC foi de 2,43 vezes (diminuição 5,4%) nos três primeiros meses de 2017;
- A Receita Operacional Líquida Consolidada (sem os efeitos da Receita de Construção) somou R\$1,45 bilhão no trimestre, redução de 7,3%;
- Os gastos com energia (custos não gerenciáveis) retraíram 17,8% (-R\$221,0 milhões);
- Os gastos com PMSO (custos gerenciáveis) reduziram 10,5% (-R\$21,8 milhões);
- O EBITDA Consolidado (IFRS) apresentou alta de 81,6% (+R\$96,4 milhões) influenciada pelo desempenho das subsidiárias Celesc Distribuição (EBITDA R\$196,7 milhões) e Celesc Geração (EBITDA R\$ 22,7 milhões);
- Lucro Líquido Consolidado de R\$101,7 milhões, incremento de 291,7% (+R\$75,7 milhões);
- Os investimentos realizados em geração e distribuição de energia elétrica somaram R\$104,3 milhões;
- O Grupo Celesc encerrou o período com Dívida Líquida Consolidada negativa de R\$272,0 milhões (Caixa líquido positivo), o equivalente a -0,4x o EBITDA Ajustado 12M.
- As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) valorizaram 15,1% no trimestre, superando os principais índices da bolsa brasileira, IEE (10,7%) e Ibovespa (7,9%).

Principais Resultados	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Indicadores Operacionais			
Celesc Distribuição - Energia Distribuída Total (GWh)	5.995	6.494	8,3%
Celesc Geração - Energia Produzida (GWh)	175.718	133.665	-23,9%
SCGÁS - Volume de Gás Vendido (mil/m³)	146.440	153.121	4,6%
Indicadores Financeiros - Consolidado (R\$ Milhões)			
Receita Operacional Bruta	2.974,6	2.626,8	-11,7%
Receita Operacional Líquida (excluindo Receita de Construção)	1.559,1	1.445,2	-7,3%
Custos e Despesas Operacionais	(1.600,0)	(1.381,3)	-13,7%
EBITDA (IFRS)	118,1	214,5	81,6%
Margem EBITDA (IFRS)	7,6%	14,8%	
EBITDA Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	116,2	214,5	84,6%
Margem EBITDA Ajustado	7,5%	14,8%	
Lucro Líquido (IFRS)	26,0	101,7	291,7%
Margem Líquida	1,7%	7,0%	
Lucro Líquido Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	24,7	101,7	311,4%
Margem Líquida Ajustada	1,6%	7,0%	
Investimentos Realizados em Geração e Distribuição de Energia Elétrica	94,9	104,3	9,9%

DISCLAIMER

As informações contidas neste *Release de Resultados* poderão incluir declarações que representem expectativas sobre negócios da Companhia, projeções e metas operacionais e financeiras. Eventuais declarações dessa natureza constituem-se em meras previsões baseadas nas expectativas da administração que poderão não se concretizar e não são garantia do desempenho futuro da Companhia.

As referidas declarações e informações prospectivas estão e estarão, conforme o caso, sujeitas a riscos, incertezas e são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais.

Cabe ressaltar ainda que as estimativas e projeções referem-se à data em que foram expressas, sendo que a Companhia não assume a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer destas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores, ressalvada a regulamentação vigente a que nos submetemos.

Dessa forma, nenhum dos representantes da Companhia, assessores ou partes relacionadas poderá ser responsabilizado por qualquer decisão decorrente da utilização do conteúdo deste documento. As informações constantes do presente material não devem ser interpretadas como oferta, convite ou solicitação de oferta de subscrição ou compra de quaisquer valores mobiliários, nem constituem a base de um contrato ou compromisso de qualquer espécie.

ÍNDICE

1 – Visão Geral	3
2 – Desempenho por Área de Negócio	8
2.1 – Celesc Distribuição S.A.	8
2.1.1 – Desempenho Operacional	8
2.1.2 – Desempenho Econômico-Financeiro	13
2.1.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição S.A.	26
2.2 – Celesc Geração	31
2.2.1 – Desempenho Operacional	31
2.2.2 – Desempenho Financeiro	32
2.2.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Geração S.A.	37
2.3 – SCGÁS	41
2.3.1 – Desempenho Operacional	41
2.3.2 – Desempenho Econômico-Financeiro	42
2.4 – Demais Participações	43
3 – Holding	45
3.1 – Resultado das Participações Societárias na Controladora	45
3.2 – Dividendos	45
4 – Resultado Consolidado	46
4.1 – Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado	46
5 – Desempenho no Mercado de Capitais	51
ANEXOS	53

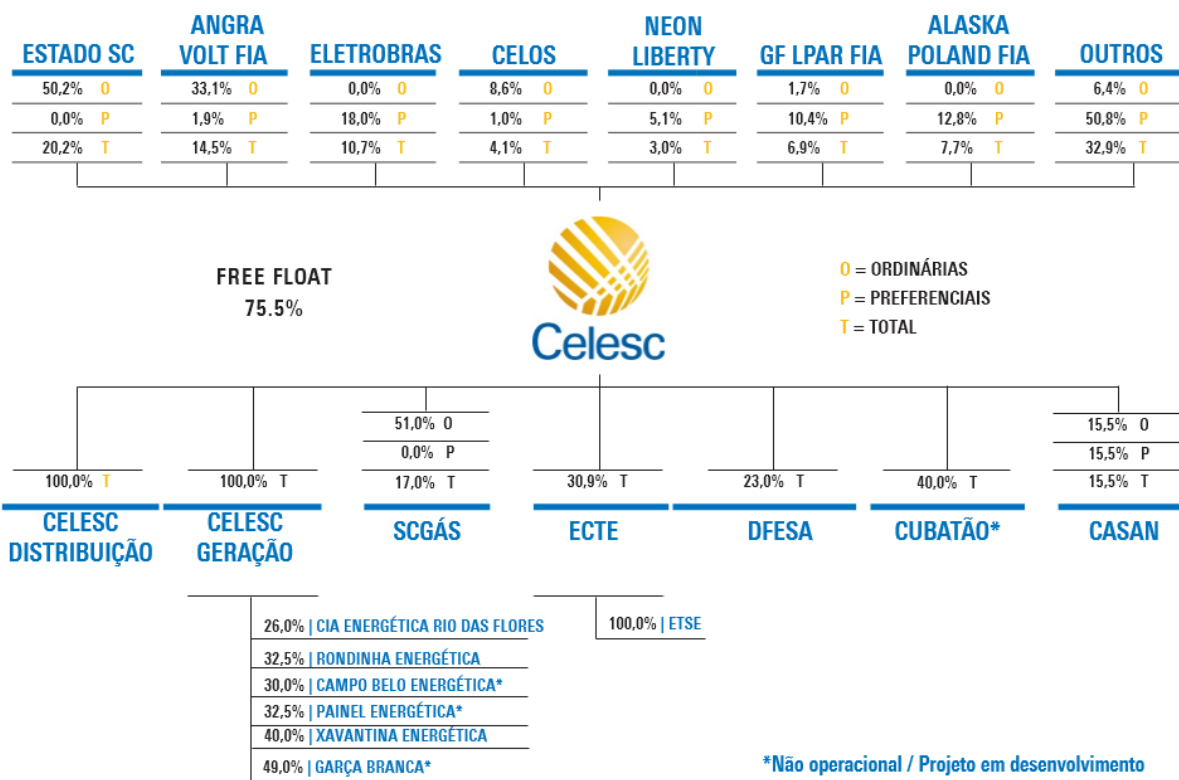
1 – Visão Geral

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC é uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Empresa possui duas subsidiárias integrais - a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A. Além disso, detém o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE), Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) e do projeto da Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total.

Estrutura Acionária e Societária da CELESC

Março – 2017



Subsidiárias Integrais

Celesc Distribuição S.A.

A empresa leva energia para mais de 2,8 milhões de unidades consumidoras localizadas em 264 municípios catarinenses (92% do território do estado) e em Rio Negro, no Paraná. A empresa ainda é responsável pelo suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 16 permissionárias, que atuam nos demais municípios catarinenses.

A Celesc Distribuição é a 2ª maior arrecadadora de ICMS de Santa Catarina e a 6ª maior distribuidora de energia elétrica brasileira em receita de fornecimento, a 7ª em volume de energia distribuída e a 10ª em número de unidades consumidoras¹. Mensalmente, a empresa distribui mais de 1,8 milhões de MWh e seu faturamento bruto anual alcançou a casa de R\$10,4 bilhões em 2016.

¹ Fonte: www.aneel.gov.br (Informações Gerenciais – Dezembro/16).



Celesc Geração S.A.²

A Celesc Geração é a subsidiária do Grupo Celesc que atua no segmento de geração de energia elétrica, através da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração de energia em parcerias com investidores privados.

Em 31 de março de 2017, a empresa possuía um parque gerador próprio formado por 12 usinas, sendo 08 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e 04 Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs. Além disso, a empresa detém participação minoritária em mais 08 PCHs desenvolvidas em parceria com investidores privados, no formato de Sociedades de Propósito Específico - SPE. A capacidade total de geração da Celesc Geração em operação no período foi de 114,8 MW, sendo 106,75 MW referentes ao parque próprio e 8,05 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros - já proporcionalizada à participação acionária da Celesc Geração nestes empreendimentos. O quadro a seguir, apresenta as PCHs de propriedade 100% da Celesc Geração:

Parque Gerador Próprio | 100% da Celesc Geração S.A.

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Pery*	Curitibanos/SC	09/07/2017	30,00	14,08
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,40	3,80
PCH Caveiras	Lages/SC	10/07/2018	3,83	2,77
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	**	2,60	2,03
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	**	0,52	0,50
CGH Pirai	Joinville/SC	**	0,78	0,45
CGH São Lourenço	Mafra/SC	**	0,42	0,22
Total - MW			106,75	67,19

* Sem adesão a prorrogação antecipada (MP 579) – questionamento judicial (possibilidade de prorrogação por até 20 anos conforme despacho Aneel nº 3.327/12 e lei nº 9.427/96).

** Usinas com potência inferior a 3 MW estão dispensadas do ato de concessão.

A empresa participa de Sociedades de Propósito Específicas que viabilizam novos empreendimentos na qual a Celesc Geração detém participação minoritária. A seguir estão listados os empreendimentos que já estão em operação:

² Maiores detalhamentos dos aspectos regulatórios e jurídicos relevantes que envolvem as usinas do parque gerador próprio estão disponíveis no item 2.2.3 deste Release.

Empreendimentos em operação | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
Total - MW			25,28	14,30		8,05	4,57

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Empresa passou a investir na repotenciação das usinas próprias e na expansão das parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos, incluindo a diversificação da matriz energética. As tabelas abaixo apresentam outros empreendimentos em desenvolvimento pela companhia e os respectivos estágios:

Empreendimentos em desenvolvimento | Celesc Geração S.A. detém 100%

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Acréscimo de Garantia Física (MW)	Potência Final (MW)	Garantia Física Final (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	7,20	3,76	12,82	7,56	Jul/18	Obra em Jan/2017
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	23,70	***	29,98	***	N/D**	Revisão de Projeto
PCH Cedros Etapa 1	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	3,50	1,07	11,90	7,82	N/D**	Projeto em Análise na ANEEL
PCH Cedros Etapa 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	1,00	0,64	9,40	7,39	N/D**	Revisão de Projeto
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	0,75	0,48	25,35	17,18	N/D**	Projeto em Análise na ANEEL
Total - MW			44,90	31,24	36,15	5,95	81,05	33,20		

* Usinas com potência inferior a 3 MW estão dispensadas do ato de concessão.

** Depende de trâmites regulatórios

*** Estimativa da Garantia Física será definida com a revisão do projeto

Empreendimentos em desenvolvimento | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física* (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Painel	São Joaquim/SC	18/03/2043	9,20	4,80	32,5%	2,99	1,56	ND	Revisão de Projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	4,13	30,0%	2,99	1,24	ND	Revisão de Projeto
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69	2S17	Obra Iniciada no 1S15
Total - MW			25,65	12,37		9,16	4,48		

Todas as usinas do parque gerador próprio e a Companhia Energética Rio das Flores³ participam do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), sistema utilizado para transferir energia daquelas usinas que produziram em excesso, acima da garantia Física, para as que produziram abaixo, mitigando risco de geração.

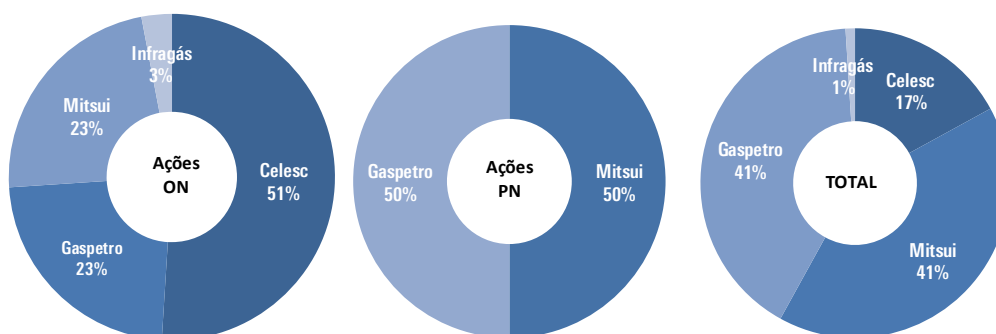
Controlada
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS

A SCGÁS é a 2ª maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios atendidos no Brasil. Santa Catarina é o 3º Estado com maior rede de distribuição de gás natural (1.094 quilômetros) e o 3º com maior número de indústrias atendidas com gás natural (227), além de ter a 3ª maior rede de postos de gás veicular (GNV) do país (62).

³ A SPE Rio das Flores engloba as PCHs Prata, Belmonte e Bandeirante.



Com 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense, a empresa comercializa e distribui, diariamente, cerca de 1,8 milhão de metros cúbicos de gás natural para cerca de 8,9 mil clientes. A SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, com vigência de 50 anos (2044). Abaixo gráfico da participação da Celesc na SCGás sendo 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total.

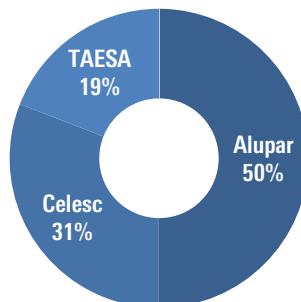


Destaque-se que em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e Infragás S.A., questionando alteração no capital social e o Acordo de Acionistas em 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro, ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis. Atualmente, os efeitos da sentença encontram-se suspensos até julgamento dos referidos recursos.

Demais Participações

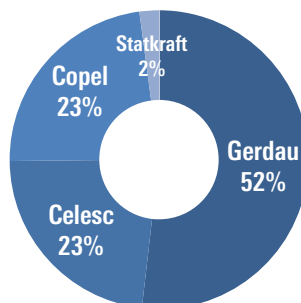
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

Constituída com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da LT SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. A linha é responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc Distribuição. Em dezembro/11, a empresa adquiriu em leilão o direito de construir as subestações Abdon Batista (525/230kV) e Gaspar (230/138kV), através da subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE. Essas linhas foram energizadas em janeiro de 2015 e março de 2015 respectivamente. A controlada em conjunto ECTE, detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social da Empresa, conforme gráfico abaixo:



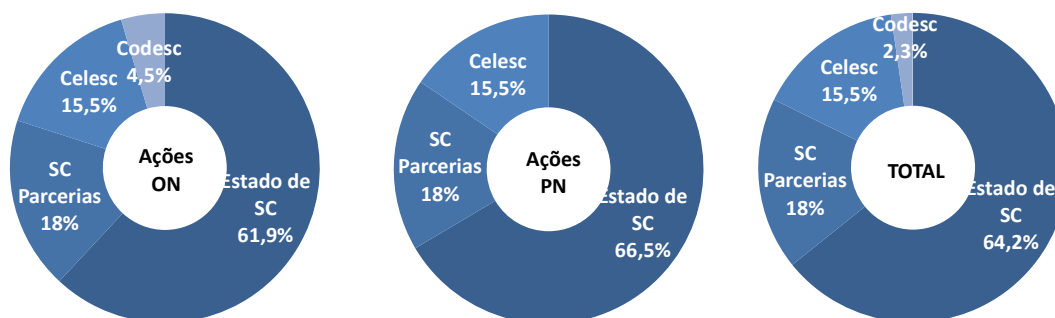
Dona Francisca Energética S.A – DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A coligada DFESA, detém contrato de concessão datado de 28 de agosto de 1998 com prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% do Capital Social da empresa, conforme gráfico abaixo:



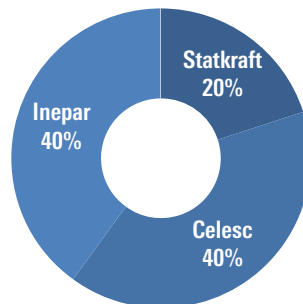
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN

Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento na sua área de concessão. Atualmente, os serviços prestados pela empresa abrangem 201 municípios no Estado de Santa Catarina e 1 no Paraná, atendendo uma população de 2,5 milhões de consumidores com água tratada e 319 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário. A Celesc é detentora de 15,48% do Capital Social total da Empresa, tanto das ações ordinária quanto preferencial conforme gráfico abaixo:



Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Sociedade de Propósito Específico constituída para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, na região de Joinville (SC), inicialmente com potência instalada de 50MW. Após analisar o histórico regulatório e o histórico dos entraves ambientais, o Conselho de Administração da Companhia, na reunião de 18 de setembro de 2014, recomendou estudo a ser realizado pelo empreendimento visando possível alteração do projeto básico, o que ainda não foi efetivado. A Celesc possui 40% do Capital Social da Empresa, conforme abaixo:



2 – Desempenho por Área de Negócio

2.1 – Celesc Distribuição S.A.

2.1.1 – Desempenho Operacional

Mercado de energia elétrica em Santa Catarina

No primeiro trimestre de 2017 a carga na área de atendimento da Celesc Distribuição foi 5,5% (+373 GWh) superior ao verificado no primeiro trimestre de 2016, como indicado na tabela abaixo. Tanto a carga Sul quanto a carga Brasil cresceram menos que a carga da Celesc Distribuição, sendo que a carga Sul apresentou 5,0% (+1.224 GWh) de elevação e a carga Brasil 2,8% (+3.979 GWh) no período.

Celesc Distribuição S.A. | Carga de Energia (GWh)

	Ano	1T17
Carga Brasil (GWh)*	2017	145.293
	2016	141.314
	Δ	2,8%
Carga Sul (GWh)	2017	25.915
	2016	24.691
	Δ	5,0%
Carga Celesc Distribuição S.A. (GWh)**	2017	7.161
	2016	6.788
	Δ	5,5%

Fonte: ONS / Celesc D

* Referente ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

** Energia Injetada no sistema de distribuição da concessionária.

A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga do Mercado Cativo, as perdas do sistema elétrico, o consumo interno das instalações, carga de consumidores livres, unidades de consumo de autoprodutores e de produtores independentes conectados a sua rede; e atendimentos localizados a outros agentes.

Balanco de Energia Elétrica

No primeiro trimestre de 2017, o montante de energia requerida pela Celesc Distribuição para atender o seu Mercado Cativo e as perdas foi de 5.222 GWh. No período foram contabilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE 56,8% (2.966 GWh) de contratos CCEARs (quantidade mais disponibilidade), 17,5% (914 GWh) Itaipu, e 15,5% (811 GWh) Quotas, e 10,2% (531 GWh) outros.

Celesc Distribuição S.A. | Balanço Energético (GWh)

ACL	48
CCEAR (quantidade)	1.752
CCEAR (disponibilidade)	1.214
ANGRA	174
ITAIPU	914
PROINFA	91
LIQUIDAÇÃO CURTO PRAZO	219
QUOTAS	811



De acordo com a regulação do sistema elétrico, as Distribuidoras devem ter nível de contratação dentro do limite regulatório (atualmente entre 100% e 105% de sobrecontratação), sendo que a contratação dentro do limite tem repasse tarifário integral à tarifa sendo a contrapartida contabilizada com ativo financeiro setorial. O montante que fique fora da faixa regulatória, e que seja considerado voluntário pelo regulador é risco da distribuidora. Conforme o fechamento do primeiro trimestre de 2017 o nível de contratação da companhia foi de 96,24%, portanto, fora da faixa de 100% e 105%. Importante ressaltar que penalidades e não repasses tarifários são apurados apenas para o resultado anual, no qual a Distribuidora tem estimativa de ficar em 104,2% de sobrecontratação, dentro do limite regulatório, garantindo assim o repasse integral dos custos com energia.

Energia Distribuída

A energia distribuída pela Celesc Distribuição (Mercado Livre + Cativo, sem as perdas e sem consumo próprio) teve incremento de 8,3% (+500,0 GWh) no primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 6.491 GWh, destaque para o Mercado Livre e a Classe Cativa Residencial conforme comentário a seguir.

A tabela e o gráfico a seguir ilustram os números de energia distribuída para cada classe de consumo no primeiro trimestre de 2017.

Celesc Distribuição S.A. | Energia Distribuída por Classe de Consumo (em GWh)

Classe de Consumo	Consumo (GWh)		
	1T16	1T17	Δ
Mercado Cativo	4.504	4.442	-1,4%
Residencial	1.513	1.691	11,7%
Industrial	909	648	-28,8%
Comercial	1.002	963	-3,8%
Rural	354	390	10,3%
Demais Classes	726	750	3,4%
Poder Público	110	117	6,9%
Iluminação Pública	147	158	7,8%
Serviço Público	88	91	4,0%
Suprimento de Energia	381	383	0,5%
Consumidores Livres	1.487	2.048	37,7%
Industrial	1.315	1.753	33,3%
Comercial	103	203	96,6%
Rural	11	11	3,6%
Suprimento*	58	82	40,6%
Mercado Total	5.991	6.491	8,3%
Consumo Próprio	4	4	2,2%
Mercado Total	5.995	6.494	8,3%

*Passível de recontabilização pela CCEE

Conforme tabela acima, a energia fornecida para o Mercado Cativo teve queda de 1,4% (-62,0 GWh) no trimestre quando comparado ao primeiro trimestre de 2016, atingindo 4.442 GWh, contudo indica recuperação comparativamente a trimestres anteriores (-4,9% no 1T16, -1,8% no 2T16, -5,5% no 3T16 e -9,6 no 4T16) quando teve diminuição mais expressiva. A retração de 28,8% na classe Industrial e 3,8% na classe Comercial agravaram a queda (juntas correspondem a 36,3% do Mercado Cativo) e a alta de 11,7% da classe Residencial, 10,3% na classe Rural e 3,4% nas Demais Classes atenuaram (juntas respondem por 63,7% do Mercado Cativo).

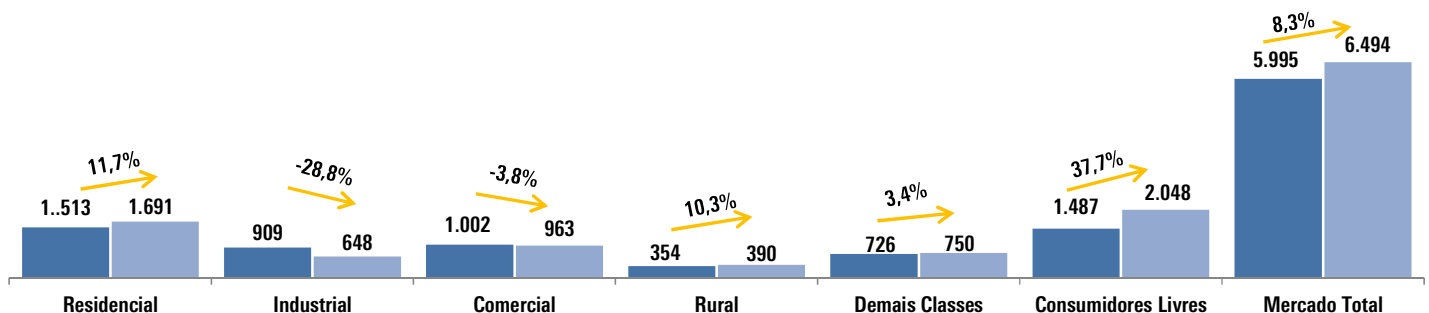
O Mercado Livre assinalou elevação de 37,7% (+561,28 GWh) no trimestre, devido ao aumento do número de consumidores livres, registrando 736 consumidores livres em março de 2017, incremento de 404 unidades em comparação ao 1T16, quando registrava 332 consumidores livres, e 60 em comparação ao 4T16 ocasião em que assinalava 676 consumidores livres.

Em março de 2016 o Mercado Cativo representava 75,2% da energia total distribuída e o Mercado livre 24,8%. Já março de 2017 o Mercado Cativo representa 68,4% (70,7% no 4T16) da energia total distribuída da área de concessão da Celesc Distribuição e o Mercado Livre 31,6%, isto é reflexo da ampliação do Mercado Livre e a retração do Mercado Cativo que vem ocorrendo ao longo de 2016. A migração do mercado cativo para o livre é uma liberalidade do consumidor não impactando economicamente no resultado da distribuidora visto que toda energia migrada é passível de desconstratação ou considerada voluntária.

Abaixo gráfico destaca distribuição de energia por classe de consumo de 1T17 versus 1T16.

Energia Distribuída por Classe de Consumo (GWh)

■ 1T16 ■ 1T17



Desempenho do Mercado Cativo por Classe de Consumo

Residencial

A classe residencial, que representa 38,0% do consumo cativo da Celesc Distribuição apresentando, no trimestre, elevação de 11,7% (+177,54 GWh) no consumo de energia em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 1.691 GWh (+58.277 unidades consumidoras) aumento em linha com trimestre anteriores: 2T16 (+8,5%), 3T16 (+8,0%) e 4T16 (+0,2%). Esse acréscimo registrado na classe residencial nos últimos trimestres indica que a economia vem apresentando indícios de recuperação com reflexo positivo no consumo de energia.

Industrial

A classe de consumidores industriais cativos, que correspondeu a aproximadamente 14,6% do total consumido, apresentou queda de 28,8% no 1T17 em relação ao mesmo período do ano anterior, somando 648 GWh (+232 unidades consumidoras) versus 909 GWh do 1T16. Esta queda acentuada ocorreu basicamente pelo, ainda, fraco desempenho do setor industrial e também devido a forte migração de consumidores para o Mercado Livre conforme vem ocorrendo nos últimos trimestres.

Comercial

Na *classe Comercial*, que representa 21,7% do mercado cativo, o consumo comprimiu 3,8% no primeiro trimestre deste ano em comparação com o 1T16, atingindo 963 GWh (+6.431 unidades consumidoras). A classe comercial tem comportamento similar à classe industrial, sendo afetado pelas migrações para o Mercado Livre.

Rural

O consumo da *classe Rural* cativa teve ampliação de 10,3% (+36,31 GWh) no primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, somando 390 GWh (+501 unidades consumidoras).

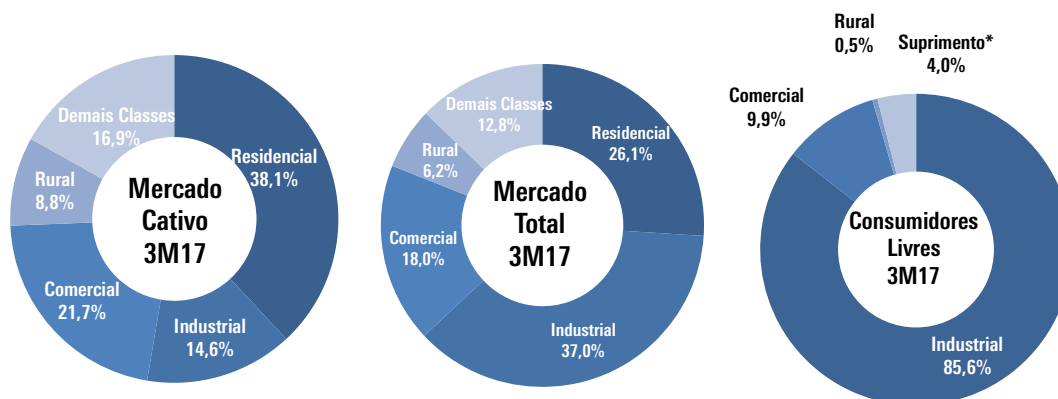
Demais Classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Revenda)

O consumo faturado dos demais segmentos ampliou 3,4% (+24,53 GWh) no primeiro trimestre de 2017 na comparação com o primeiro trimestre de 2016, totalizando 750 GWh, sendo que a iluminação pública registrou 158 GWh (+7,8%), serviço público 91 GWh (+4,0%), suprimento de energia 383 GWh (+0,5%) e poder público 117 GWh (6,9%).

Desempenho do Mercado Livre

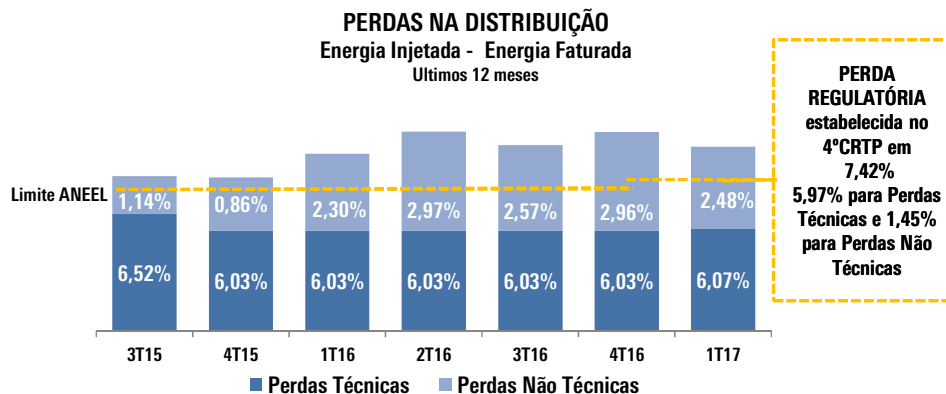
No primeiro trimestre do ano, o consumo dos clientes livres localizados na área de concessão da Celesc Distribuição apresentou variação positiva de 37,7% (+561,28 GWh) na comparação com o mesmo período de 2016, atingindo 2.048 GWh, desse total 85,6% representa a classe industrial que teve alta de 33,3% (+437,5 GWh) totalizando 1.753 GWh no trimestre contra 1.315 GWh do 1T16. O aumento no consumo dos clientes livre, movimento similar ao ocorrido ao longo de 2016 (+13,1% no 2T16, +31,1% no 3T16 e +36% no 4T16), é reflexo principalmente da migração dos clientes industrial e comercial cativo para o livre devido ao menor preço da energia no mercado livre, sendo que em março de 2017 o mercado livre contava com 736 clientes (459 Industrial, 246 Comercial, 5 Rural e 26 Revenda), consistindo em 404 clientes a mais que o primeiro trimestre de 2016 (332) e 60 clientes a mais que o 4T16 (676 clientes).

Do mercado total atendido pela Celesc Distribuição no primeiro trimestre de 2017, o mercado cativo representou 68,4% e os clientes livres representaram 31,6%. O gráfico abaixo apresenta a participação de cada classe de consumo no mercado cativo, entre os consumidores livres e no mercado total (cativo + livre):



Perdas na Distribuição

De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc Distribuição (4CRT), a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,42% sobre a energia injetada no sistema de distribuição da concessionária. Desse total, 5,97% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,45% de perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até março de 2017, as perdas globais representaram 8,55% (2.207,4 GWh) da energia injetada sendo 6,07% (1.567,1 GWh) referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7, revisado no início de cada ano, ajustando assim a média móvel de 12 meses, e 2,48% (640,3 GWh) correspondem as perdas não técnicas, apurada por diferença. O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Companhia:



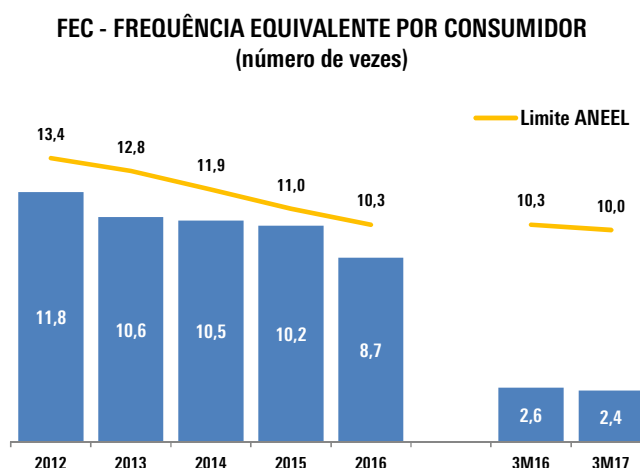
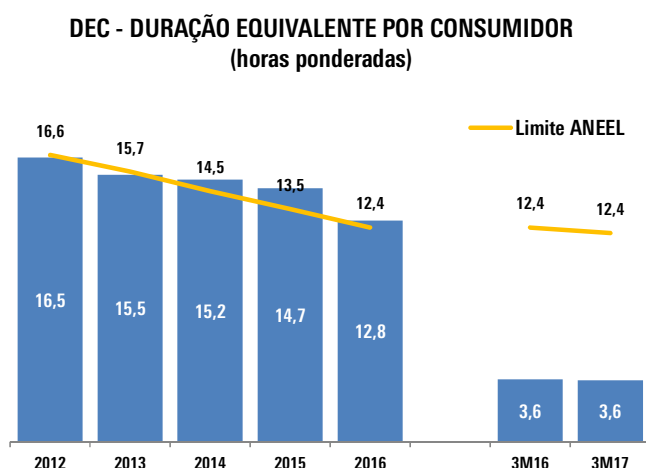
Deste modo as perdas não técnicas acumulada nos últimos 12 meses atingiram 2,48%, representando 640,3 GWh, e as técnicas em 6,07%, sinalizando 1.567,1 GWh, totalizando perda total de 8,55% correspondendo a 2.207,4 GWh. Desta forma, as perdas totais ficaram em 1,13% acima do limite coberto pela tarifa, perfazendo um valor estimado sem cobertura tarifária acumulada de janeiro a março de R\$ 24,3 milhões. Enfatiza-se que este é o menor nível de perda total registrada desde o 1T16 (8,33%) conforme ilustra o gráfico acima (9,0% no 2T16, 8,6% no 3T16 e 8,99% no 4T16).

Com a combinação do aumento da tarifa em 2015 e a crise econômica em que o Brasil atravessa, observa-se o aumento o número de ligações clandestinas (43% das perdas não técnicas), fraudes e adulterações (27% das perdas não técnicas), que juntamente com erros e medições (19% das perdas não técnicas) tem aumentado significativamente a perda não técnica nos últimos trimestres.

Desta forma a companhia vem executando plano de trabalho no sentido de reduzir e recuperar estas perdas, atuando de forma mais consistente para sua detecção, aperfeiçoando o combate às perdas comerciais (não técnicas), identificando os casos de suspeita de irregularidade por meio de algoritmo (verificação online), procedimento contínuo e focado na identificação de casos de fraude e/ou deficiência técnica, além de integração de sistemas corporativos e revisão de processos de trabalho (metas de fiscalização), implantação de sistemas antifurto, e regularização das ligações clandestinas.

Indicadores de Eficiência do Sistema

O índice DEC (duração média das interrupções por unidade consumidora) da Celesc Distribuição S.A. foi de 3,58 horas no primeiro trimestre de 2017, 1,1% abaixo do verificado no primeiro trimestre em 2016, o que equivale a 29,6% do limite estabelecido pela ANEEL para 2017. Neste mesmo período, o número de interrupções por unidade consumidora (FEC) apresentou queda de 5,4%, representando 2,43 interrupções, o que equivale a 24,3% do limite regulatório estabelecido para 2017 neste indicador.



Conforme a Resolução normativa nº 664/2015 (PRODIST – MÓDULO 7), a ANEEL estabelece todos os anos, para as Distribuidoras, limites para os indicadores de interrupção (DEC e FEC) sendo que a violação dos limites individuais (DIC, FIC e DMIC) gera compensação por parte das distribuidoras aos consumidores afetados, ocorrendo de forma automática via crédito na fatura em até dois meses após o período de apuração.

No primeiro trimestre de 2017 a violação dos indicadores de qualidade (DEC e FEC) e sua forma individual (DIC, FIC e DMIC) geraram multa de R\$3,45 milhões para Celesc Distribuição, valor 41,6% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior (R\$5,89 milhões no 1T16).

2.1.2 – Desempenho Econômico-Financeiro

Celesc Distribuição S.A. | Principais Indicadores Financeiros (IFRS)

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Receita Operacional Bruta	2.949,9	2.591,8	-12,1%
Deduções da Receita Operacional	(1.328,5)	(1.084,1)	-18,4%
Receita Operacional Líquida	1.621,4	1.507,7	-7,0%
Custos e Despesas Operacionais	(1.577,3)	(1.360,3)	-13,8%
<i>Custos com Energia Elétrica</i>	<i>(1.235,2)</i>	<i>(1.015,0)</i>	<i>-17,8%</i>
<i>Despesas Operacionais</i>	<i>(342,1)</i>	<i>(345,4)</i>	<i>0,9%</i>
Resultado das Atividades	44,0	147,4	-234,6%
EBITDA	94,0	196,7	-109,3%
<i>Margem EBITDA IFRS, ex-Receita de Construção (%)</i>	<i>6,1%</i>	<i>13,9%</i>	
Resultado Financeiro	(17,8)	6,6	137,2%
LAIR	26,2	154,0	486,9%
IR/CSLL	(9,6)	(58,8)	
Lucro/Prejuízo Líquido	16,6	95,2	472,8%
<i>Margem Líquida IFRS, ex-Receita de Construção (%)</i>	<i>1,1%</i>	<i>6,7%</i>	

Destaques do Resultado

Os principais destaques no resultado da Celesc Distribuição neste primeiro trimestre de 2017 foram: (i) Redução de 12,1% na ROB (Receita Operacional Bruta) e 7,0% na ROL (Receita Operacional Líquida) comparativamente com 1T16, resultado, especialmente, do ainda fraco desempenho do Mercado Cativo (retração de 2,0%) e também da queda de receita com bandeira tarifária (R\$11,5 milhões no 1T17 versus R\$147,2 milhões no 1T16); (ii) Redução de 13,8% (-R\$217,0 milhões) nos custos e despesas operacionais, influenciado, principalmente, pelos custos com energia que tiveram no trimestre redução de 17,8% (-R\$220,2 milhões); (iii) Elevação de 109,3% (+R\$102,7 milhões) na geração de caixa - EBTDA; (iv) Resultado Financeiro positivo de R\$6,6 milhões, alta de 137,2% (+R\$24,4 milhões); (v) Ampliação de 472,8% (+R\$78,6 milhões) no lucro revertendo prejuízo de R\$52,5 milhões registrado no fechamento de 2016.

Considerando que a companhia não apresentou efeitos não recorrentes no trimestre, tanto o EBITDA e o Lucro IFRS foram similares ao EBITDA e Lucro ajustado.

Celesc Distribuição S.A. | Resultado Ajustado*

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
EBITDA Ajustado	94,0	196,7	109,3%
<i>Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>6,1%</i>	<i>13,9%</i>	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado	16,6	95,2	472,8%
<i>Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>1,1%</i>	<i>6,7%</i>	

* IFRS - Itens Não-Recorrentes. Cálculo das margens excluem Receita de Construção.

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta – ROB da Celesc Distribuição no primeiro trimestre de 2017 registrou R\$2.591,8 milhões, decréscimo de 12,1% em relação ao primeiro trimestre de 2016. Desconsiderando os efeitos da Receita de Construção⁴ (R\$84,3 milhões no 1T16 e

⁴ A Receita de Construção, em função das normas contábeis IFRS tem custo correspondente de mesmo valor registrado nas despesas operacionais e, portanto, não afeta o resultado da Companhia.

R\$94,0 milhões no 1T17), a Receita Operacional Bruta apresenta encolhimento de 12,8%, registrando R\$2.497,9 milhões no primeiro trimestre de 2017 contra R\$2.865,6 milhões do primeiro trimestre de 2016.

Celesc Distribuição S.A. | Receita Operacional Bruta

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.949,9	2.591,8	-12,1%
Fornecimento de Energia Elétrica	2.549,4	2.310,9	-9,4%
Suprimento de Energia	50,7	62,3	22,8%
Ativo Regulatório	(191,3)	(209,2)	9,4%
Energia Elétrica de Curto Prazo	165,9	34,0	-79,5%
Disponibilização Rede Elétrica (TUSD)	132,6	159,8	21%
Doações e Subvenções*	155,9	135,9	-12,8%
Renda de Prestação de Serviços	0,3	0,5	107,6%
Serviço Taxado	2,2	2,9	32,8%
Atualização VNR**	0,0	0,8	
Receita de Construção	84,3	94,0	11,5%

* Inclui recebimento de Subsídio CDE referente Decreto Nº 7.891/2013

**Inclui receita com VNR antes do 4T16 contabilizada como Receita Financeira

Abaixo se destacam os principais fatores que influenciaram o desempenho da ROB:

- Retração de 9,4% no trimestre na rubrica *Receita com Fornecimento de Energia Elétrica* devido (1) Acionamento da bandeira vermelha no 1T16 resultando no adicional de receita de R\$147,9 milhões. Já no primeiro trimestre de 2017 prevaleceu a bandeira amarela com custo reduzido para o consumidor e conseqüentemente receita para companhia; (2) A receita de fornecimento com as classes de consumo tiveram decréscimo de 5,3% no trimestre, registrando R\$2,20 bilhões no 1T17 ante 2,33 bilhões no 1T16 (-R\$124,5 milhões) destacando as classes Industrial redução de 31,7% (-R\$171,5 milhões) e Comercial com diminuição de 7,1% (-R\$44,0 milhões). Ressalta-se a classe residencial que no primeiro trimestre de 2017 apresentou desempenho satisfatório, registrando R\$957,5 milhões, alta de 8,65% (+R\$76,2 milhões) comparativamente ao mesmo período de 2016 quando assinalou R\$881,2 milhões;
- Incremento de R\$11,5 milhões no trimestre de *Receita com fornecimento* de bandeira tarifária, valor bem abaixo do realizado no primeiro trimestre de 2016 (R\$147,9 milhões), prevalecendo conforme já mencionado no item anterior a bandeira amarela com reduzido custo para o consumidor (R\$11,4 milhões);
- No *Ativo Regulatório/Passivo Regulatório*, variação negativa de R\$209,2 milhões (passivo regulatório), destaque para contabilização de R\$11,5 milhões de receitas com bandeira tarifária para compensar os aumentos dos custos com energia.
- Elevação na receita registrada a título de *Disponibilização Rede Elétrica (TUSD)* de 21,0% (+R\$27,2 milhões) no trimestre, sendo que R\$137,1 milhões (contra R\$116,6 milhões do 1T16) referentes à disponibilização de rede elétrica a consumidores livres industrial e R\$17,7 milhões (contra R\$9,8 milhões do 1T16) a consumidores livres comercial;
- Incremento de R\$135,9 milhões, no trimestre, referente à *Doação e subvenção*, redução de 12,8% em relação ao mesmo período de 2016, sendo R\$132 milhões (ante R\$149,5 milhões do 1T16) referentes ao subsídio conforme decreto 7891/2013.
- A rubrica *suprimento de energia* apresentou aumento de 22,8% no trimestre (+R\$11,6 milhões), registrando R\$62,3 milhões.

A rubrica Fornecimento de Energia representou 89,2% da ROB, sua variação determina a evolução da ROB, sendo que no primeiro trimestre de 2017 houve retração de 9,4% em relação ao primeiro trimestre de 2016 devido aos fatores já comentados acima.

Deduções da Receita Operacional Bruta

Celesc Distribuição S.A. | Deduções da Receita Operacional Bruta

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(1.328,5)	(1.084,1)	-18,4%
ICMS	(578,5)	(531,8)	-8,1%
PIS/COFINS	(251,0)	(230,0)	-8,3%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(346,6)	(295,1)	-14,9%
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (0,5% da ROL)	(7,7)	(7,1)	-8,1%
Programa de Eficiência Energética - PEE (0,5% da ROL)	(7,7)	(7,1)	-8,1%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1,5)	(1,6)	7,0%
Outros Encargos	(135,5)	(11,5)	-91,5%

As Deduções da Receita Operacional apresentaram redução de 18,4% (-R\$244,4 milhões) no 1T17, somando R\$1.084,1 milhões. As deduções representam 41,8% da ROB e sua variação, geralmente, segue a variação da ROB, a seguir destacam-se detalhadamente os fatores que contribuíram para redução:

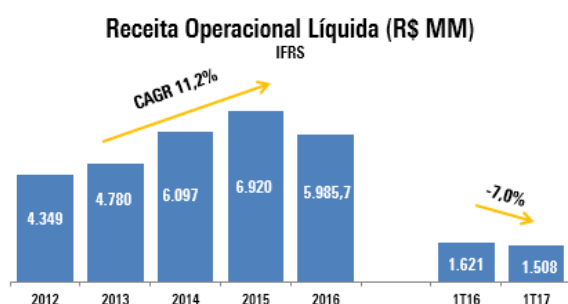
- Retração de 8,1% na *conta ICMS* no trimestre atingindo R\$531,8 milhões. Este tributo acompanha a Receita com Fornecimento de Energia Elétrica que teve redução de 9,4%;
- Diminuição na *Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)* que somou R\$295,1 milhões no período (14,9% abaixo do verificado no 1T16). Estas variações são reflexos do aumento da quota anual estabelecida pela ANEEL.
- A rubrica *Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL*, antes classificada do grupo de Outras Receitas/Despesas Operacionais, teve pequeno acréscimo de 7,0% no trimestre, sinalizando R\$1,6 milhões na dedução da receita operacional;
- A rubrica *Outros Encargos* registrou R\$11,5 milhões no trimestre, lançamento devido às receitas referentes ao fornecimento não faturado relativo à aplicação das Bandeiras Tarifárias, lançada como contrapartida da rubrica Receita com fornecimento de energia – Bandeira tarifária. Essa rubrica reduziu-se bastante em 2016 (a partir de julho) comparativamente a 2015 e em 2017 comparativamente a 2016, visto que em 2015 preponderava a Bandeira Tarifária vermelha e em 2016 sobressaiu a Bandeira Tarifária amarela com reduzido custo para o consumidor. Ressalta-se que a redução da receita com bandeira tarifária iniciou a partir de julho de 2016.
- Decréscimo PIS/COFINS de 8,3% no trimestre, registrando R\$230,0 milhões. Esse imposto geralmente acompanha a evolução da ROB, sendo que juntamente com o ICMS representa 70,3% das Deduções.

As Deduções da receita registraram redução de 18,4% (-R\$244,4 milhões) no trimestre comparativamente ao 1T16, estando alinhada a evolução da Receita Operacional Bruta – ROB que apresentou contração de 12,1% no primeiro trimestre de 2017.

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida – ROL da Celesc Distribuição no primeiro trimestre de 2017 atingiu o montante de R\$1.507,7 milhões, 7,0% inferior ao 1T16. Sem os efeitos da Receita de Construção, a ROL soma R\$1.413,7 milhões no 1T17, decréscimo de 8,0% em relação ao primeiro trimestre de 2016.

A Receita da Celesc Distribuição apresenta evolução média de 11,2% (Receita de Construção inclusa) e 11,6% (desconsiderando Receita de Construção) nos últimos quatro exercícios conforme gráfico abaixo:



Custos e Despesas Operacionais
Celesc Distribuição S.A. | Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.577,3)	(1.360,3)	-13,8%
Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis	(1.235,2)	(1.015,0)	-17,8%
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	(1.070,6)	(875,7)	-18,2%
Encargo de Uso da Rede Elétrica	(123,5)	(102,5)	-17,0%
PROINFA	(41,1)	(36,7)	-10,6%
PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis	(197,6)	(173,8)	-12,0%
Pessoal	(139,5)	(149,9)	7,4%
Materiais	(4,5)	(3,3)	-26,3%
Serviços de Terceiros	(41,6)	(41,3)	-0,6%
Outras Receitas / Despesas	(11,9)	20,7	273,6%
Provisões, líquidas*	(10,3)	(28,2)	172,5%
Depreciação / Amortização	(49,9)	(49,4)	-1,1%
Custo de Construção	(84,3)	(94,0)	11,5%

No primeiro trimestre de 2017 os Custos e Despesas Operacionais da Celesc Distribuição somaram R\$1.360,3 milhões, redução de 13,8% (-R\$217,0 milhões) na comparação com o primeiro trimestre de 2016. Desconsiderando a rubrica Custo de Construção (que tem efeito nulo no resultado) a redução no trimestre foi de 15,2% (-R\$226,7 milhões), contabilizando R\$1.266,4 milhões. A redução deveu-se, principalmente, a queda dos gastos não gerenciáveis (Custo com energia) conforme se destaca a seguir.

Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis

Os gastos não-gerenciáveis da Celesc Distribuição (despesas com energia elétrica comprada para revenda e respectivos encargos) retraíram 17,8% no primeiro trimestre de 2017, redução expressiva de R\$220,2 milhões, totalizando R\$1.015,0 milhões.

A rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda, representa 86,3% dos custos com energia, perfaz R\$875,7 milhões, queda de 18,2% (-R\$194,8 milhões) no trimestre, sendo R\$120,1 milhões na sub-rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda de Curto Prazo e R\$755,6 milhões na sub-rubrica Energia Elétrica Comprada para a Revenda.

Importante ressaltar que com o fim dos mecanismos de aporte de recursos realizados pela CDE (Decreto Federal nº 7.945/2013) e pela CONTA-ACR (Decreto Federal nº 8.221/2014) em janeiro de 2015, os custos extraordinários com a compra de energia elétrica e respectivos encargos setoriais, passaram a ser cobertos pelo mecanismo de aplicação das Bandeiras Tarifárias e pela Revisão Tarifária Extraordinária aplicada a partir de 02 de março de 2015, os quais majoraram o faturamento bruto da Companhia. Além disso, a soma de R\$1.015,0 milhões (redução de 17,8%) no trimestre nos custos não gerenciáveis (Parcela A) também se explica por:

- i. Retração de 18,2% (-R\$194,2 milhões) totalizando R\$875,7 milhões nas despesas com Energia Elétrica Comprada para Revenda (já considerada a redução nas despesas com Energia Elétrica de Curto Prazo conforme detalhado acima), reflexo da diminuição de 33,1% na tarifa de energia e origem térmica (contratos CCEARs/Térmica) e também contração de 37,2% na tarifa média de energia comprada de ITAIPU, sendo que no geral a redução foi de 23,3%.
- ii. Decréscimo de 17,0% (-R\$21,0 milhões), totalizando R\$102,5 milhões, com os Encargos de Uso da Rede Elétrica (sistema de transmissão e distribuição) que acompanham os reajustes/revisões tarifários;
- iii. Diminuição de 10,6% (-R\$4,4 milhões), somando R\$36,7 milhões nas despesas com PROINFA (encargo).

A tabela abaixo apresenta o custo por modalidade e respectiva participação no mix de tarifas de compra de energia da Companhia:

Celesc Distribuição S.A. | Custos com Energia Comprada por Modalidade de Contratação

Tarifa Média de Energia Comprada por Modalidade (R\$/MWh)*	1T16	1T17	Var. de Preço %	Participação % no MIX 1T16	Participação % no MIX 1T17	Tarifa Média do Reajuste Tarifário* (R\$/MWh)
LEILÃO - CCEAR / Hidro	172,1	192,7	12,0%	45,0%	35,8%	172,6
LEILÃO - CCEAR / Térmica	283,0	189,2	-33,1%	24,8%	28,1%	286,3
ITAIPIU	317,3	199,2	-37,2%	19,1%	18,5%	182,9
CONTRATOS BILATERAIS	265,7	307,3	15,6%	0,9%	1,0%	309,1
OUTROS	29,6	57,2	93,2%	10,1%	16,5%	95,8
Total - (R\$/MWh)	223,9	171,7	-23,3%			

* Os dados contêm previsões de despesas com compra de energia em função da metodologia utilizada na contabilização. A receita com bandeiras tarifárias não estão contempladas nos cálculos acima. Esta receita é tratada a parte pois a sua cobertura depende das condições hidrológicas, que podem ser alteradas de um mês para o outro.

* Resolução Homologatória 2.120/2016

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (Ativos e Passivos Regulatórios Parcela A)

A Portaria Interministerial nº 25, de 24 de Janeiro de 2001, dos Ministérios de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA como a conta contábil destinada a registrar as variações nos custos não gerenciáveis ocorridas no período entre os reajustes tarifários das distribuidoras de energia elétrica. Com a adoção do IFRS a partir do exercício de 2010, o resultado da Companhia não refletia mais os diferimentos da CVA, sendo que, a apuração continuava sendo realizada para atender às exigências da ANEEL. Porém, a partir de Dezembro de 2014, de acordo com a [Orientação Técnica OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica](#) emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([Deliberação CVM Nº 732/2014](#)), a Celesc Distribuição voltou a reconhecer nos seus resultados os saldos registrados na CVA. Referido pronunciamento tem por base a assinatura do [4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão](#), realizada no dia 10 de dezembro de 2014, que garantiu à Companhia, no caso de extinção da concessão, o direito/dever de ter acrescentado/abatido os referidos saldos no valor da indenização.

A tabela a seguir demonstra o saldo de Ativos e Passivos Regulatórios estimados pela Companhia e acumulados ao final de cada período. Os referidos saldos integram a base de reajustes tarifários da Celesc Distribuição e, em 31/03/2017, foram reconhecidos de forma prospectiva, registrando os valores em *Outras Contas a Receber* em contrapartida a *Receita de Ativo Regulatório* no resultado.

Celesc Distribuição S.A. | Ativos e Passivos Regulatórios Acumulados

R\$ Milhões	em 31/03/2014	em 30/06/2014	em 30/09/2014	em 31/12/2014	em 31/03/2015	em 30/06/2015	em 30/09/2015	em 31/12/2015	em 31/03/2016	em 30/06/2016	em 30/09/2016	em 31/12/2016	em 31/03/2017
Ativos Regulatórios	554,3	629,0	612,0	644,0	601,5	726,0	660,0	1.102,9	921,4	806,1	154,2	267,9	129,9
Passivos Regulatórios	(191,2)	(252,6)	(217,9)	(193,4)	(139,0)	(323,3)	(247,7)	(657,5)	(820,5)	(1.266,2)	(705,9)	(674,5)	(769,0)
Saldo Líquido	363,1	376,4	394,1	450,6	462,5	402,8	412,2	445,4	101,0	(460,1)	(551,7)	(406,6)	(639,1)

A Companhia registrou em 31/03/2017 saldo acumulado negativo de R\$639,1 milhões, sendo R\$129,9 milhões de ativos regulatórios e R\$769,0 milhões de passivos regulatórios.

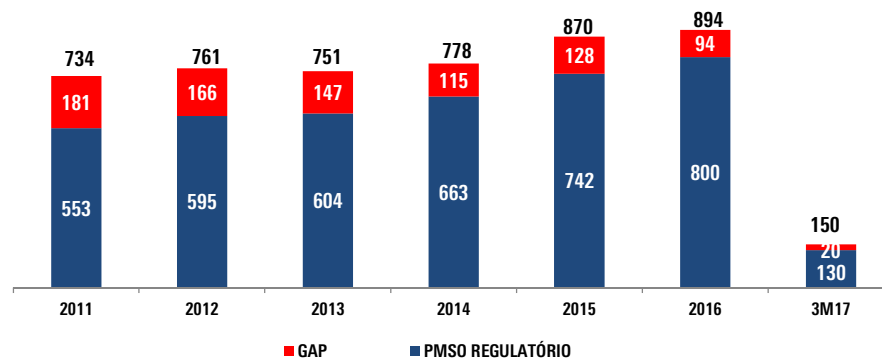
Os ativos regulatórios totalizaram R\$129,9 milhões sendo que R\$57,4 milhões se referem à constituição de CVA Ativa (sendo R\$13,0 milhões referente à compra de energia) e R\$72,5 milhões aos Demais Ativos Financeiros Setoriais (sendo R\$72,2 milhões correspondente a neutralidade da Parcela A). Já os passivos regulatórios somaram R\$769,0 milhões, sendo R\$439,5 milhões refere-se à CVA Passiva (decorrendo R\$245,8 milhões referente aos encargos do sistema e R\$188,7 milhões a CDE) e R\$329,5 milhões aos Demais Passivos Financeiros Setoriais (perfazendo R\$277,2 milhões referente à exposição contratual – R\$ 256 milhões referente a subcontratação em 2014 e R\$ 19,6 milhões referente sobrecontratação em 2016 e R\$52,2 milhões de devolução tarifária).

PMSO – Despesas Operacionais Gerenciáveis (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros)

As despesas gerenciáveis da Celesc Distribuição totalizaram R\$173,8 milhões no primeiro trimestre de 2017, redução de 12,0% (-R\$23,7 milhões) em comparação aos R\$197,6 milhões registrados no primeiro trimestre de 2016.

Abaixo evolução histórica do PMSO Celesc Distribuição⁵ x PMSO Regulatório, observa-se a contínua redução do GAP (diferença entre o PMSO Celesc Distribuição e PMSO Regulatório) no período 2011 – 3M17. No primeiro trimestre de 2017, fechamos com R\$20 milhões acima do regulatório. Praticamente 100% em despesas de pessoal.

PMSO Celesc Distribuição x PMSO Regulatório (R\$ MM)



Pessoal

A rubrica *Pessoal e Administradores* são compostos pelas despesas incorridas com remuneração dos empregados (incluindo encargos) e com as contribuições regulares aos planos de pensão administrados pela Fundação CELOS (rubrica *Previdência Privada*). No primeiro trimestre de 2017, os gastos com essas despesas somaram R\$133,2 milhões, expansão de 3,3% (+R\$4,3 milhões) no comparativo com primeiro trimestre 2016.

Celesc Distribuição S.A. | Despesas Totais com Pessoal

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Pessoal Total	(139,5)	(149,9)	7,4%
Pessoal e Administradores	(128,9)	(133,2)	3,3%
<i>Pessoal e Encargos</i>	(122,0)	(126,1)	3,3%
<i>Previdência Privada</i>	(6,9)	(7,1)	2,7%
Despesa Atuarial	(10,6)	(16,7)	57,5%

O acréscimo de 3,3%, no trimestre, na rubrica *Pessoal e Administradores* são decorrentes, principalmente: (i) Aumento de 9,67% nas verbas fixas (salário fixo, anuênio, produtividade, vantagem pessoal etc...); (ii) Redução de 9,4% nas verbas variáveis (horas extra 50 e 100% e sobreaviso); (iii) Contração de 6,75% em encargos (encargos sociais, férias, FGTS etc...).

As despesas totais com Pessoal (que incluem Despesa Atuarial) apresentou alta de 7,4% (+R\$10,4 milhões) no trimestre quando comparado ao 1T16 assinalando R\$149,9 milhões, influenciado, principalmente, pelas despesas atuariais que tiveram aumento de 57,5% (+R\$6,1 milhões) no comparativo com primeiro trimestre de 2016.

Previdência Privada e Despesa Atuarial

A Celesc Distribuição é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS que administra os planos de benefícios previdenciários e o plano assistencial de saúde oferecidos aos seus empregados. A *Despesa Atuarial* reconhecida na Demonstração de Resultado segue o definido na Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios Pós-Emprego realizada por atuários independentes. A despesa/receita atuarial líquida em 31/12/2016 é de R\$135,2 milhões, 27,0 superior à despesa incorrida em 2015, explicada praticamente por alterações nas premissas atuariais quanto ao plano de saúde, conforme apresentado no quadro abaixo. O valor estimado a ser reconhecido em 2017 é de R\$115,1 milhões, valor 15% abaixo do reconhecido em 2016.

Celesc Distribuição S.A. | Despesa (receita) Atuarial reconhecida no resultado

R\$ Milhões	Valor efetivamente reconhecido em 2013	Valor efetivamente reconhecido em 2014	Valor efetivamente reconhecido em 2015	Valor efetivamente reconhecido em 2016	Valor estimado a ser reconhecido em 2017
Plano Transitório	39,8	33,6	42,6	47,0	32,2
Plano Misto	40,6	23,1	35,5	40,0	34,8
Plano Pecúlio	(0,2)	0,1	0,1	1,1	1,0
PDVI 2002	2,2	0,6	-	-	-
PDV 2012	21,0	20,3	12,9	9,9	3,6
Plano de Saúde	(10,3)	(5,9)	11,6	33,1	38,9
Outros Benefícios	2,9	3,2	3,1	4,1	4,6
Total	95,9	74,9	105,7	135,2	115,1

O quadro a seguir apresenta o Passivo Atuarial reconhecido em 31/03/2017 em comparação ao fechamento de 2016 e demonstra redução das obrigações estimadas da Celesc Distribuição da ordem de 1,6% na comparação com fechamento de 2016.

Celesc Distribuição S.A. | Passivo Atuarial

R\$ Milhões	em 31 de dezembro de 2016	em 31 de Março de 2017	Var. %
Planos de Benefícios Previdenciários	870,3	861,7	-1,0%
Plano Misto + Plano Transitório	870,3	861,7	
Outros Benefícios Pós-Emprego	688,9	673,0	-2,3%
Plano de Saúde	582,2	579,9	
PDV 2012	50,8	38,4	
PDI 2016	16,2	14,1	
Outros Benefícios	39,7	40,6	
Total	1.559,2	1.534,7	-1,6%
<i>Curto Prazo</i>	162,3	163,6	
<i>Longo Prazo</i>	1.396,9	1.371,2	

Materiais

A rubrica *Materiais* somou R\$ 3,3 milhões diminuição de 26,3% (-R\$1,2 milhão) no primeiro trimestre de 2017. Dentre as rubricas que contribuíram para esta variação destaca-se: (i) Redução de R\$1,5 milhões em manutenção e conservação de veículos da empresa; (ii) Aumento de R\$0,4 milhões em materiais de manutenção e conservação de unidades operativas e administrativas; (iii) Redução de R\$0,2 milhões em Telecontrole e teleprocessamento.

Serviços de Terceiros

Os gastos com *Serviços de Terceiros* somaram R\$41,3 milhões no primeiro trimestre de 2017, leve redução de 0,6% (-R\$0,3 milhões) em relação ao período comparativo com primeiro trimestre de 2016. A redução deve-se, principalmente, (i) Redução de R\$2,0 milhões em serviços com leitura de medidores; (ii) Aumento de R\$1,5 milhões em serviços com roçada; (iii) Acréscimo de R\$0,5 milhões em serviços de corte e religamento; (iv) Diminuição de R\$0,8 milhões em serviços de manutenção de software; (v) Aumento de R\$0,5 milhões em serviços com fornecimento de combustível; (vi) Ampliação de R\$1,0 milhões em serviços de Call Center.

Outras Despesas Operacionais
Celesc Distribuição S.A. | Outras Despesas / Receitas Operacionais

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Outras Despesas / Receitas - Total	(11,9)	20,7	273,9%
Arrendamento e Aluguéis	(3,8)	(4,5)	19,0%
Seguros	(0,0)	(0,0)	100,0%
Tributos	(2,4)	(1,6)	-30,5%
Perdas Líquidas	(6,2)	(4,2)	-31,4%
Despesas Diversas*	0,4	31,1	8606,2%

* Despesas Diversas: Consumo Próprio de Energia, Publicidade, Multas, Indenizações a Consumidores, Doações/Subvenções, etc.

O item *Outras Despesas Operacionais* registrou saldo positivo de R\$20,7 milhões no trimestre, decréscimo de 273,9% em relação ao primeiro trimestre de 2016 quando os gastos foram da ordem de R\$11,9 milhões. Dentre os fatores que contribuíram para redução destaca-se: (i) Aluguéis e arrendamento apresentaram alta de 19,0% (+R\$0,7 milhões) no trimestre; (ii) Tributos tiveram redução de 30,5% (-R\$0,7 milhões) no trimestre; (iii) Perdas líquida com Crédito teve queda de 31,4% (-R\$1,9 milhão) no trimestre no comparativo com o primeiro trimestre de 2016 registrando R\$4,5 milhões (R\$4,2 milhões líquido) versus R\$6,5 milhões (R\$6,2 milhões líquido) do 1T16, ressalta-se que a maior parte destes créditos foram lançados como perda em trimestres anteriores; (iv) Violação Padrão de Qualidade retraiu 41,6% (-R\$2,5 milhões) no trimestre, assinalando R\$3,4 milhões. Ressalta-se que foram reconhecidos, no primeiro trimestre de 2017, R\$7,3 milhões correspondente a ganhos com desativação de bens e R\$14,7 milhões referente a alugueis de poste.

Provisões e Reversões de Provisões

Celesc Distribuição S.A. | Provisões

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Provisões líquidas - Total	(10,4)	(28,2)	172,0%
Provisões p/ Perdas Est. em Créd. de Liq. Duv., líquidas	(8,3)	(4,9)	-41,1%
<i>Provisões de PECLD</i>	(10,5)	(9,2)	-12,2%
<i>Reversão de Provisões de PECLD</i>	2,2	4,3	95,7%
Outras Provisões, líquidas	(2,1)	(23,3)	1015,6%
<i>Outras Provisões</i>	(8,8)	(26,3)	197,8%
<i>Reversão de Outras Provisões</i>	6,7	3,0	-55,6%

O efeito líquido de *Provisões e Reversões de Provisões* no resultado da Celesc Distribuição no primeiro trimestre de 2017 foi negativo (efeito intensificador nas despesas operacionais da distribuidora) em R\$28,2 milhões, 172,0% (+R\$17,8 milhões) superior ao valor registrado no primeiro trimestre de 2016. No período em tela as principais variações que fizeram a rubrica de Provisões impactarem o resultado da Celesc D são apresentadas conforme detalhamento abaixo:

Provisões para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

- (i) As Provisões de PECLD somaram R\$9,2 milhões no 1T17 (-R\$1,3 milhões em relação ao 1T16), reflexo do faturamento da Companhia decorrente da elevação nas tarifas de fornecimento de energia elétrica (reajuste de agosto de 2015 e revisão tarifária extraordinária de março de 2015);
- (ii) Reversão de Provisão de R\$4,3 milhões no primeiro trimestre de 2017;

Outras Provisões para Perdas (Contingências Jurídicas Trabalhistas, Cíveis, Fiscais, Ambientais e Regulatórias)

- (i) Elevação na rubrica Outras Provisões Líquidas totalizando R\$23,3 milhões no trimestre (reversão da provisão com efeito intensificador nas despesas operacionais da distribuidora);
- (ii) A rubrica Outras provisões apresentou R\$26,3 milhões, segregando-se obtêm-se: Trabalhista (R\$5,7 milhões), Civil (R\$20,5 milhões) e Ambiental (R\$0,1 mil);
- (iii) Detalhando-se a rubrica reversão de outras provisões, que somou R\$3,0 milhões no trimestre, tem-se: Trabalhista (R\$1,2 milhões) e Civil (R\$1,8 milhões).

EBITDA e EBITDA Ajustado (não auditado)

O EBITDA (IFRS) apurado pela Celesc Distribuição no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$196,7 milhões, margem EBITDA de 13,9% antes dos ajustes, aumento expressivo em relação ao registrado no primeiro trimestre de 2016 (R\$94,0 milhões). A tabela a seguir apresenta a conciliação do EBITDA societário (ICVM nº 527/12) e também os ajustes de EBITDA (Efeitos Não-Recorrentes).

Celesc Distribuição S.A. | EBITDA IFRS - Não-Recorrentes

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Lucro / Prejuízo Líquido	16,6	95,2	472,8%
(+) IR e CSLL	9,6	58,8	511,2%
(+) Resultado Financeiro	17,8	(6,6)	-137,2%
(+) Depreciação e Amortização	49,9	49,4	-1,1%
EBITDA	94,0	196,7	109,3%
(-) Efeitos Não-Recorrentes	0,0	0,0	
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	94,0	196,7	109,3%
<i>Margem EBITDA IFRS, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>6,1%</i>	<i>13,9%</i>	
<i>Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>6,1%</i>	<i>13,9%</i>	

Considerando que não tivemos efeitos não recorrentes no trimestre e consequentemente ajustes, o EBITDA ajustado e margem são similares ao IFRS, tendo aumento de 109,3% (+R\$102,7 milhões) no comparativo com primeiro trimestre de 2016 quando assinalou R\$94,0 milhões. Ressalta-se que no 4T16 houve a reclassificação da receita com VNR da categoria de rubrica da Receita Financeira para Receita Bruta, com isso o EBITDA do 1T17 foi majorado para cima em R\$0,8 milhões (receita de VNR R\$0,8 mil no 1T17) no comparativo com 1T16.

O EBITDA Ajustado da Celesc Distribuição assinalou R\$196,7 milhões no primeiro trimestre de 2017, sendo que o EBITDA Regulatório (Valor da Parcela B menos o valor do Custo Operacional Regulatório – PMSO) da Celesc Distribuição registrou R\$145,893 milhões. A diferença positiva de R\$50,8 milhões entre o EBITDA ajustado e Regulatório é explicada por: 1) Variação positiva de R\$72,8 milhões na Parcela B (+R\$68,2 milhões de Mercado, -R\$20,0 milhões de Pessoal e +R\$24,6 milhões de MSO e Provisões); 2) Variação positiva de R\$2,3 milhões na Parcela A (+R\$3,7 de neutralidade, +R\$5,6 milhões de imposto e -R\$7,0 milhões de variação cambial); e 3) -R\$24,3 milhões de Perdas.

Resultado Financeiro

A Celesc Distribuição apresentou Resultado Financeiro positivo de R\$6,6 milhões no primeiro trimestre de 2017, alta de 137,2% (+R\$24,4 milhões) no comparativo com primeiro trimestre de 2016.

As Receitas Financeiras somaram R\$66,3 milhões no trimestre, redução de 14,0% (-R\$10,8 milhões) em relação ao 1T16 destacando: (i) Renda de Aplicação Financeira R\$24,6 milhões, aumento de 17,7% (+R\$3,7 milhões); (ii) Variação Monetária, redução de 77,3%, no comparativo com 1T16; (iii) Juros e Acréscimo sobre Faturas, alta de 12,0% (+R\$3,1 milhões) decorrente do aumento do faturamento e da inadimplência de curtíssimo prazo; (iv) Atualização Monetária sobre Ativo Regulatório, pequena redução de 1,8%, as variações nesta rubrica advém da aplicação da SELIC sobre os ativos financeiros setoriais (ativo regulatório), que passaram a ser contabilizado a partir de dezembro de 2014. Destaca-se que a receitas financeiras do período base do 1T16 estão majoradas em R\$5,1 milhões devido a reclassificação da receita com VNR que antes do 4T16 era reclassificada com Receita Financeira, sendo assim excluindo o efeito da reclassificação (R\$5,1 milhões) teríamos R\$66,3 milhões no 1T17 versus R\$72,0 no 1T16, resultando na variação negativa de 7,9%.

As Despesas Financeiras foram de R\$59,7 milhões no trimestre, queda significativa de 37,1% (-R\$35,2 milhões) em relação ao período comparativo, sendo os principais fatores de influência: (i) Encargos de Dívidas, totalizou R\$23,0 milhões decorrente de: 1) Juros pagos sobre o estoque de dívida (R\$10,9 milhões) e de seu principal indexador (taxa CDI) e 2) Reclassificação da reserva matemática, classificada como despesa operacional até o 3T15, tendo impacto de R\$12,1 milhões no trimestre, mas reduzindo a despesa operacional; (ii) Juros sobre Debenture, somando R\$10,1 milhões relativa à captação realizada em maio/13 (liquidada em setembro 2016) e setembro/15 e (iii) Atualização de Passivos Regulatórios (SELIC) totalizando R\$15,8 milhões, (iv) Atualização do P&D e Eficiência Energética totalizando R\$7,0 milhões no primeiro trimestre de 2017; (v) Na rubrica Outras despesas registraram R\$3,3 milhões no 1T17.

Celesc Distribuição S.A. | Demonstrativo do Resultado Financeiro

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Receitas Financeiras	77,2	66,3	-14,0%
Renda de Aplicações Financeiras	20,9	24,6	17,7%
Variações Monetárias	11,5	2,6	-77,3%
Incentivo Financeiro Fundo Social	0,0	1,2	
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Faturas	25,8	28,9	12,0%
Atualização Monetária Ativos Financeiros	4,5	4,4	-1,8%
Atualização VNR**	5,1	0,0	-100,0%
Variação Cambial Energia Comprada	8,0	7,5	-6,7%
Outras Receitas Financeiras	1,3	(2,9)	-314,8%
Despesas Financeiras	(95,0)	(59,7)	-37,1%
Encargos de Dívidas	(42,5)	(23,0)	-45,9%
Variações Monetárias	(0,7)	(0,2)	-68,2%
Atualização P&D e Eficiência Energética	(7,1)	(7,0)	-1,5%
Variação Cambial Energia Comprada	(11,2)	(0,3)	-97,7%
Atualização Monetárias Ativos Regulatórios	(9,7)	(15,8)	63,4%
Juros sobre Debêntures	(22,2)	(10,1)	-54,4%
Outras Despesas Financeiras	(1,7)	(3,3)	99,5%
Resultado Financeiro Líquido	(17,8)	6,6	137,2%

** Atualização VNR foi reclassificada como item de Receita Bruta a partir do 4T16

Destaca-se que a receita com VNR, atualmente classificada na Receita Bruta receita, somou R\$0,8 milhões no primeiro trimestre de 2017, excluindo do resultado financeiro líquido, conforme procedimento executado na receita financeira, teríamos resultado líquido negativo de R\$22,9 milhões (expurgo de R\$5,1 milhões de receita com VNR) no 1T16 versus R\$6,6 milhões positivo do 1T17, resultando numa variação positiva de 128,9%.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

A Celesc Distribuição registrou lucro (IFRS) de R\$95,2 milhões (margem líquida de 6,7%) no primeiro trimestre de 2017, aumento substancial de 472,8%, na comparação com o primeiro trimestre de 2016 quando registrou R\$16,6 milhões (margem líquida de 1,1%). Considerando que não tivemos efeitos não recorrentes no período o lucro ajustado foi similar ao lucro IFRS.

Celesc Distribuição S.A. | LUCRO LÍQUIDO IFRS - Não-Recorrentes

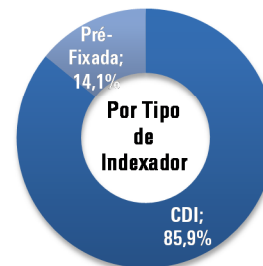
R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido - Reportado IFRS	16,6	95,2	472,8%
(+) Efeitos de Ativos e Passivos Regulatórios			
(=) Lucro/Prejuízo Ajustado por Ativos/Passivos Regulatório	16,6	95,2	472,8%
(-) Efeitos Não-Recorrentes	0,0	0,0	
(=) Lucro Líquido Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	16,6	95,2	472,8%
Margem Líquida IFRS, exclui Receita de Construção (%)	1,1%	6,7%	
Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	1,1%	6,7%	

Endividamento

O quadro abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos detidos pela Celesc Distribuição em 31 de março de 2017 comparativo com o encerramento do exercício de 2016:

Celesc Distribuição S.A. | Posição Empréstimos e Financiamentos

R\$ Milhões	Tx. Anual de Juros	em 31 de Dezembro de 2016	em 31 de Março de 2017	Δ
Moeda Nacional				
Empréstimos Bancários	110% a 121,5% CDI	235,2	192,3	-18,2%
Eletrobrás	5,00%	56,3	49,8	-11,5%
Debêntures	CDI + 1,30%	304,7	315,0	3,4%
Finame	2,50% a 8,70%	41,6	40,2	-3,4%
Mútuo Celesc D/G	125% do CDI	40,2	41,9	
Total		678,0	639,2	-5,7%
<i>Curto Prazo - Circulante</i>		308,2	309,0	
<i>Longo Prazo - Um a Cinco Anos</i>		365,0	326,4	
<i>Longo Prazo - Acima de Cinco Anos</i>		4,8	3,8	



O custo médio da dívida financeira total da Celesc é de 13,86% (ano), sendo 15,07% a.a. o custo médio da dívida atrelada ao CDI e 6,52% a.a. a dívida pré-fixada, estando em linha com as taxas cobradas no mercado. O prazo médio da dívida financeira total da Celesc Distribuição é de 1,8 anos, correspondendo 1,4 anos a parte da dívida indexada ao CDI e 4,1 anos a dívida pré-fixada, evidenciando o encurtamento dos prazos.

Empréstimos Bancários

Em 11 de março de 2014, o Conselho de Administração autorizou à captação de R\$300,0 milhões junto a Caixa Econômica Federal a taxa de 121,5% do CDI. A Companhia deverá saldar a dívida até junho de 2018, sendo que o saldo devedor atual está em R\$150,0 milhões. A dívida está sendo amortizada na proporção de R\$10 milhões ao mês.

Em 23 de janeiro de 2015, a Celesc D captou recursos no valor de R\$100,0 milhões junto ao Banco do Brasil para Capital de Giro. O pagamento está sendo realizado em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas e com encargos financeiro de 110% do CDI. O saldo atual da dívida é de R\$42,0 milhões com prazo de liquidação até janeiro de 2018.

Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5,00% a.a. e taxa de administração de 2,00% a.a. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e são anuídos pela ANEEL.

Debêntures

Em maio de 2013, a subsidiária Celesc Distribuição emitiu pela primeira vez 30.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória exercida pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, captando recursos para serem utilizados para reforço de capital de giro e realização de investimentos pela Companhia. As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sob o regime de garantia firme, e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários "DI", acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, tendo vencimento no prazo de 72 (setenta e dois) meses contados da data da emissão. A Remuneração é paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão (15/5/2013). A amortização em 3 (três) parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão. As Debêntures têm como compromisso contratual (*covenant*) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2 e limite de distribuição de dividendo de no máximo 30%.

Em 10 de setembro de 2015, foi realizada 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Celesc Distribuição, as Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sob o regime de garantia firme, sendo o valor total de R\$ 300 milhões. Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias da Companhia decorrentes das Debêntures, a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. As Debêntures tem prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da Data de Emissão, vencendo em 10 setembro de 2016. Farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, "over

extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As Debêntures têm como compromisso contratual (covenant) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2. A companhia liquidou está debenture em setembro de 2016, conforme o vencimento.

Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a compra de máquinas e equipamentos; possui taxas de juros de 2,5% a.a. a 8,7% a.a. Em caso de inadimplência, a garantia esta vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

Mútuo Celesc Distribuição S.A com Celesc Geração S.A.

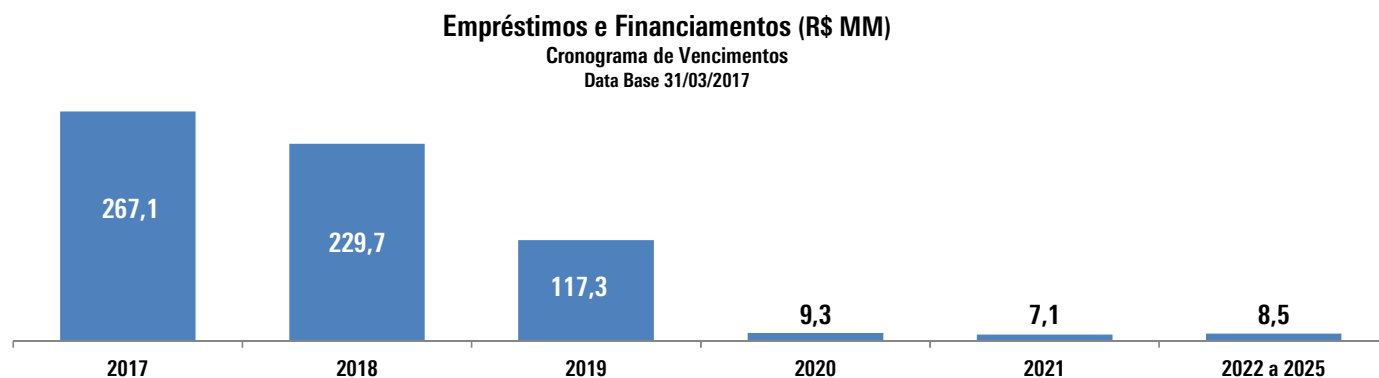
Em 16 de agosto de 2016, a Celesc Geração S.A (Mutuante) e a Celesc Distribuição (Mutuaria) firmaram contrato de mútuo, com anuência da ANEEL, pelo prazo de 24 meses e taxa de juro de 125% do CDI. Os pagamentos de juros e amortização do principal serão feitos no fim da operação.

A mutuante, de acordo com as necessidades da mutuaria, poderá realizar disponibilizações financeiras até o limite de R\$ 110 milhões, na forma de crédito rotativo, devendo a mutuaria efetuar coberturas parciais ou cobertura total do saldo durante a vigência do contrato. Até o presente momento o valor já utilizado foi de R\$ 38,0 milhões, sendo o saldo devedor atual R\$40,2 milhões (Principal + Juros).

A dívida financeira bruta da Celesc Distribuição soma R\$639,2 milhões em 31 de março de 2017, redução de 5,7% (-R\$38,8 milhões) em relação ao fechamento de 2016 (R\$678,0 milhões), decorrente da menor necessidade de capital de giro para fazer frente aos custos com compra de energia elétrica para revenda.

Cronograma Empréstimos e Financiamentos

O cronograma estimado de vencimento dos empréstimos e financiamentos está disposto no gráfico a seguir.



As disponibilidades somam R\$978,2 milhões em 31 de março 2017, resultando em uma dívida financeira líquida negativa da ordem de R\$339,0 milhões (dívida líquida de R\$ 202,9 milhões apurada em dezembro/16). A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2017 com sua dívida financeira representando -1,1x o EBITDA dos últimos 12 meses (-0,6x o EBITDA Ajustado) e -0,2x seu Patrimônio Líquido conforme a seguir:

Celesc Distribuição S.A. | Endividamento

Dívida Financeira 1T17			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2016	em 31 de Março de 2017	Δ
Dívida de Curto Prazo	308,2	309,0	0,2%
Dívida Longo Prazo	369,8	330,2	-10,7%
Dívida Financeira Total	678,0	639,2	-5,7%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	880,9	978,2	11,0%
Dívida Financeira Líquida	(202,9)	(339,0)	67,1%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	-0,9x	-1,1x	
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	-0,5x	-0,6x	
Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido	0,5x	0,5x	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	-0,2x	-0,2x	

Importante destacar que com a liminar concedida na Ação Ordinária Judicial visando à compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobrás, os valores em controvérsia sobre pagamento do encargo CDE (nota explicativa n. 23 ITR 1T17) e recebimento dos Subsídios (nota explicativa n. 29.1 ITR 1T17), não estão sendo realizados desde abril de 2015, e desta forma se ajustarmos o caixa com a realização do encontro de contas (R\$2,38 bilhões a pagar de CDE contra R\$1,36 bilhões a receber de subsídios), o caixa ajustado no final do período seria negativo em R\$44,6 milhões, performando dívida financeira líquida de R\$683,8 milhões. A companhia vem envidando esforços de negociação junto a Eletrobrás, com objetivo de realização da compensação dos valores, com parcelamento do saldo a pagar, possibilitando assim com o encerramento da ação judicial.

Considerando as Obrigações com Pensão, que somam R\$861,7 milhões em 31 de março 2017 e Outros Benefícios a Empregados (Plano de Saúde, PDVs, outros) no valor de R\$673,0 milhões, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia soma R\$840,4 milhões, o que representa 2,6x o EBITDA 12M e 0,6x o Patrimônio Líquido da empresa ao fim do 1T17, conforme quadro abaixo:

Celesc Distribuição S.A. | Endividamento + Passivo Atuarial

R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2016	em 31 de Março de 2017	Δ
Dívida de Curto Prazo	308,2	309,0	
Dívida Longo Prazo	369,8	330,2	
Dívida Financeira Total	678,0	639,2	-5,7%
(+) Passivo Atuarial Líquido	1.198,0	1.179,4	-1,6%
Obrigações com Pensão	870,3	861,7	-1,0%
Outros benefícios a empregados	688,9	673,0	-2,3%
(-) IR/CSLL diferidos ¹	361,2	355,3	-1,6%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	880,9	978,2	11,0%
Dívida Líquida Ajustada	995,1	840,4	-15,6%
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA 12M	4,5x	2,6x	
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA Ajust. 12M	2,4x	1,6x	
Dívida Total Ajust. / Patrimônio Líquido	1,4x	1,3x	
Dívida Líquida Ajust. / Patrimônio Líquido	0,8x	0,6x	

¹ ITR 1T17, Nota Explicativa 18.a

Se aplicássemos mesmos ajustes da dívida financeira, incluído os encargos da CDE (efeito negativo) e subsídio (efeito positivo) ajustando no caixa final da companhia, a dívida financeira líquida com passivo atuarial totalizaria R\$R\$1.863,2 milhões.

Destaca-se que a Companhia está em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD com objetivo de captar recursos para seu plano de investimentos para os próximos 05 anos. A empresa obteve recomendação favorável do COFIEIX para negociar com os Bancos US\$ 354 milhões com o aval da República Federativa do Brasil. O prazo da operação é de 25 anos e a taxa de juros estimada é de 2% a.a + libor.

Ratings da Celesc Distribuição e da Controladora

A Moody's América Latina Ltda (Moody's) atribuiu ratings de emissor Ba3 em escala global e A2.br em escala nacional à Celesc Distribuição S.A. (CELESC D). Ao mesmo tempo, a Moody's atribuiu ratings Ba3 e A2.br a BRL 300,0 milhões em debêntures amortizáveis sem garantia de ativos reais amortizáveis em 6 anos com vencimento em 2019 emitidas pela CELESC D e garantidas pela CELESC no mercado local. A perspectiva negativa reflete a expectativa da Moody's de que a CELESC D, apesar de certa deterioração nos indicadores de crédito em relação ao desempenho histórico, consiga uma redução gradual em seus custos operacionais, bem como assegurar dívida de longo prazo suficiente para financiar seu programa de investimentos em imobilizado.

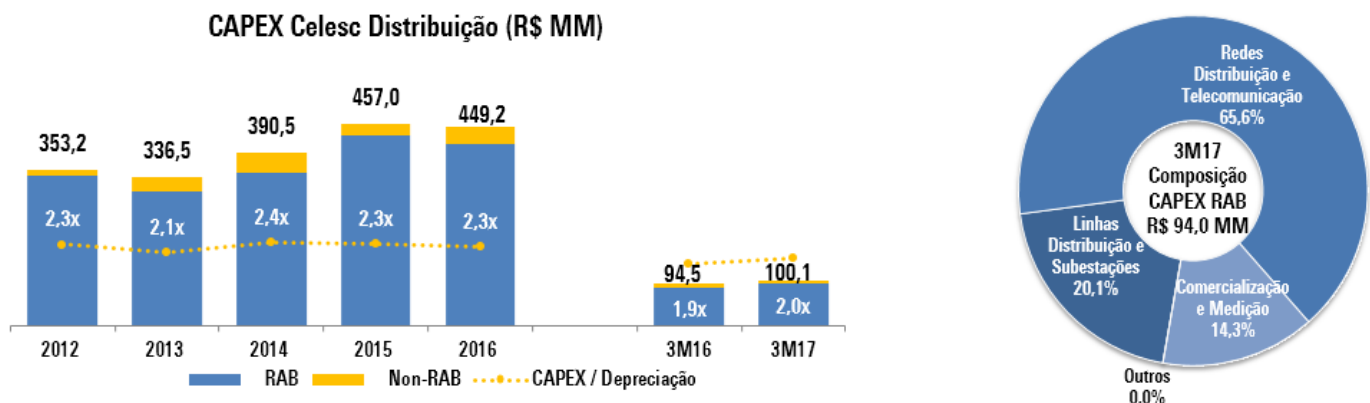
Investimentos | CAPEX

Os investimentos realizados pela Celesc Distribuição somaram R\$100,1 milhões no primeiro trimestre de 2017, significando CAPEX de 6,0% acima do realizado no primeiro trimestre de 2016. A tabela abaixo apresenta o investimento da distribuidora indicando o que compõe a Base de Remuneração Regulatória - BRR (no inglês, RAB – *Regulatory Assets Base*):

CAPEX - Celesc Distribuição S.A.			
R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Investimentos Distribuição	94,5	100,1	6,0%
RAB *	84,3	94,0	11,5%
Non - RAB	10,2	6,1	-39,8%
Depreciação / Amortização	(49,9)	(49,4)	-1,1%
Relação CAPEX x Depreciação	1,9x	2,0x	

* RAB: Regulatory Assets Base

Os gráficos a seguir ilustram o CAPEX realizado pela empresa nos últimos anos (e sua relação com a Depreciação), bem como a composição do CAPEX em ativos elétricos realizados no primeiro trimestre de 2017, os quais irão compor a Base de Remuneração Regulatória – BRR:



Os investimentos na rede de distribuição busca atender a melhora continua dos indicadores de qualidade (DEC e FEC) firmados no contrato de renovação da concessão. A demanda de CAPEX RAB no ciclo tarifário em vigor deverá seguir em 1,6x a depreciação aproximadamente.

A Celesc Distribuição investiu R\$1,2 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e R\$4,6 milhões em Eficiência Energética no primeiro trimestre de 2017.

2.1.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição S.A.

Exposição contratual 2014 – Despachos ANEEL 2.642/15 e 2.078/16

Em 2015 a ANEEL apurou as exposições contratuais das distribuidoras referentes ao ano de 2014, divulgando os montantes de exposição involuntária através do Despacho n. 2.642/2015. Para a CELESC D, foi apurado o montante de 117,2MW de exposição

contratual, sendo 64,36MW reconhecidos como involuntários. Em face de tal Despacho foi apresentado recurso à ANEEL que pautou-se em 3 (três) pontos: (i) 2MW decorrentes de consumidores que a ANEEL entendeu terem retornado ao mercado cativo por ato voluntário da CELESC D, o que não ocorreu, pois retornaram por ordem judicial, ou ainda foram apenas desligados; (ii) 15,818MW relativos a erro material no preenchimento de formulário de declaração no leilão A-1 de 2013, posto que referido montante de energia foi declarado em campo diverso do formulário, além do fato de referidos montantes já terem sido declarados em outros dois leilões (A-0 de 2013 e A-0 de 2014) os quais foram frustrados; e (iii) 35,02MW decorrentes de variação extraordinária de mercado ocorrida a partir de intensiva onda de calor que assolou o estado no 1º Trimestre de 2014, e conseqüentemente um crescimento anual da ordem de 6,7% no mercado, contra um histórico de 2,5%. Diante da inoperância de mecanismos de ajuste contratual em 2013 e 2014, referido crescimento extraordinário do mercado não pôde ser ajustado, gerando a exposição contratual da ordem de 1,5% do mercado.

Através do Despacho nº 2.078 publicado em 08 de agosto de 2016, a companhia teve reconhecido no mérito, parcial provimento, de modo a: a) considerar mais 2 MWmédios como exposição involuntária relativa à cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de consumidores especiais; e b) considerar mais 15,818 MWmédios como exposição involuntária, em razão do reconhecimento de erro no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013. Diante do Despacho, a exposição considerada pelo Órgão Regulador como voluntária passou de 52,84 MWmédios para 35,02 MWmédios, sendo assim a Companhia está reconhecendo no resultado do 2º Trimestre de 2016, o valor de R\$256 milhões referente a exposição voluntária em 2014, contabilizado no 2T16 R\$225 milhões na conta de Ativos/Passivos Financeiros da Receita Operacional Bruta, com efeito negativo, e R\$31 milhões como despesa financeira (atualização da sobrecontratação). A Companhia vem adotando todas as medidas administrativas e judiciais necessárias com a finalidade de preservar os seus interesses, quanto ao reconhecimento do caráter involuntário dos 35,02 MWmédios não atendidos no recurso apresentado à ANEEL.

A CELESC D ingressou com Ação Judicial em face da ANEEL objetivando questionar o Despacho n. 2078/2016, a fim de obter o reconhecimento integral das exposições contratuais como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$ 256 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão esta atendida pela ANEEL quando da homologação da Revisão Tarifária, sendo que no momento a companhia permanece discutindo o mérito da ação em juízo, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária, e assim eliminando qualquer redutor tarifário, bem como, aplicação de penalidades pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Subsídio Decreto nº 7.891/13 e Taxas Regulamentares

A Companhia interpôs Ação Ordinária Judicial em 2015 visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobras, obtendo liminar favorável para suspender os pagamentos das cotas de CDE até análise de mérito quanto ao pedido de compensação. Referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de CDE devidas à CELESC D pela Eletrobras, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à compensação e adimplência das obrigações da CELESC D para com a Eletrobras, do mesmo modo, nas parcelas de CDE (taxas regulamentares) definidas por essa agência reguladora. Os valores mensais, referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobras a CELESC D. O não recebimento destes valores comprometeu seriamente o fluxo de caixa da CELESC D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa.

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à CELESC D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015. Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015. Em 30 de setembro de 2015, por meio da Nota Técnica nº 261, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$49.857 com vigência de agosto de 2015 a julho de 2016, e de R\$ 43.701 de julho de 2016 a agosto de 2017, conforme a Nota Técnica nº 398/2016-SGT/ANEEL, de 12/12/2016. Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

Para o ano de 2017, a Resolução homologatória nº 2.202/2017 homologou as cotas de CDE que serão pagas pela CELESC D: Quota mensal CDE Uso R\$ 41.064, Quota mensal CDE Energia R\$ 22.489 e Quota previsão anual a ser recebida da CDE para compensar os descontos tarifários R\$ 540.308.

Prorrogação da Concessão – Medida Provisória – MP nº 579/12, Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 8.461/15

A CELESC D teve o vencimento de seu contrato de concessão ocorrido no dia 07 de julho de 2015 conforme disposto no Contrato de Concessão nº 056/99. Com o advento da MP nº 579/12, trazendo nova disciplina legal para a prorrogação dos contratos de concessão, em 19 de setembro de 2012, a Companhia protocolou documento ratificando a intenção manifestada no mês de junho do mesmo ano junto ao órgão regulador - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em janeiro de 2013, a Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.783/13, mantendo a previsão de prorrogação por 30 anos. Até 03 de junho de 2015 havia uma grande expectativa em relação às regras e condições para a prorrogação das concessões de distribuição, considerando a diretriz traçada na Lei 12.783/2013. Nesse mês, foi então publicado o Decreto nº 8.461, disciplinando as condições para a prorrogação da concessão, bem como delegando à ANEEL a instrumentalização do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, bem como as condicionantes afetas à qualidade do serviço, à sustentabilidade econômica, à modicidade tarifária, e à racionalidade técnica, operacional e econômica.

No ano de 2016 iniciou-se o acompanhamento das condicionantes para a manutenção da concessão, conforme estabelecido no Termo Aditivo assinado. Para este ano já será exigido o atingimento das metas de DEC e FEC internas estabelecidas em contrato, quais sejam: 14,77 horas para o DEC e 11,04 interrupções para o FEC. Objetivando atingir referidas metas acordadas com o Poder Concedentes, foram traçadas ações nos plano operacional e de investimentos, concentrando-se especialmente na Diretoria de Distribuição – DDI.

Ao longo do primeiro semestre foram intensivos os investimentos no sistema elétrico, sendo que algumas obras estruturantes foram inauguradas, como subestações, além de outras obras que melhoram o desempenho do sistema elétrico. Contribuindo para a melhoria do desempenho, as condições climáticas estão favoráveis desde o início do ano de 2016, sinalizando para uma adequação dos indicadores de DEC e FEC, caso estas sejam mantidas até o final do ano.

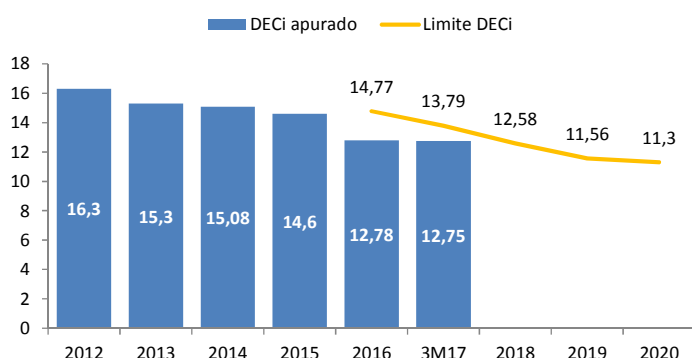
O novo aditivo que prorroga prazo de concessão por 30 anos impôs condicionantes de eficiência à distribuidora perante a qualidade do serviço e sustentabilidade da gestão econômico-financeira. O descumprimento das condições por dois anos consecutivos ou de quaisquer dos limites ao final do período dos primeiros cinco anos acarretará na extinção da concessão. A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos, implicará na abertura do processo de caducidade. Adicionalmente, o descumprimento das metas globais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou três vezes em cinco anos, poderá suscitar na limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio, enquanto que o descumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira refletirá na necessidade de aporte de capital dos acionistas controladores.

Abaixo seguem as metas a serem seguidas pela CELESC D nos primeiros 5 anos da prorrogação:

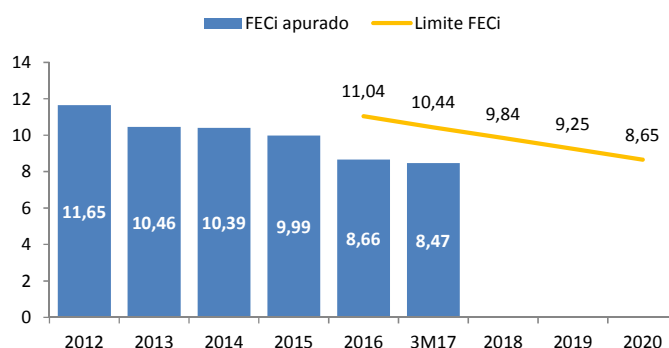
Ano	Gestão Econômica Financeira	Indicadores de Qualidade (limite estabelecido)	
		DEC	FEC
2016		14,77	11,04
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44
2018	{LAJIDA (-)QRR}>0	12,58	9,84
2019	{DIVIDA LIQUIDA}/LAJIDA (-)QRR?}<0,8*SELIC³	11,56	9,25
2020	DIVDA LIQUIDA}/LAJIDA (-)QRR}<1/1,11*SELIC	11,30	8,65

O gráfico abaixo apresenta o acompanhamento dos indicadores de qualidade até o primeiro trimestre de 2017, referente aos últimos doze meses.

Histórico de Apuração e Limites de DECI



Histórico de Apuração e Limites de FECi



Compartilhamento de RH e Infraestrutura – A diretoria da ANEEL, no mês de fevereiro de 2016, finalmente deliberou acerca das condições em que poderá ocorrer o compartilhamento de Recursos Humanos – RH e de Infraestruturas entre os agentes do setor elétrico que estejam em mesmo grupo econômico, objetivando o aproveitamento da sinergia de processos, ganhos de produtividade e consequentemente, otimização nos resultados econômico-financeiros. As novas regras foram estabelecidas através da Resolução Normativa n.º 699/2016, que também trouxe novos disciplinamentos para os atos entre partes relacionadas, incluindo os contratos de mútuo financeiro, troca de tecnologias e processos de anuência em geral. Considerando que referida resolução já era aguardada desde o ano de 2012, quando se iniciou sua discussão na ANEEL, especialmente diante dos atuais impactos fiscais da alocação de empregados na Celesc Holding, foram iniciados antecipadamente os trabalhos internos visando a apresentação de proposta à Administração da empresa para a nova configuração organizacional, onde foram ponderados os possíveis ganhos de sinergia com o compartilhamento, em contrapartida ao atendimento da condição de individualidade de cada concessão. Os trabalhos foram concluídos e apresentados à diretoria executiva em 27/09/16, sendo aprovada proposta de nova estrutura organizacional levada para deliberação do Conselho de Administração no mês de outubro, onde foi obtida sua aprovação. Atualmente estão sendo realizados os levantamentos necessários para elaboração dos relatórios que deverão contemplar o pleito de anuência prévia à ANEEL, sendo que em paralelo estão sendo discutidos junto a ANEEL os critérios de governança que serão exigidos para o compartilhamento, conforme disposto na documentação constante da Audiência Pública ANEEL n. 078/2016. O modelo aprovado pela Diretoria Executiva objetiva atender aos objetivos empresariais, através da redução de custos operacionais na Celesc Holding, e, por consequência, reduzir as perdas fiscais atualmente existentes. Também se objetivou levar à ANEEL um modelo de estrutura que não traz custos adicionais ao grupo econômico, buscando utilizar o compartilhamento de Recursos Humanos, sem agregar custos e utilizando-se das estruturas existentes.

Reajuste Tarifário Anual 2015 - [Resolução Homologatória Nº 1.927](#) e [Nota Técnica Nº 194/2015-SRE/ANEEL](#)

O Reajuste Tarifário da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 07 de agosto de 2015 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de 3,61%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de 4,82% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de 3,04% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de -4,25%. Na composição do IRT para o período 2015-2016 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de 3,84% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro. A Parcela B (custos gerenciáveis) representou variação de 0,98%. A Parcela B foi reajustada em 5,54%, índice resultante da variação do IGP-M do período (6,87%) menos o Fator X (1,33%), que objetiva capturar os ganhos de produtividade da concessionária. A tabela abaixo detalha a composição dos itens do reajuste:

Reajuste Tarifário 2015 (Resolução Homologatória ANEEL 1.927/2015)		
Parcela A	Encargos Setoriais	4,92%
	Custos de Transmissão	-0,34%
	Compra de Energia	-0,73%
	Total Parcela A	3,84%
Parcela B		0,98%
Reajuste Econômico (IRT), considerando a variação tarifária da RTE de março/15		4,82%
Componentes Financeiros do Processo Atual		3,04%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-4,25%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		3,61%

Revisão Tarifária da Celesc Distribuição - [Resolução Homologatória Nº 2.120](#), [Nota Técnica Nº 258/2016-SRE/ANEEL](#) e [Nota Técnica Nº 287/2016-SGT/ANEEL](#).

A Revisão Tarifária da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2016 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de -4,16%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de -1,54% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de -0,47% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de -2,15%. Na composição do IRT para o período 2016-2017 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de -2,20% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro. A Parcela B (custos gerenciáveis) representou variação de 0,66%. A tabela abaixo detalha a composição dos itens do reajuste:

Participação na Revisão Tarifária 2016 (Resolução Homologatória ANEEL 2.120/2016)		
Parcela A	Encargos Setoriais	-1,73%
	Custos de Transmissão	0,71%
	Compra de Energia	-1,18%
	Total Parcela A	-2,20%
Parcela B		0,66%
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		-1,54%
Componentes Financeiros do Processo Atual		-0,47%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-2,15%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		-4,16%

Quanto a remuneração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória – BRR definida para o 4º ciclo tarifário, R\$ 3,0 bilhões líquido (Despacho nº 1.920/16), ficou definido 8,09% referente ao WACC Regulatório real, e taxa de depreciação média em 3,78% a.a.

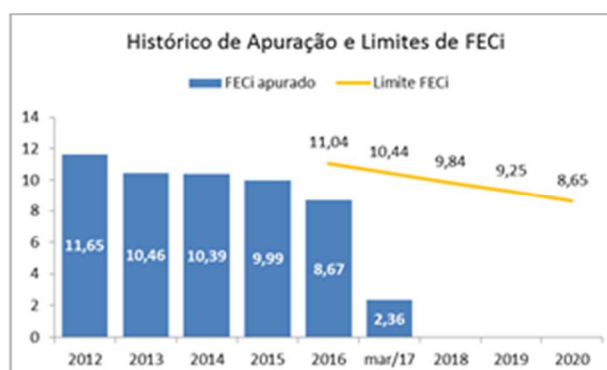
Prorrogação da Concessão – Resolução Normativa nº 747/2016 – Critérios para limitação de distribuição de dividendos e pagamentos de juros sobre o capital próprio

Ainda no contexto do novo aditivo ao contrato de concessão, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 747, de 29 de novembro de 2016, estabeleceu os critérios para limitação de distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio.

Segundo a resolução, no caso do descumprimento das metas globais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou três vezes em cinco anos, contados a partir do ano civil subsequente à data de celebração, a concessionária fica proibida de distribuir aos acionistas dividendos ou realizar pagamento de juros sobre o capital próprio, quando esses valores, isoladamente ou em conjunto, superarem 25% do lucro líquido.

A limitação à distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio vigora a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento, permanecendo até que os indicadores DEC e FEC tradicionais sejam performados.

O gráfico abaixo apresenta o acompanhamento dos indicadores de qualidade até o primeiro trimestre de 2017.


Lei das Estatais – Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 - Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016

Em 28 de dezembro de 2016, o governo federal editou o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que regulamenta a Lei das Estatais no âmbito da União. O Decreto regulamenta os mecanismos e estruturas de transparência e governança das empresas estatais e trata ainda das licitações a serem feitas por essas entidades. Referida disciplina regulamentar sinaliza para as diretrizes que serão seguidas no âmbito da administração pública estadual em Santa Catarina.

Seguindo este caminho, foi editado em 18 de janeiro de 2017 o Decreto Estadual n. 1.025, instituindo Grupos de Trabalho com a finalidade de os procedimentos para a adequação das empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado ao disposto na Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto estadual nº 1.007, de 20 de dezembro de 2016. As empresas deverão adequar os seus estatutos sociais ao disposto no decreto até 30 de junho de 2018.

Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016 – Medida Provisória nº 735/2016

Em 18 de novembro de 2016, o governo federal converteu a Medida Provisória nº 735/2016 na Lei nº 13.360/2016. Sancionada com 17 vetos e alterando 12 leis do sistema elétrico, a Lei supracitada tem os seguintes objetivos centrais: (i) reduzir o papel da Eletrobrás no setor com a transferência de competências para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; (ii) dispor sobre as condições mínimas para licitação dos serviços prestados por controladas da União; e (iii) disciplinar a transferência do controle de concessionárias do setor elétrico como alternativa à extinção das respectivas concessões.

Entre os pontos incluídos na Lei está a possibilidade de que o concessionário, permissionário e autorizado de serviços e instalações de energia elétrica apresente plano de transferência de controle como alternativa à extinção da outorga.

As concessionárias de distribuição passam a poder negociar contratos de compra e venda de energia com consumidores livres (com carga igual ou maior que 10.000 kW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV ou novos consumidores com carga seja igual ou maior que 3.000 kW, atendidos em qualquer tensão), desde que lastreados no excesso de energia contratada para atendimento à totalidade do mercado.

A ANEEL estabelecerá tarifas para o suprimento de Cooperativas de Eletrificação Rural enquadradas como permissionárias, cujos mercados próprios sejam inferiores a 700 GWh/ano (limite anterior era 500 GWh/ano), definirá o valor de subvenção às cooperativas para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas.

Dentre as inovações previstas no PLV vetadas pelo Presidente, destacam-se: (i) a possibilidade de a ANEEL analisar e estabelecer 'flexibilizações' de metas e ajustes de procedimentos regulatórios, bem como fixar prazos para correções de transgressões por agentes do setor (além ou apesar daqueles já previstos na regulamentação) considerando as especificidades de cada concessão, a exemplo dos aspectos climáticos enfrentados pela CELESC D; e (ii) a criação do chamado Plano Nacional de Modernização das Redes de Energia Elétrica – INOVA REDE, tendo dentre seus objetivos a modernização das redes de distribuição, ampliação do uso de carros elétricos e fortalecimento de instrumentos de captação financeira no mercado de capitais.

2.2 – Celesc Geração

2.2.1 – Desempenho Operacional

Produção

O volume total de energia gerada no primeiro trimestre de 2017 pelas usinas da Celesc Geração foi de 133,7 GWh, sendo 23,9% inferior ao realizado no primeiro trimestre de 2016, quando registrou produção de 175,7 GWh.

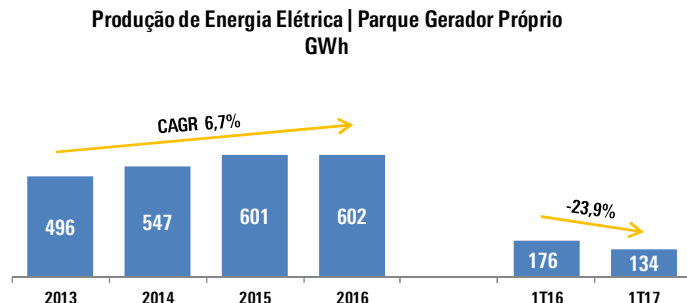
Dentre os fatores que afluíram para variação negativa no trimestre, enfatiza-se: (i) O baixo índice pluviométrico em todas as regiões do Estado (o desempenho das usinas depende diretamente da quantidade de chuva); (ii) A usina Pery está com uma unidade geradora fora de operação desde 24/01/2017 para adequação as exigências contratuais de construção (melhoria de rendimento da unidade geradora); e (iii) A usina Bracinho permanece desde 08/02/2017 fora de operação, para investimento – implantação do processo de automação da usina e das barragens.

Do total de 133,7 GWh produzido no primeiro trimestre de 2017, detalha-se: PCH Palmeira (25,74% da produção total), somando 34,4GWh; PCH Pery (22,24% da produção total), totalizando 29,7 GWh; PCH Garcia (12,81% da produção total), resultando 17,1 GWh; PCH Cedros (11,57% da produção total), alcançando 15,5 GWh.

O fator de capacidade global no primeiro trimestre de 2017 foi de 58,0%, representando 17,4 p.p. (pontos percentuais) abaixo do verificado no primeiro trimestre de 2017(75,4%).

Celesc Geração S.A. | Produção de Energia Elétrica

Desempenho Operacional (GWh)	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Parque Gerador Próprio	175,7	133,7	-23,9%
PCH Palmeiras	46,8	34,4	-26,4%
PCH Bracinho	23,2	7,6	-67,4%
PCH Garcia	17,9	17,1	-4,1%
PCH Cedros	16,6	15,5	-7,0%
PCH Salto	6,3	5,8	-8,3%
PCH Celso Ramos	10,6	9,7	-9,2%
PCH Pery	38,9	29,7	-23,5%
PCH Caveiras	6,9	6,2	-10,8%
CGH Ivo Silveira	5,5	5,3	-2,7%
CGH Pirai	1,1	0,9	-14,8%
CGH Rio do Peixe	1,1	0,9	-12,4%
CGH São Lourenço	0,9	0,6	-34,0%
Fator de Capacidade Global	75,4%	58,0%	-17,4%



A produção das usinas do parque gerador próprio da Celesc Geração proporcionou alcance médio de 102% da Garantia Física.

2.2.2 – Desempenho Financeiro
Celesc Geração S.A. | Principais Indicadores Financeiros

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Receita Operacional Bruta	25,3	36,3	43,3%
Deduções da Receita Operacional	(2,7)	(3,4)	28,1%
Receita Operacional Líquida	22,6	32,8	45,1%
Custos e Despesas Operacionais	(17,5)	(13,8)	-21,0%
<i>Custos com Energia Elétrica</i>	(4,4)	(4,4)	-1,1%
<i>Despesas Operacionais</i>	(13,1)	(9,5)	-27,7%
Resultado de Equivalência Patrimonial	0,0	0,0	-67,6%
Resultado das Atividades	5,2	19,0	267,5%
EBITDA	15,8	22,7	43,1%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	70,0%	69,0%	
Resultado Financeiro	(3,3)	(3,9)	-17,2%
LAIR	1,8	15,1	723,1%
IR/CSLL	(1,0)	(5,1)	
Lucro/ Prejuízo Líquido	0,8	10,0	1120,5%
<i>Margem Líquida (%)</i>	3,6%	30,4%	

Destaques do Resultado

A Receita Operacional Líquida da Celesc Geração apresentou alta de 45,1% no primeiro trimestre de 2017 (+R\$10,2 milhões), registrando R\$32,8 milhões, reflexo do aumento na quantidade de energia disponível para liquidação no mercado de curto prazo (CCEE) e do aumento considerável do PLD médio. O EBITDA e o lucro do trimestre variaram positivamente em 43,1% (+R\$6,8 milhões) e 1.120,5% (+R\$9,2 milhões) respectivamente, sendo influenciado positivamente pelo aumento de 45,1% na Receita Operacional Líquida (ROL) e também da redução de 21,0% nos custos e despesas operacionais. Como não tivemos, no trimestre, a reversão de provisão para perda no Ativo Imobilizado (*impairment*) o EBITDA e Lucro ajustado foram similar ao EBITDA e Lucro IFRS.

Celesc Geração S.A. | Resultado Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
EBITDA Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	14,0	22,7	62,4%
<i>Margem EBITDA Ajustada (%)</i>	61,7%	69,0%	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	(0,4)	10,0	2435,9%
<i>Margem Líquida Ajustada (%)</i>	-1,9%	30,4%	

Receita Operacional Bruta

Celesc Geração S.A. Receita Operacional Bruta			
R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	25,3	36,3	43,3%
Fornecimento de Energia	8,3	6,7	-20,0%
Suprimento de Energia	7,6	15,5	104,3%
Energia de Curto Prazo	9,4	4,2	-55,7%
Receita Financeira - Juros e Atualização BO		10,0	

A Receita Operacional Bruta - ROB da Celesc Geração somou R\$36,3 milhões no primeiro trimestre de 2017, aumento de 43,3% (+R\$11 milhões) no comparativo com primeiro trimestre de 2016 quando registrou R\$25,3 milhões. Essa variação no trimestre é explicada principalmente por:

- Redução de 20,0% na conta de fornecimento de energia;
- A receita com energia de curto prazo reduziu 55,7%, realizando R\$4,2 milhões;
- Maior nível de comercialização na conta de suprimentos de energia que apresentou variação positiva de 104,3%;
- PLD de R\$98,37 (R\$98,99 sem CCEE) no primeiro trimestre de 2016 *versus* PLD de R\$213,42 (R\$204,97 sem CCEE) do primeiro trimestre de 2017, variação de 117,0% (107,1% sem CCEE);
- Receita de R\$10,0 milhões decorrente da atualização (R\$2,4 milhões) e juros (R\$7,6 milhões) sobre bonificação de outorga.

A tabela abaixo apresenta as quantidades físicas de energia faturada no primeiro trimestre de 2017 para cada um dos segmentos.

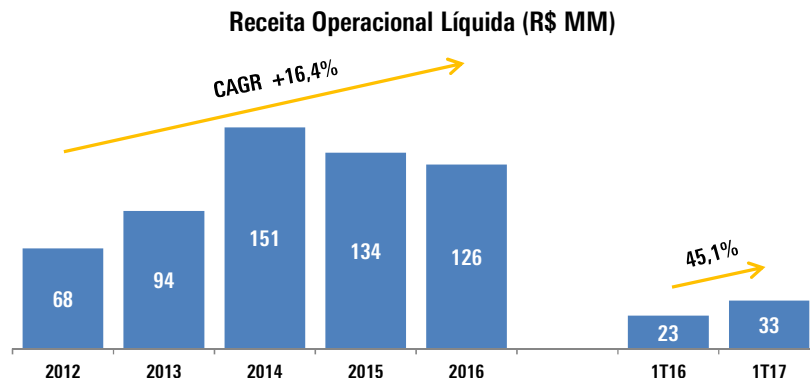
Celesc Geração S.A. Energia Faturada			
QUANTIDADE ENERGIA FATURADA (GWh)	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica	169,6	173,3	2,2%
Industrial	47,2	39,4	-16,6%
Comercial, Serviços e Outros	-	-	
Suprimento de Energia	113,6	106,1	-6,6%
Energia de Curto Prazo (CCEE)	8,8	27,9	215,3%
Preço Médio de Venda SEM CCEE (R\$/MWh)	98,99	204,97	107,1%
Preço Médio de Venda COM CCEE (R\$/MWh)	98,37	213,42	117,0%

A energia faturada teve acréscimo de 2,2% no trimestre (+3,3 GWh). Esse movimento decorreu, principalmente: (i) Aumento de 215,3% na liquidação de energia de curto prazo na CCEE e redução de 6,6% no suprimento, motivado pela indefinição regulatória do tipo de fonte de energia para o percentual de garantia física de usinas de cotas destinadas ao ACL. Embora as usinas Bracinho, Cedros, Garcia, Palmeiras e Salto terem sido contratadas sob o regime de cotas no ACR, 30% de suas garantias físicas foram destinadas ao ACL. Diante disto, a energia foi liquidada na CCEE, no mês Janeiro e parte em Fevereiro, haja vista o comunicado da CCEE ter sido recebido no final do mês de fevereiro, observando a definição da "fonte para convencional especial"; (ii) Retração de 16,6% do segmento Industrial resultado do término de alguns contratos.

O PLD apresentou variação de 117,0% e 107,1% com e sem CCEE respectivamente, esse aumento advém da oscilação dos preços de curto prazo, ocorrido em função do aumento das expectativas de alterações no modelo matemático de previsão do PLD e da redução nas afluições nas bacias das usinas que compõem o Sistema Interligado Nacional.

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida – ROL da Celesc Geração apresentou aumento de 45,1% (+R\$10,2 milhões) no trimestre realizando R\$32,8 milhões, reflexo do aumento da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado de curto prazo (CCEE) e do aumento no PLD médio verificado entre os períodos e detalhado acima.



Custos e Despesas Operacionais

Celesc Geração S.A. | Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(17,5)	(13,8)	-21,0%
Custos com Energia Elétrica	(4,4)	(4,4)	-1,1%
Energia Elét.Comp.Rev.+ Encargos	(3,8)	(3,8)	-1,1%
Encargos do Uso do Sistema	(0,6)	(0,6)	-1,4%
PMSO	(4,3)	(5,8)	35,6%
Pessoal e Administradores	(3,1)	(3,7)	17,4%
Material	(0,1)	(0,1)	-54,9%
Serviços de Terceiros	(1,3)	(1,8)	39,7%
Provisões, líquidas	0,0	(0,1)	
Outras Receitas / Despesas	0,3	(0,2)	-164,5%
Provisão/Reversão Teste Impairment, líquidas	1,9	0,0	-100,0%
Depreciação / Amortização	(10,7)	(3,6)	-65,9%

Os custos e despesas operacionais reduziram 21,0% (-R\$3,7 milhões) assinalando R\$13,8 milhões no trimestre. Os custos com energia mantiveram-se quase constante (pequena variação negativa de 1,1%) registrando R\$4,4 milhões no primeiro trimestre de 2017, ressalta-se dentre os custos de energia, destaca-se a compra de 16 MW de fonte convencional para revenda (comercialização), contrato com vigência até 31 de março de 2025, esse contrato gera despesa em torno de R\$1,0 milhão a.m. As despesas com PMSO aumentaram 35,6% (+R\$1,5 milhões) sinalizando R\$5,8 milhões, evidenciando aumento de 17,4% nas despesas com pessoal (+R\$0,5 milhões) e a redução de 65,9% (-R\$7,1 milhões) nas despesas com depreciação, contribuindo para o resultado positivo da rubrica.

Resultado de Equivalência Patrimonial

As participações da Celesc Geração que incluem as SPEs Rodinha Energética (32,5% participação), Painei Energética (32,5% participação), Campo Belo Energética (30,0% participação), Companhia Energética Rio das Flores (26,0% participação), Xavantina Energética (40,0% participação) e Garça Branca (49,0% participação) apresentaram resultado consolidado positivo no trimestre de R\$11,3 mil no primeiro trimestre de 2017. O quadro abaixo apresenta o reflexo no Resultado das SPEs na qual a Celesc Geração detém participação minoritária.

Celesc Geração | Equivalência Patrimonial

R\$ mil	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Rondinha Energética S.A.	579,8	0,8	-99,9%
Painel Energética S.A.	(1,1)	(8,1)	607,7%
Campo Belo Energética S.A.	(6,2)	(10,1)	63,6%
Companhia Energética Rio das Flores	295,7	361,7	22,3%
Xavantina Energética S.A.	(531,3)	(106,1)	-80,0%
Garça Branca	(303,0)	(226,9)	25,1%
Resultado da Equivalência Patrimonial	34,0	11,3	-66,6%

Ressalta-se que as SPEs: Rondinha, Rio das Flores e Xavantina já estão em operação, sendo que as companhias Rio das Flores (R\$361,7 mil) e a Rondinha Energética (R\$0,8 mil) apresentaram resultado positivo na equivalência patrimonial decorrente, principalmente, da expansão das atividades operacionais. A SPE Garça Branca teve obra iniciada no primeiro semestre de 2015 com perspectiva de entrada em operação no segundo semestre de 2017 e as SPEs Campo Belo e Painel estão em fase de revisão de projeto.

EBITDA e Lucro Líquido

O EBITDA IFRS da Celesc Geração registrou R\$22,7 milhões no primeiro trimestre de 2017, acréscimo de 43,1% (+R\$6,8 milhões) em relação ao primeiro trimestre de 2016, a Margem EBITDA foi de 69,0%. A expansão do EBITDA deve-se ao aumento da Receita Operacional Líquida (ROL) decorrente dos motivos já expostos anteriormente: (i) Aumento na quantidade de energia disponível para liquidação no mercado de curto prazo (CCEE); (ii) Aumento do PLD médio e (iii) Incremento de R\$10,0 milhões com bônus de outorga. Considerando que não tivemos a reversão de provisão para perda no Ativo Imobilizado (*impairment*) o EBITDA ajustado foi correspondente ao EBITDA IFRS.

Celesc Geração S.A. | Conciliação do EBITDA IFRS

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Lucro/ Prejuízo Líquido	0,8	10,0	1120,5%
(+) IR e CSLL	1,0	5,1	
(+) Resultado Financeiro	3,3	3,9	
(+) Depreciação e Amortização	10,7	3,6	
EBITDA	15,8	22,7	43,1%
(-) Efeitos Não-Recorrentes			
Provisão / Reversão Teste Impairment PCHs	1,9	0,0	
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	14,0	22,7	62,4%
<i>Margem EBITDA IFRS (%)</i>	70,0%	69,0%	
<i>Margem EBITDA Ajustada (%)</i>	61,7%	69,0%	

A Celesc Geração apurou aumento de 1.120,5% (+R\$9,2 milhões) no lucro IFRS registrando R\$10,0 milhões, o aumento no desempenho no comparativo com primeiro trimestre de 2016 se deve aos fatos já explicados na análise do EBITDA: (i) Redução nos custos e despesas operacionais; (ii) Acréscimo de R\$10,0 milhões de receita de Bônus de Outorga (R\$7,6 milhões com atualização e R\$2,4 milhões com juros); (iii) Aumento do PLD. Semelhante ao EBITDA, devido o trimestre não apresentar a reversão de provisão para perda no Ativo Imobilizado (*impairment*) o Lucro ajustado foi similar ao Lucro IFRS.

Celesc Geração S.A. | Ajustes de Lucro/Prejuízo Líquido

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido (Reportado IFRS)	0,8	10,0	1120,5%
(-) Efeitos Não-Recorrentes			
Provisão / Reversão Teste Impairment PCHs	1,2	0,0	
(=) Lucro Líquido Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	(0,4)	10,0	2435,9%
<i>Margem Líquida IFRS (%)</i>	3,6%	30,4%	
<i>Margem Líquida Ajustada (%)</i>	-1,9%	30,4%	

Endividamento

O quadro abaixo apresenta a Dívida Total e Líquida da Celesc Geração em 31 de março de 2017:

Celesc Geração S.A. Endividamento			
Dívida Financeira 1T17			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro 2016	em 31 de Março 2017	Δ
Dívida de Curto Prazo	1,9	1,7	-10,45%
Dívida Longo Prazo	148,1	148,5	0,27%
Dívida Financeira Total	150,0	150,2	0,14%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	18,6	25,7	38,18%
Dívida Financeira Líquida	131,4	124,5	-5,24%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	1,4x	1,2x	
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	1,7x	1,5x	
Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido	0,4x	0,4x	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	0,3x	0,3x	

Conforme o quadro acima, a dívida total da Celesc Geração em 31 de março de 2017 era de R\$150,2 milhões, assinalando dívida financeira líquida de R\$124,5 milhões, valor 5,24% inferior ao registrado em 31 de dezembro de 2016 (R\$131,4 milhões). A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2017 com dívida financeira líquida representando 1,2x o EBITDA dos últimos doze meses, 1,5x o EBITDA ajustado dos últimos doze meses e 0,3x o patrimônio líquido.

Debêntures

Em 28 de janeiro de 2016, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada, por unanimidade, a realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de 15.000 (quinze mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), totalizando R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado. As Debêntures têm como compromisso contratual (covenant) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2,5 nos dois primeiros semestres e relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2 nos dois últimos semestres.

Os recursos da emissão de debêntures da Celesc Geração foram utilizados para pagar a segunda parcela da outorga de usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão renovada no final de 2015. A emissão contou com garantia corporativa da acionista controladora, a holding Celesc.

Ratings da Celesc Geração e da Controladora

A Fitch Ratings atribuiu ratings A+ (A mais) à Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) e à sua subsidiária integral, Celesc Geração S.A. (Celesc G). Ao mesmo tempo, a agência atribuiu Rating Nacional de Longo Prazo 'A+(bra)' (A mais (bra)) à proposta de primeira emissão de debêntures da Celesc G, no montante de até BRL150 milhões e prazo de dois anos. A Perspectiva dos ratings corporativos é Estável.

Investimentos | CAPEX

No primeiro trimestre de 2017 foi investido pela Celesc Geração R\$4,2 milhões, valor 831,0% (+R\$3,7 milhões) superior ao valor investido no primeiro trimestre de 2016 quando registrou R\$0,5 milhões. A variação é explicada basicamente devido à base comparativa baixa do 1T16 quando se investiu apenas R\$0,5 milhões.

Os investimentos em SPEs totalizaram R\$1,9 milhões no trimestre aplicados na SPE Garça Branca. Já os investimentos no parque gerador próprio somaram R\$2,3 milhões no trimestre, sendo R\$1,5 milhões de investimentos na usina Bracinho, R\$0,7 milhões na usina Pery e R\$0,1 milhão na Administração Central.

Celesc Geração S.A. | CAPEX

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Investimentos Celesc Geração	0,5	4,2	831,0%
Investimentos em SPEs	0,0	1,9	
Usinas Parque Gerador Próprio	0,5	2,3	410,6%

2.2.3 – Aspectos Regulatórios da Celesc Geração S.A.

Portaria MME nº 218 de 15 de maio de 2015

O Ministério de Minas e Energia – MME, através da Portaria nº 218 de 15 de maio 2015 (publicada no DOU nº 92, Seção 1, pág. 62), determinou que a ANEEL promovesse Leilão para licitação das concessões de diversas Usinas Hidrelétricas – UHE, dentre as quais 05 (cinco) PCHs de propriedade 100% da Celesc Geração, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões diante dos termos e condições estabelecidos na Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina será licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida através da Receita Anual de Geração – RAG. Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídas à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M, a remuneração para melhorias – GAG-melhorias, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga - RBO em taxa de 9,04% real a.a. Em contrapartida foi exigido o Bônus de Outorga no valor de R\$228,0 milhões como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração, expresso em R\$/ano. Considerando esta nova condição, foi constituído Grupo de Trabalho que desenvolveu análise técnica com o objetivo de avaliar a viabilidade do negócio e apresentar as modelagens de negócio possíveis para participação no certame licitatório das usinas. Após apresentação dos trabalhos, houve endereçamento pela participação no leilão, cujo deságio teto foi decidido em Assembleia Geral de Acionistas ocorrida um dia antes do certame, ou seja, em 24 de novembro de 2015.

Como resultado do leilão, a Celesc Geração arrematou o Lote C ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 (cinco) usinas, adicionado ao aporte financeiro de R\$228,0 milhões a título de Bônus de Outorga. Por fim, como resultado do leilão, a Celesc Geração assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016 na data de 05 de janeiro de 2016, cujos extratos de referidos contratos foram publicados no Diário Oficial da União de 07 de janeiro de 2016. As usinas PCH Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto, possuem concessões anteriores ao leilão 12/15 ainda vigentes até a data de 07 de novembro de 2016, sendo que a partir desta data iniciará a execução do novo Contrato de Concessão no regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e de Energia. Segue abaixo a lista das usinas do Lote C arrematado pela Celesc Geração:

Parque Gerador Próprio | Usinas incluídas na Portaria do MME nº 218 de 15/05/2015

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2016	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2015	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2016	6,28	5,25
Total - MW			63,20	44,60

Em janeiro de 2016, a Celesc Geração pagou a primeira parcela no valor de R\$ 148,5 milhões. No início do mês de julho de 2016 foi quitada a segunda parcela do Bônus de Outorga referente ao Leilão n.º12/15, no valor atualizado de R\$ 85,4 milhões.

Através da Resolução Homologatória n. 2.107/2016, publicada em 22/07/2016, foram publicadas as novas Receitas Anuais de Geração das Usinas Garcia (R\$ 10.427.884,33), Bracinho (R\$ 7.915.892,95), Cedros (R\$ 5.778.409,10), Palmeiras (R\$ 11.998.850,47) e Salto (R\$ 4.107.446,05), em linha com a expectativa da companhia desenhada no momento do leilão (valor médio em R\$203,3/MWh).

A energia gerada pelas usinas será alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina alocada às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas será de 100% da Garantia Física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme estabelecido na Resolução no 2 de 18 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, e Contrato de Concessão.

Concessão PCH Caveiras

Em atendimento ao previsto na Lei nº 12.783/2013, a Companhia protocolou na ANEEL, no dia 08 de julho de 2013, o requerimento para conhecer as condições para prorrogação antecipada da concessão da PCH Caveiras que tem vencimento em julho de 2018. Recentemente houve a análise e aprovação do pedido pela Diretoria da ANEEL onde foi divulgada a receita anual de geração – GAG para a usina. Atualmente estão sendo realizados os estudos para análise de viabilidade da prorrogação da concessão no regime de cotas instaurado pela MP 579/12. A empresa também aguarda a convocação da ANEEL para a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Com a recente edição da Medida Provisória n. 735/16 e sua conversão no Projeto de Lei de Conversão PLV n. 029/2016, já aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, dependendo apenas de sanção presidencial, a Usina PCH Caveiras poderá ter o benefício de submeter-se, tão somente, à condição de registro perante o órgão regulador ANEEL, pois referido PLV prevê em seu artigo 5º a inclusão do parágrafo nono ao artigo 1º da Lei n. 12.783/2013, dispondo que “*Vencido o prazo das concessões ou autorizações de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a 5 MW (cinco megawatts), aplica-se o disposto no art. 8º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.*”. Caso não haja veto presidencial a referido dispositivo legal, ou ainda que este seja aprovado novamente pela Câmara dos Deputados, a usinas PCH Caveiras não mais se submeterá ao regime de cotas, sendo mantida sua titularidade pela Celesc Geração, sem prazo de concessão definido, uma vez que será exigido pelo Poder Concedente apenas o registro da usina junto a ANEEL.

Concessão PCH Pery

A Celesc Geração mantém questionamento por meio da Justiça Federal, que tem por objeto a prorrogação do prazo de concessão da Usina Pery (+20 anos) nos moldes do art. 26, parágrafo sétimo da Lei nº 9.427/96, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido (aumento da sua capacidade instalada de 4,4 MW para 30 MW, sendo o montante correspondente à ampliação podendo ser comercializado livremente), recomendado pela ANEEL ([Despacho nº 3.327 de 2012](#)). Teve o pedido de suspensão do prazo para a assinatura do Termo Aditivo acolhido. Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

Mesmo com a continuidade da discussão em âmbito judicial, tendo a Celesc Geração liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, suspendendo o prazo para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no regime de cotas, até o trânsito em julgado da ação judicial, ou o término do prazo atual de concessão (julho/2017), o que ocorrer primeiro, recentemente, para surpresa da Celesc Geração, o Governo Federal publicou a Resolução PPI n. 03/2016 em 13 de setembro de 2016, prevendo em seu art. 1º, X, a licitação da Usina Pery no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Após análise dos fatores que levaram à inclusão da Usina Pery no rol dos ativos a serem licitados no PPI, constatou-se que a Procuradoria do Ministério de Minas e Energia, quando consultada pelo Ministério de Planejamento sobre a existência de impedimentos para a licitação da Usina Pery, não constatou que a Celesc Geração estava amparada por liminar judicial. Diante disso, imediatamente a Celesc Geração, providenciou o encaminhamento de expediente ao MME e à ANEEL comunicando a impossibilidade de seguimento do processo licitatório, diante da manutenção da discussão judicial acerca das condições de prorrogação de sua concessão, cujo processo está suspenso por liminar.

Embora não tenhamos recebido resposta à carta encaminhada, o MME reconheceu a impossibilidade de promover a licitação para outorga de concessão da Usina Pery, enquanto pendente de decisão judicial definitiva, ou o término do prazo de concessão atual (09/07/2017), tendo em vista não ter sido publicado na Portaria MME n. 133/2017 a Usina Pery dentre os empreendimentos que

serão contemplados no leilão para outorga de concessões de usinas hidrelétricas de 2017, que será realizado pela ANEEL até o dia 30 de setembro de 2017.

No momento, seguimos atuando na defesa dos interesses da Celesc Geração perante os tribunais superiores (STJ e STF), assim como os estudos atinentes a prorrogação da concessão da Usina, assim como de eventual necessidade de participação no leilão.

Caso o pleito da Companhia não tenha êxito, a expectativa do valor atualizado de indenização dos investimentos não amortizados é de aproximadamente R\$ 130 milhões.

Registro de CGHs

Com o propósito de alinhar os regimes de exploração de todas as usinas da Celesc Geração às melhores condições de mercado, bem como a legislação setorial, as CGHs Rio do Peixe, Pirai e São Lourenço tiveram a conclusão dos processos de conversão do regime de concessão de “serviço público” para o “registro” junto a ANEEL. A CGH Pirai teve recentemente a anuência da ANEEL para a conversão do seu regime, quando do término do prazo de concessão, em 07 de julho de 2015, sendo que o registro da usina já foi concluído junto à agência reguladora, assim como sua repercussão no Contrato de Concessão nº 055/1999, ficando definida a extinção da concessão da CGH Pirai e sua conversão em registro após 07 de julho de 2015.

Usina Ivo Silveira – Conversão do Regime para CGH

O novo regramento legal instituído pela Lei nº 13.097/15, estendeu os benefícios de enquadramento de usinas como CGH para aquelas que possuem potência instalada entre 1MW e 3MW. Como a Usina Ivo Silveira possui 2,6MW surgiu a dúvida sobre a aplicação imediata desta nova regra para as usinas que foram afetadas pela MP 579/12, como é o caso da Usina Ivo Silveira. Após atuações da Celesc junto ao MME e ANEEL objetivando alinhar o entendimento quanto ao enquadramento automático como CGH após o término de seu prazo de concessão (07/07/2015), obtivemos retorno positivo quanto à viabilidade desta conversão, através da publicação da Resolução Autorizativa nº 5.362 em 22 de julho de 2015, extinguindo a concessão da Usina Ivo Silveira e viabilizando a solicitação de registro da usina como CGH, processo já concluído junto ao órgão regulador. Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão também já foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Concessão nº 006/2013.

Em 19 de julho de 2016 foi emitida a Declaração de Registro da CGH Ivo Silveira com potência registrada de 3.250 kVA e potência ativa de 2.600 kVA, mantendo-se assegurada a titularidade da usina sem prazo de concessão definido, condição esta muito vantajosa em relação à compulsoriedade do regime de cotas.

Concessão PCH Celso Ramos

Com o projeto de ampliação da ordem de 7,2MW (5,4MW para 12,6MW) aprovado pelo Órgão Regulador (Despacho Aneel nº 115/2014), a Companhia encaminhou toda a documentação necessária à ANEEL, sendo que na 8ª REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA da Diretoria da ANEEL, realizada em 17 de março de 2015, obteve a autorização para o início das obras de ampliação, bem como, a prorrogação do prazo de concessão por 20 (vinte) anos, com base no disposto no § 7º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 (Resolução Autorizativa nº. 5.078). O prazo para as obras de ampliação da usina encerram-se no ano de 2021. Com a finalidade de legitimar referidas autorizações, a Celesc Geração firmou junto a ANEEL o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013.

Fator de ajuste da garantia física – GSF

A Celesc Geração entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física – GF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou:

- i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da Garantia Física;
- ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da Garantia Física;
- iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requeru ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc Geração busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* - GSF⁶, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos de 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano 2015, os valores registrados foram de 80,6% em janeiro, 78,6% em fevereiro, 78,3% em março, 82,5% em abril, 81,2% em maio, 79,4% em junho, 85,6% em julho, 84,8% em agosto, 86,9% em setembro, 92,1% em outubro, 91,3% em novembro, e 93,8% em dezembro. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, deferindo o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% do total da garantia física das demandantes.

No mês de janeiro de 2016, considerando decisão judicial proferida em outro processo em que se discute o fator de ajuste GSF, a Celesc Geração foi surpreendida com um comunicado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE imputando-lhe uma obrigação de aporte financeiro da ordem de R\$ 152 milhões. Tal cobrança desconsiderou a decisão judicial proferida em favor da Celesc Geração no processo em que esta discute o Fator de Ajuste GSF, razão pela qual se diligenciou em juízo obtendo-se nova decisão judicial determinando o afastamento da cobrança tendo em vista estarem suspensas quaisquer cobranças decorrentes do Fator de Ajuste GSF, bem como o rateio do impacto de outras decisões judiciais referentes a este assunto.

Recentemente, em 15 de julho de 2016, a vice-presidente e presidente em exercício STJ, Laurita Vaz, suspendeu a liminar que limitava a 5% as perdas com a aplicação do déficit de geração hídrica dos filiados à Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa. Segundo declaração do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Romeu Rufino, a agência vai continuar trabalhando para suspender todas as demais liminares que impedem ou limitam a cobrança do risco hidrológico das usinas com contratos no mercado livre. A autarquia vai usar a decisão do Superior Tribunal e Justiça para pedir tratamento similar em outras instâncias judiciais onde existem sentenças provisórias favoráveis aos geradores. Neste sentido, atualmente a companhia está realizando análise estratégica quanto a atuação no caso, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016 – Medida Provisória nº 735/2016

Em 18 de novembro de 2016, o governo federal converteu a Medida Provisória nº 735/2016 na Lei nº 13.360/2016. Sancionada com 17 vetos e alterando 12 leis do sistema elétrico, a Lei supracitada tem os seguintes objetivos centrais: (i) reduzir o papel da Eletrobrás no setor com a transferência de competências para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; (ii) dispor sobre as condições mínimas para licitação dos serviços prestados por controladas da União; e (iii) disciplinar a transferência do controle de concessionárias do setor elétrico como alternativa à extinção das respectivas concessões.

Entre os pontos de destaque para a Celesc G introduzidos por referida Lei estão à isenção do pagamento de compensação financeira passa a não ser aplicável às concessões e autorizações de geração de energia hidrelétrica com potência entre 5MW e 50MW prorrogadas a título oneroso, nos termos do art. 2º da Lei 12.783/2013.

O desconto de TUST e TUSD não serão aplicados aos empreendimentos com base em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas.

A contratação de CCEAR deve observar o seguinte: (i) para entrega de energia proveniente de empreendimentos existentes: início de entrega no mesmo ano ou até o 5º ano da licitação (antes 2º); e (ii) para novos empreendimentos: início de entrega a partir do 3º e até o 5º ano da licitação (antes 7º).

⁶ É a divisão entre a energia gerada total e a soma das garantias físicas das usinas participantes do MRE. Esse fator é aplicado à garantia física de todas as usinas, resultando na chamada “garantia física ajustada”.

Poderão participar das licitações, para expansão da oferta de energia, os empreendimentos de geração com outorga de concessão licitada ou de autorização e que ainda não tenham entrado em operação comercial (antes que não tenham entrado em operação comercial em até um ano antes da data de realização da licitação) ou tenha entrado nos 2 anos anteriores à realização da licitação. Além disso, os limites mínimos para autorização do Poder Concedente para o aproveitamento de potenciais hidráulicos foram elevados. Concomitantemente, os descontos da TUST e TUSD passam a ser aplicáveis aos empreendimentos com potência igual ou superior a 5MW (antes 3MW), bem como inclui aqueles provenientes de resíduos sólidos urbanos e rurais. Neste caso, as CGHs da Celesc G (São Lourenço, Piraí, Rio do Peixe e Ivo Silveira) passam a poder ser contempladas com os descontos na TUSD.

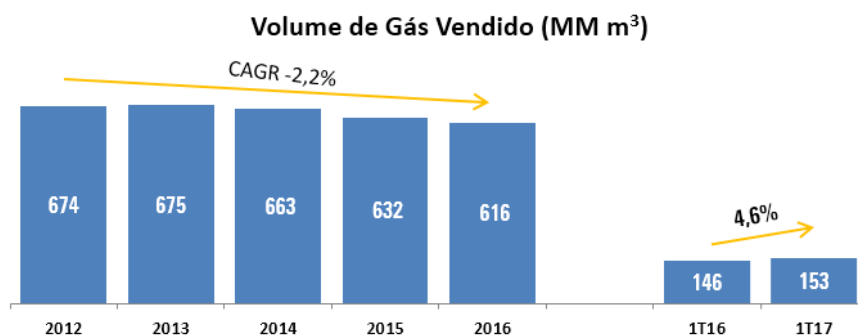
2.3 – SCGÁS

2.3.1 – Desempenho Operacional

O volume de gás vendido pela SCGÁS no primeiro trimestre de 2017 foi de 153.121 mil m³, 4,6% superior (+6.681 mil m³) ao registrado no primeiro trimestre quando assinalou 146.440 mil m³, revertendo à tendência de queda dos últimos trimestres. A expansão no volume do gás vendido foi decorrente, principalmente: (i) Aumento de 5,3% (+6.372 mil m³) na classe industrial, visto que a classe concentra 83% do gás consumido, e sofre com as alterações do cenário econômico. O segmento apresentou aumento no primeiro trimestre de 2017, revertendo tendência de queda do ano de 2016, quando declinou 3,1%; (ii) Acréscimo de 4% (+865 mil m³) no segmento automotivo, esta classe representa 14,5% do total de gás consumido e também é severamente influenciado pelo contexto econômico; e (iii) Elevação de 12,6% (+26 mil m³) no segmento residencial.

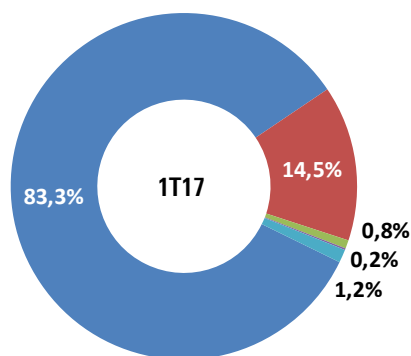
SCGÁS S.A. | Venda de Gás por Segmento

Volume (mil m ³)	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Industrial	121.200	127.572	5,3%
Automotivo (GNV)	21.381	22.246	4,0%
Comercial	1.468	1.170	-20,3%
Residencial	208	234	12,6%
Gás Comprimido (GNC)	2.183	1.899	-13,0%
Total	146.440	153.121	4,6%

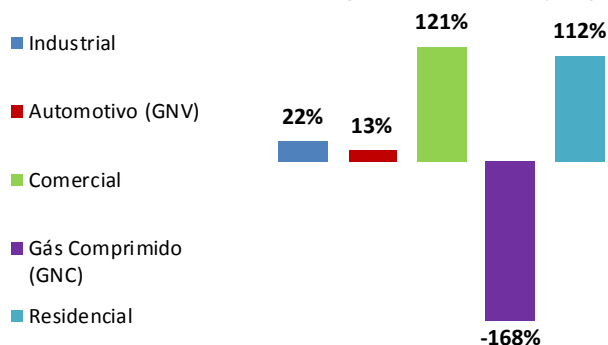


A Margem de Contribuição, ou seja, o resultado bruto das vendas da SCGÁS no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$56,8 milhões, sendo que os segmentos comercial e residencial apresentaram as maiores margens, R\$68,7 milhões (121% do total) e R\$63,4 milhões (112% do total) respectivamente. A seguir, no gráfico, a representação de cada segmento de consumo no volume de vendas no trimestre e respectiva participação na margem de contribuição:

Volume de Gás por Segmento



Margem de Contribuição por classe (%)*



* Margem de Contribuição: resultado bruto das vendas de gás. É calculada através da subtração dos custos do gás da receita líquida. Não inclui os custos operacionais da empresa.

2.3.2 – Desempenho Econômico-Financeiro
SCGÁS S.A. | Principais Indicadores Financeiros

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Receita com Fornecimento de Gás Natural	202,3	133,5	-34,0%
Receita de Construção	5,6	6,7	21,1%
Receita Operacional Bruta	207,8	140,2	-32,5%
Deduções da Receita Operacional	(44,9)	(32,2)	-28,3%
Receita Operacional Líquida	162,9	108,0	-33,7%
Custos e Despesas Operacionais	(98,2)	(120,8)	23,0%
Resultado das Atividades	64,6	(12,8)	-119,8%
EBITDA	67,1	(10,4)	-115,6%
Margem EBITDA Ajustada* (%)	42,7%	-10,3%	
Resultado Financeiro	1,2	1,2	-4,8%
IR/CSLL	(20,2)	(6,3)	
Lucro/ Prejuízo Líquido	39,7	(12,3)	-131,0%
Margem Líquida Ajustada* (%)	25,2%	-12,1%	

*Margens Ajustadas, pois excluem Receita de Construção.

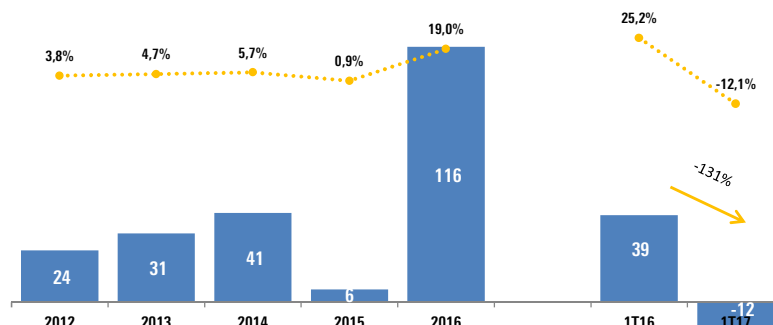
A Receita Operacional Bruta – ROB da SCGÁS no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$140,2 milhões, 32,5% inferior ao registrado no primeiro trimestre de 2016 quando performou R\$207,8 milhões. A Receita Operacional Líquida – ROL da SCGÁS no trimestre foi de R\$108,0 milhões, queda de 33,7% em relação ao primeiro trimestre de 2016, ocasião em que perfez R\$162,9 milhões. Sem os efeitos da Receita de Construção (R\$5,6 milhões no 1T16 e R\$6,7 milhões no 1T17), a ROL da distribuidora de gás natural soma R\$101,3 milhões no primeiro trimestre de 2017, o que representa queda de 35,6% no comparativo com primeiro trimestre de 2016. A retração da ROL retrata a redução da ROB sendo influenciada pelos mesmos fatores.

A queda da receita operacional líquida é reflexo de diversos fatores, dentre os quais se destaca: (i) A conjuntura econômica ainda bastante desfavorável; (ii) Redução média de 17,1% na tarifa que passou a vigorar a partir de julho conforme Resolução ARESC nº 062/2016; (iv) Redução de quase 24% na tarifa, contudo a Resolução ARESC 074/2016 autorizou o repasse de 15% (redução) na tarifa ainda em 2016 de acordo com estabelecido na Resolução ARESC 073/2016.

A Resolução ARESC 073/2016 implantou a conta gráfica que passou a vigorar em 2017, este modelo ajusta as diferenças (defasagem) de preço faturado do gás e transporte pago pela concessionária ao preço faturado contido na tarifa do usuário. Esse mecanismo permite que a concessionária contabilize as diferenças, mensalmente, na conta gráfica, entre valores pagos (faturado) pelo gás e transporte e o recebido (faturado) junto aos usuários. O montante das diferenças acumulada (positiva ou negativa), apurada mensalmente na conta gráfica, será atualizado via SELIC e dividido pelo volume projetado para o semestre, trimestre ou ano subsequente constituindo parcelas de recuperação (positiva ou negativa) expresso em R\$/m³. Este valor será repassado à tarifa, se positivo ressarcirá a concessionária (elevará a tarifa) e se negativo beneficiará o usuário (reduzirá a tarifa).

A SCGÁS encerrou o primeiro trimestre de 2017 com prejuízo de R\$12,3 milhões, valor 131% inferior ao registrado no primeiro trimestre de 2016 quando realizou R\$39,7 milhões. O EBITDA encerrou o trimestre negativo em R\$10,4 milhões, sendo 115,6% inferior ao performando no primeiro trimestre de 2016, quando performou R\$67,1 milhões. Os motivos que explicam a queda da ROL se replicam na diminuição do Lucro Líquido e EBITDA. Considera-se também que o primeiro trimestre de 2016 foi caracterizado pela redução das despesas operacionais, resultado, principalmente, da queda na cotação do dólar (efeito positivo) e preço internacional do petróleo que afetaram para baixo o preço do gás, cenário que não se repetiu no primeiro trimestre de 2017.

Lucro Líquido (R\$ MM) e Margem Líquida (%)



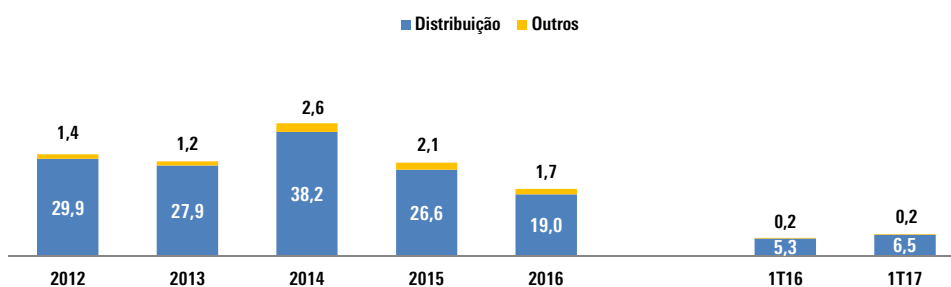
Investimentos

Os Investimentos realizados no primeiro trimestre de 2017 somaram R\$6,7 milhões, 21,1% (+R\$1,2 milhões) acima do registrado no primeiro trimestre de 2016. Na expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural foram investidos R\$6,5 milhões, 23,0% (+R\$1,2 milhões) superior ao mesmo período do ano anterior, sendo majoritariamente destinada a expansão da rede de distribuição de gás natural conforme demonstra o gráfico a seguir:

SCGÁS S.A. | CAPEX

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Rede de Distribuição	5,3	6,5	23,0%
Expansão	4,0	5,1	29,6%
Gastos Adm.Obras Diretos	1,2	1,2	-1,8%
Estudos e Projetos	0,1	0,2	48,0%
Outros	0,2	0,2	-22,1%
Total	5,6	6,7	21,1%

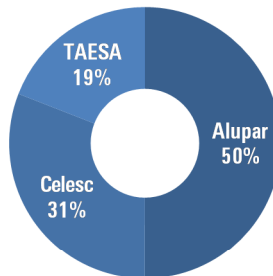
CAPEX SCGÁS (R\$ MM)



2.4 – Demais Participações (dados financeiros equivalentes a 100% do resultado de cada participada)

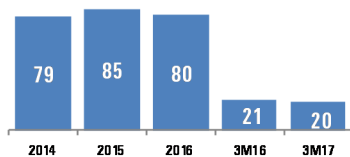


Ativo	Pat. Liq.	Dív. Liq.
•R\$ 435,6MM	•R\$ 135,8 MM	•R175,6MM

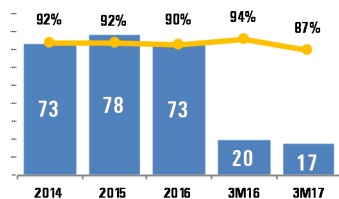


Constituída em 2000, detém 30 anos de concessão para explorar a Linha de Transmissão SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. O contrato prevê redução em 50% na RAP a partir de Novembro de 2017. Criou a subsidiária integral ETSE para gerir novas linhas de transmissão, com concessão de 30 anos (leilão conquistado em Dez/2011).

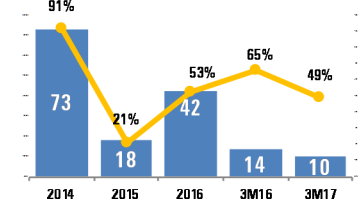
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)
Exclui Receita de Construção



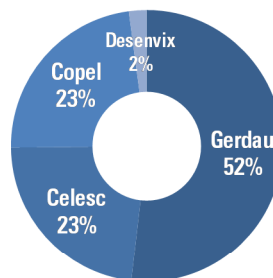
EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg Líq (%)

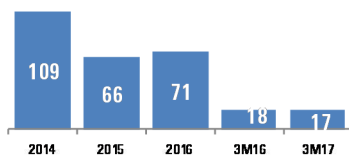


Ativo	Pat. Liq.	Dív. Liq.
•R\$ 148,2 MM	•R\$ 139,6 MM	•R\$ 0 MM *caixa líquido

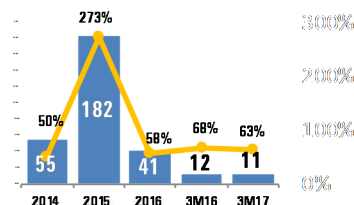


Produto ra independente de energia elétrica, constituída em 1998, detém concessão de 35 anos da Usina Hidrelétrica Dona Francisca. Está localizada no Rio Jacuí (RS) com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80 MW.

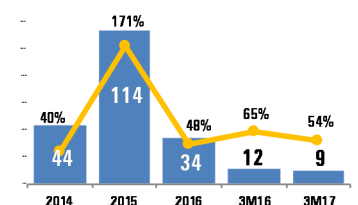
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)



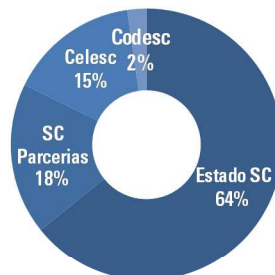
EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg Líq (%)

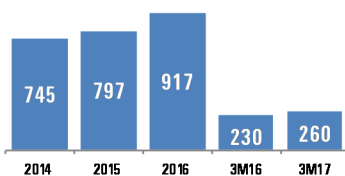



Ativo	Pat. Liq.	Dív. Liq.
•R\$ 2.940 MM	•R\$ 1.362 MM	•R 942MM

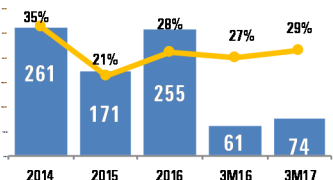


Opera serviços de água e esgoto para uma população de 2,5 milhões de habitantes mediante contratos de concessão firmados com 201 municípios no Estado de Santa Catarina e 01 município no Estado do Paraná. A orientação estratégica contida no Plano Diretor da Celesc prevê a alienação dessa participação acionária.

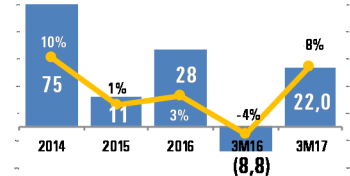
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)



EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg Líq (%)



3 – Holding

3.1 – Resultado das Participações Societárias na Controladora

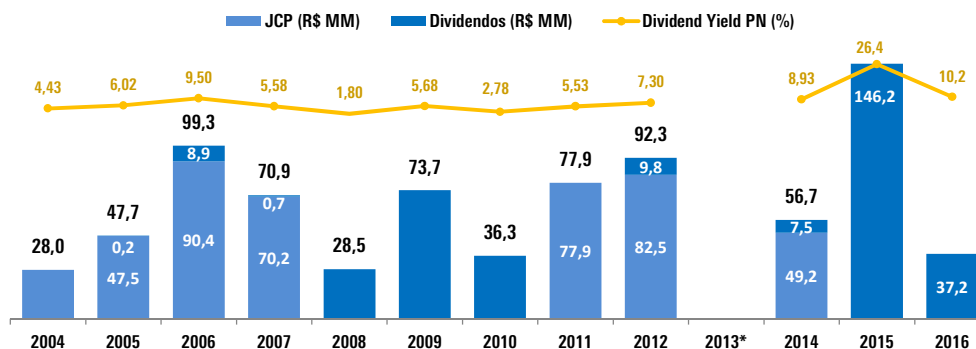
Os resultados de cada uma das participações detidas pela controladora Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC estão apresentados no quadro abaixo:

Controladora Resultado das Participações Societárias			
R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Celesc Distribuição (100%)	16,6	95,2	472,8%
Celesc Geração (100%)	0,8	10,0	1120,5%
SCGÁS (17%)	6,7	(2,1)	-131,0%
ECTE (30,9%)	4,2	3,0	-29,3%
DFESA (23%)	2,7	2,2	-18,4%
Resultado da Equivalência Patrimonial	31,0	108,2	248,6%

A Controladora do Grupo Celesc apresentou aumento de 248,6% no primeiro trimestre de 2017, registrando R\$108,2 milhões de equivalência, resultado da ampliação de 478,8% (+R\$79 milhões) no desempenho da subsidiária Celesc Distribuição, registrando R\$95,2 milhões e também elevação de 1120,5% (+R\$9,2 milhões) no resultado da subsidiária Celesc Geração, assinalando R\$10,0 milhões. O aumento de performance tanto das subsidiárias Celesc Distribuição quanto Celesc Geração foram detalhados nos seus tópicos específicos já apresentados anteriormente neste release.

3.2 – Dividendos

Desde 2007, a companhia pratica um *pay-out* (percentual de distribuição de lucro líquido) igual a 30%, cinco pontos percentuais (5 p.p.) acima do mínimo obrigatório e estatutário. O gráfico abaixo apresenta o histórico de proventos, bem como o *dividend-yield* (retorno do dividendo) propiciado aos detentores de ações preferenciais CLSC4 da Companhia.



*Não houve distribuição em 2013 em função do prejuízo apurado em R\$ 225 milhões pela companhia no exercício de 2012.

4 – Resultado Consolidado
4.1 – Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado
Consolidado | Principais Indicadores Financeiros

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Receita Operacional Bruta	2.974,6	2.626,8	-11,7%
Deduções da Receita Operacional	(1.331,2)	(1.087,6)	-18,3%
Receita Operacional Líquida	1.643,4	1.539,2	-6,3%
Custos e Despesas Operacionais	(1.600,0)	(1.381,3)	-13,7%
Resultado de Equivalência Patrimonial	13,6	3,1	-77,6%
Resultado das Atividades	57,0	161,0	-182,4%
EBITDA	118,1	214,5	81,6%
<i>Margem EBITDA IFRS, ex-Receita de Construção (%)</i>	7,6%	14,8%	
Resultado Financeiro	(20,4)	4,6	122,6%
LAIR	36,6	165,6	352,5%
IR/CSLL	(10,6)	(63,9)	-500,9%
Lucro/ Prejuízo Líquido	26,0	101,7	291,7%
<i>Margem Líquida IFRS, ex-Receita de Construção (%)</i>	1,7%	7,0%	
Depreciação/Amortização	(61,1)	(53,5)	-12,4%
Receita de Construção	84,3	94,0	11,5%

O resultado do primeiro trimestre da CELESC indicou redução de 6,3% na Receita Operacional Líquida (ROL) no comparativo com primeiro trimestre de 2016, totalizando R\$1.539,2 milhões ante R\$1.643,4 milhões do 1T16. Dentre os fatores que contribuíram para a queda da ROL no trimestre, destacam-se:

- Aumento das perdas em 2,64%, registrando 8,55% (acumulado doze meses) no fechamento do primeiro trimestre de 2017 contra 8,33% (acumulado doze meses) registrado no primeiro trimestre de 2016, aumentando receita não faturada da CELESC D com impacto de aproximadamente R\$24,3 milhões (valor estimado sem cobertura tarifária);
- Acréscimo de R\$11,5 milhões em receita com bandeira tarifária registrada na CELESC D, valor bem abaixo do realizado no primeiro trimestre de 2017 quando performou R\$147,9 milhões. Ressalta-se que no primeiro trimestre de 2017, prevaleceu bandeira tarifária amarela com reduzido custo para o consumidor;
- Redução de 77,6% resultado das participações (SCGás, DFESA, ECTE e SPEs da Celesc Geração).

O EBITDA IFRS apresentou evolução de 81,6% (+R\$96,4 milhões) realizando R\$214,5 milhões, já o Lucro Líquido avançou 291,7% (+R\$75,7 milhões) totalizando R\$101,7 milhões. O aumento tanto no EBITDA quanto no Lucro são decorrentes: (i) Redução de 13,7% (-R\$218,7 milhões) nos custos e despesas operacionais, sendo que os custos com energia reduziram 17,8% (-R\$221 milhões) e o PMSO 10,5% (-R\$21,8 milhões); (ii) Aumento de mais de 100% do PLD da subsidiária Celesc Geração, tendo efeito positivo no resultado da empresa; (iii) Resultado Financeiro de R\$4,6 milhões revertendo o resultado negativo de R\$20,4 milhões no primeiro trimestre de 2016.

Não tivemos itens não recorrentes no resultado consolidado do trimestre, portanto, o IBITDA e Lucro ajustado foram semelhante ao EBITDA e Lucro IFRS.

Consolidado | Resultado Ajustado*

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
EBITDA Ajustado*	116,2	214,5	84,6%
<i>Margem EBITDA Ajustada, ex-Receita de Construção (%)</i>	7,5%	14,8%	
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado*	24,7	101,7	311,4%
<i>Margem Líquida Ajustada, ex-Receita de Construção (%)</i>	1,6%	7,0%	

*IFRS + Ativos e Passivos Regulatórios - Itens Não-Recorrentes.

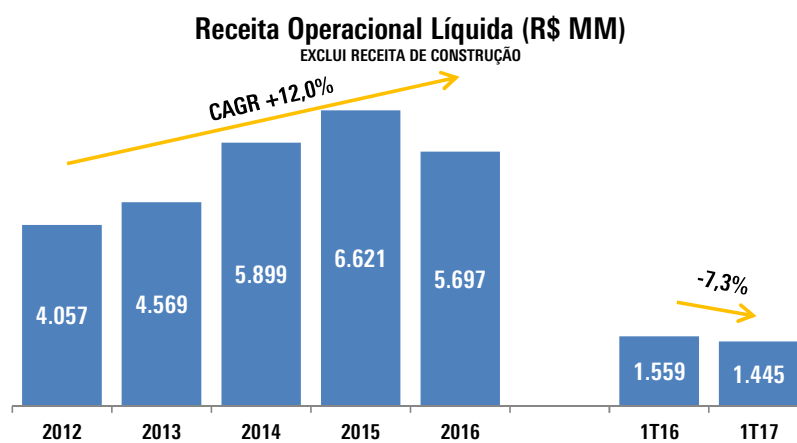
Receita Operacional Bruta – ROB
Consolidado | Receita Operacional Bruta

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Composição da Receita Bruta por Segmento	2.974,6	2.626,8	-11,7%
Celesc Distribuição	2.949,9	2.591,8	-12,1%
Celesc Geração	25,3	36,3	43,3%
Eliminações da Consolidação	(0,6)	(1,3)	130,5%

A Receita Operacional Bruta Consolidada é composta majoritariamente pela receita advinda da atividade de distribuição de energia elétrica, sendo que no primeiro trimestre de 2017 a CELESC Distribuição S.A. respondeu por 98,7% da receita do Grupo Celesc. A ROB totalizou R\$2.626,8 milhões no trimestre, redução de 11,7% se comparado ao primeiro trimestre de 2016, tendo a CELESC Distribuição participado com R\$2.591,8 milhões e a CELESC Geração R\$36,3 milhões.

Receita Operacional Líquida Consolidada

Apresentamos na sequência a evolução nos últimos cinco anos da ROL, sem os efeitos da receita de construção (que foi de R\$94 milhões no 1T17). Destaca-se a relevante média anual de crescimento de 12,0%, sendo que no primeiro trimestre de 2017 houve redução de 6,3%, registrando R\$1.539,2 milhões, quando comparada ao primeiro trimestre de 2016 que foi de R\$1.643,4 milhões. Desconsiderando os efeitos da receita de construção sobre a ROL, a receita operacional líquida somou R\$1.445,2 milhões, valor 7,3% inferior ao registrado no 1T16, quando assinalou R\$1.559,1 milhões.


Custos e Despesas Operacionais Consolidados
Consolidado | Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.600,0)	(1.381,3)	-13,7%
Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis	(1.239,0)	(1.018,0)	-17,8%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.239,0)	(1.018,0)	-17,8%
PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis	(207,2)	(185,4)	-10,5%
Pessoal e Administradores	(147,1)	(158,6)	7,9%
Material	(4,7)	(3,4)	-27,2%
Serviços de Terceiros	(43,4)	(43,5)	0,4%
Outras Receitas / Despesas	(12,1)	20,1	-266,3%
Provisões, líquidas	(8,5)	(30,4)	259,2%
Depreciação / Amortização	(61,1)	(53,5)	-12,4%
Custo de Construção	(84,3)	(94,0)	11,5%

Os custos e despesas operacionais totais da Celesc somaram R\$1.381,3 milhões, redução de 13,7% (-R\$218,7 milhões) quando comparado ao primeiro trimestre de 2016. Essa redução ocorreu devida, principalmente, pela redução de 17,8% (-R\$221,0 milhões) nos custos com energia (despesas não gerenciáveis) e 10,5% (+R\$21,8 milhões) nas despesas de PMSO (despesas gerenciáveis).

As despesas com PMSO registraram, no trimestre, R\$185,4 milhões (R\$173,8 milhões Celesc D, R\$5,8 milhões Celesc G, R\$5,8 milhões Celesc Holding) redução de 10,5% (+R\$21,8) decorrente: (i) Aumento de 7,9% (+R\$11,6 milhões) na rubrica Pessoal e Administradores; (ii) Ampliação de 0,4% (+R\$0,2 milhões) em Serviços de Terceiros; e (iii) Redução de 266,3% (-R\$32,2 milhões) milhões na rubrica Outras Despesas, destaca-se o reconhecimento de R\$7,3 milhões correspondente a ganhos com desativação de bens e R\$14,7 milhões referente a alugueis de poste na subsidiária Celesc Distribuição.

A expansão nas despesas com pessoal (+R\$11,6 milhões), conforme especificada acima, pode ser decomposta entre as rubricas: (i) Pessoal e Administradores, que apresentaram acréscimo de 4,0% (R\$5,5 milhões) no trimestre, e (ii) Despesa Atuarial, que apresentou aumento de 57,5% (+R\$6,1 milhões). A tabela a seguir apresenta a despesa total com Pessoal em termos consolidados:

Consolidado | Despesas com Pessoal

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Pessoal - Total	(147,1)	(158,6)	7,9%
Pessoal e Administradores	(136,5)	(141,9)	4,0%
Pessoal e Encargos	(129,5)	(134,8)	4,1%
Previdência Privada	(6,9)	(7,1)	2,7%
Despesa Atuarial	(10,6)	(16,7)	57,5%

Resultado de Equivalência Patrimonial

As participações na Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e na Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE deixaram de ser consolidadas proporcionalmente a partir do 1T13, passando a ser contabilizadas pelo método da Equivalência Patrimonial, conforme preconiza os CPCs 18 e 19. O quadro abaixo apresenta o reflexo no Resultado Consolidado do Grupo Celesc referente aos resultados da SCGÁS, ECTE, Dona Francisca Energética - DFESA e das SPEs na qual a Celesc Geração detém participação minoritária, comentadas anteriormente. As principais informações quanto às variações apresentadas podem ser consultadas nos tópicos específicos demonstrados anteriormente.

Consolidado | Equivalência Patrimonial

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
SCGÁS (17%)	6,7	(2,1)	131,0%
ECTE (30,9%)	4,2	3,0	-29,3%
DFESA (23%)	2,7	2,2	-18,4%
SPEs - Celesc Geração	0,0	0,6	-1808,8%
Resultado da Equivalência Patrimonial	13,6	3,7	-72,9%

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA (IFRS) Consolidado totalizou R\$214,5 milhões no primeiro trimestre de 2017, (margem EBITDA de 14,8%), acréscimo de 81,6%, refletindo principalmente os resultados da distribuidora do Grupo (EBITDA de R\$196,7 milhões – CELESC D). O aumento decorreu basicamente da redução de 17,8% (-R\$221 milhões) nos custos e despesas operacionais e aumento do PLD que influencia o resultado da subsidiária Celesc Geração. EBITDA Ajustado foi similar ao EBITDA IFRS devido não terem ocorrido efeitos não recorrentes no primeiro trimestre de 2017.

A tabela abaixo apresenta a conciliação do EBITDA apurado (ICVM nº 527/12) e o EBITDA Ajustado⁷, que considera os fatores não recorrentes que influenciaram o resultado da Companhia.

⁷ Maior detalhamento dos ajustes nas seções das respectivas subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração.

EBITDA Consolidado IFRS - Não-Recorrentes

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Lucro/ Prejuízo Líquido	26,0	101,7	291,7%
(+) IR e CSLL	(10,6)	(63,9)	-500,9%
(+) Resultado Financeiro	(20,4)	4,6	122,6%
(+) Depreciação e Amortização	(61,1)	(53,5)	-12,4%
EBITDA	118,1	214,5	81,6%
(-) Celesc Distribuição Efeitos Não-Recorrentes	0,0	0,0	
(-) Celesc Geração Teste Impairment PCHs	1,9	0,0	
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	116,2	214,5	84,6%
<i>Margem EBITDA IFRS, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>7,6%</i>	<i>14,8%</i>	
<i>Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>7,5%</i>	<i>14,8%</i>	

Resultado Financeiro

A Celesc apresentou resultado financeiro líquido consolidado (Celesc D, Celesc G e Celesc Holding) de R\$4,6 milhões, valor 122,6% (+R\$25,1 milhões) superior ao registrado no primeiro trimestre de 2016 quando performou resultado negativo de R\$20,4 milhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, da subsidiária CELESC D que apresentou resultado positivo de R\$6,6 milhões.

As Receitas Financeiras somaram R\$68,8 milhões, queda de 13,8% em relação aos R\$79,8 milhões registrados no primeiro trimestre de 2016, destaques para variação monetária oscilando negativamente em 47,9% (-R\$9,4 milhões) e juros e acréscimos moratórios com alteração positiva de 12,0% (+R\$3,1 milhões) decorrente do aumento do faturamento e da inadimplência de curto prazo. Desconsiderando o efeito da reclassificação da receita com VNR (R\$5,1 milhões) as receitas financeiras teriam encerrado o primeiro trimestre de 2017 (R\$68,8 milhões) 7,9% abaixo do realizado em 2016, quando realizou R\$74,7 milhões.

As Despesas Financeiras foram de R\$64,1 milhões no trimestre, queda de 36,0% (-R\$36,1 milhões) em relação ao período comparativo, decorrente: (i) Retração de 49,8% (-R\$21,2 milhões) nos encargos com dívidas, resultado da redução do estoque da dívida na subsidiária Celesc Distribuição; (ii) Decréscimo de 29,0% nos juros e custos com debentures, oriundo da redução da dívida em debentures (liquidação de parte da dívida em setembro de 2016) na subsidiária Celesc Distribuição; (iii) Diminuição de 95,9% (-R\$11,4 milhões) em variação monetária, e por fim (iv) R\$15,8 milhões de ajuste e atualização do saldo da CVA existente em 31 de março de 2017.

Consolidado | Demonstrativo do Resultado Financeiro

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Receitas Financeiras	79,8	68,8	-13,8%
Renda de Aplicações Financeiras	23,6	25,6	8,6%
Variações Monetárias	19,6	10,2	-47,9%
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Faturas	25,8	29,0	12,0%
Incentivo Financeiro Fundo Social	0,0	1,2	
Atualização Monetária sobre Ativo Regulatório	4,5	4,4	-1,8%
Rendas de Dividendos	0,0	1,3	
Receita Financeira - VNR	5,1	0,0	-100,0%
Outras Receitas Financeiras	1,2	(2,9)	-345,6%
Despesas Financeiras	(100,2)	(64,1)	-36,0%
Encargos de Dívidas	(42,5)	(21,3)	-49,8%
Variações Monetárias	(11,9)	(0,5)	-95,9%
Atualização Passivo Financeiro	0,0	(15,8)	
Atualização P&D e Eficiência Energética	(7,1)	(7,0)	-1,4%
Juros e custos sobre Debêntures	(22,2)	(15,7)	-29,0%
Despesa Financeira - VNR	(9,7)	0,0	-100,0%
Outras Despesas Financeiras	(6,8)	(3,7)	-45,3%
Resultado Financeiro Líquido	(20,4)	4,6	122,6%

** Receita de VNR foi reclassificada na Receita Bruta como item de Outras Receitas a partir do 4T16.

Lucro Líquido Consolidado

A Celesc registrou lucro Líquido Consolidado (IFRS) de R\$101,7 milhões no primeiro trimestre de 2017, expansão de 291,7% (+R\$ 76 milhões) na comparação com primeiro trimestre de 2016, quando registrou R\$26,0 milhões, representado Margem Líquida de 7,0%. A elevação do lucro decorreu dos mesmos motivos elencados na análise do EBITDA no tópico 4.1 deste release e também do resultado financeiro positivo de R\$4,6 milhões.

Não tivemos itens não recorrente no período, por isso, o Lucro ajustado foi similar ao lucro IFRS conforme detalha tabela abaixo.

LUCRO LÍQUIDO Consolidado IFRS - Não-Recorrentes

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Lucro/Prejuízo Líquido - Reportado IFRS	26,0	101,7	291,7%
(-) Celesc Distribuição Efeitos Não-Recorrentes	0,0	0,0	
(-) Celesc Geração Teste Impairment PCHs	1,2	0,0	
(=) Lucro Líquido Ajustado	24,7	101,7	311,4%
<i>Margem Líquida sem Ajustes (IFRS)</i>	<i>1,7%</i>	<i>7,0%</i>	
<i>Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>1,6%</i>	<i>7,0%</i>	

Endividamento

O Grupo Celesc encerrou 31 de março de 2017 com Dívida Bruta Consolidada de R\$747,5 milhões, o equivalente a 0,1x seu Patrimônio Líquido. As disponibilidades somavam R\$1.019,5 milhões em 31 de março de 2017, resultando em uma Dívida Financeira Líquida negativa (efeito caixa) da ordem de R\$272,0 milhões, aumento de 109,7% em relação aos R\$129,7 milhões apurados no fechamento de 2016.

Consolidado | Endividamento

Dívida Financeira 1T17			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2016	em 31 de Março de 2017	Δ
Dívida de Curto Prazo	310,2	310,7	0,2%
Dívida Longo Prazo	477,6	436,8	-8,5%
Dívida Financeira Total	787,8	747,5	-5,1%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	917,5	1.019,5	11,1%
Dívida Financeira Líquida	(129,7)	(272,0)	109,7%
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	-0,4x	-0,6x	
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	-0,3x	-0,4x	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	-0,1x	-0,1x	

Ao realizarmos o mesmo ajuste efetuado na subsidiária Celesc Distribuição, referente ao controverso junto a Eletrobrás (CDE vs Subsídios), o caixa consolidado ajustado no final do período seria negativo em R\$3,3 milhões, performando dívida financeira líquida de R\$750,8 milhões.

Considerando as Obrigações com Pensão, que somam R\$861,7 milhões em 31 de março 2017 e Outros Benefícios a Empregados (Plano de Saúde, PDVs, outros) no valor de R\$673,0 milhões, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia soma R\$907,4 milhões, o que representa 2,1x o EBITDA 12M e 0,4x o Patrimônio Líquido da empresa em 31 de março de 2017, conforme quadro abaixo:

Consolidado | Endividamento + Passivo Atuarial

Dívida Financeira + Benefícios Pós-Emprego 1T17			
R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2016	em 31 de Março de 2017	Δ
Dívida de Curto Prazo	310,2	310,7	0,2%
Dívida Longo Prazo	477,6	436,8	-8,5%
Dívida Financeira Total	787,8	747,5	-5,1%
(+) Passivo Atuarial Líquido	1.198,0	1.179,4	-1,6%
Obrigações com Pensão	870,3	861,7	-1,0%
Outros benefícios a empregados	688,9	673,0	-2,3%
(-) IR/CSLL diferidos ¹	361,2	355,3	-1,6%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	917,5	1.019,5	11,1%
Dívida Líquida Ajustada	1.068,3	907,4	-15,1%
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA 12M	3,2x	2,1x	
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA Ajust. 12M	2,1x	1,5x	
Dívida Total Ajust./ Patrimônio Líquido	1,0x	0,9x	
Dívida Líquida Ajust. / Patrimônio Líquido	0,5x	0,4x	

¹ ITR 1T17, Nota Explicativa 18.a

Ratings da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC

Moody's em fevereiro de 2017 atribuiu ratings de emissor B1 em escala global e Baa1.br em escala nacional à controladora do Grupo Celesc.

Investimentos do Grupo

No primeiro trimestre de 2017, o volume de investimentos do Grupo Celesc foi de R\$104,3 milhões, 9,9% superior aos investimentos realizados no primeiro trimestre de 2016. A subsidiária de distribuição foi responsável pela maior parcela dos investimentos realizados no trimestre (R\$100,1 milhões) o que representa 96,0% do CAPEX total realizado pela Companhia no período. A tabela abaixo apresenta os valores investidos no primeiro trimestre de 2017 comparativo do mesmo período de 2016:

Grupo Celesc | Investimentos Realizados no Período

R\$ Milhões	1º Trimestre		
	2016	2017	Δ
Geração de Energia Elétrica	0,5	4,2	831,0%
Distribuição de Energia Elétrica	94,5	100,1	6,0%
Total	94,9	104,3	9,9%

5 – Desempenho no Mercado de Capitais

As ações da Celesc são negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos CLSC3 (ações ordinárias – ON) e CLSC4 (ações preferenciais – PN). Desde que adentrou ao Nível 2 de Governança Corporativa em 2002, a companhia passou a integrar o IGC e o ITAG, índices compostos por empresas que oferecem transparência e proteção aos acionistas minoritários. A Companhia possui uma pequena parcela de ADRs Nível I negociadas no mercado de balcão norte-americano (OTC), sob o código CEDWY.

O principal índice da Bolsa de Valores brasileira, o Ibovespa, apresentou retorno positivo de 7,9% no trimestre 29,83% nos últimos doze meses. O Índice de Energia Elétrica - IEE, que mede o comportamento das principais ações do setor elétrico apresentou valorização positiva de 10,7% no trimestre e 43,48% nos últimos doze meses. Diante desse cenário, as Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram desempenho positivo com valorização de 15,1% no trimestre e 54,83% no acumulado do ano.

Acompanhamento CLSC4	1T16	2T16	3T16	4T16	1T17
Cotação de fechamento ajustado a proventos (R\$/ação)	12,80	13,20	13,98	15,89	18,29
Preço / Lucro	4,9x	23,6x	57,1x	53,8x	56,4x
Preço / Valor Patrimonial	0,2x	0,2x	0,3x	0,3x	0,3x
Volume médio negociado (Mil ações)	21	17	13	9	13
Volume médio negociado (R\$ Mil)	223	212	190	188	243
Valor de Mercado (R\$ Milhões)	494	692	539	613	779
Valor de Mercado (US\$ Milhões)	138,7	206,5	166,1	188	247
Rentabilidade (%)	28,13	11,74	5,91	13,66	15,1
Rentabilidade nos últimos 12 meses (%)	-16,83	-1,16	30,02	72,35	54,83
Rentabilidade Ibovespa (%)	15,47	2,94	13,28	3,19	7,9
Rentabilidade Ibovespa últimos 12 meses (%)	-2,14	-2,93	29,53	38,94	29,83
Rentabilidade IEE (%)	12,32	10,51	17,93	-0,55	10,7
Rentabilidade IEE últimos 12 meses (%)	1,29	1,76	40,86	45,58	43,48

Fonte: Economática

O gráfico abaixo apresenta desempenho da CLSC4 comparativamente ao Ibovespa e IEE no período de maio de 2013 a março de 2017.

CLSC4 - IBOV - IEE - EVOLUÇÃO MAIO/2013 a MARÇO/2017



ANEXOS
CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em R\$ Mil

Ativo	31/12/2016	31/03/2017	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2016	31/03/2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	917.464	1.019.483	Fornecedores	625.100	582.317
Ativo indenizatório - concessão			Empréstimos	202.996	193.620
Contas a receber	1.270.105	1.463.494	Debêntures	107.156	117.070
Estoques	10.006	8.534	Salários e Encargos Sociais	141.954	135.372
Tributos a recuperar ou compensar	121.761	193.407	Tributos e contribuições sociais	158.516	223.821
Dividendos	7.959	23.158	Dividendos Propostos	1.736	1.736
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA	28.242	28.981	Taxas Regulamentares	2.298.120	2.489.765
Outros Créditos	1.410.002	1.548.589	Partes Relacionadas	17.016	10.694
			Obrigações com benefícios a empregados	162.312	163.590
			Outros Passivos	49.256	56.239
			Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA	308.561	454.986
	3.765.539	4.285.646		4.072.723	4.429.210
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber	31.497	29.258	Empréstimos	130.035	88.703
Partes relacionadas	6.472	6.564	Debêntures	347.604	348.101
Aplicações Financeiras	137.478	137.478	Taxas Regulamentares	215.482	230.108
Ativo indenizatório - concessão	346.620	318.836	Tributos diferidos	7.859	8.704
Tributos a recuperar ou compensar	17.985	21.353	Obrigações com benefício a empregados	1.396.913	1.371.158
Tributos diferidos	514.870	477.340	Provisão para Contingências	281.722	307.212
Depósitos Judiciais	124.336	147.948	Outros Passivos	2.475	2.476
Outros Créditos	5.317	5.292	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	98.059	184.086
Investimentos	227.554	215.384		2.480.149	2.540.548
Intangível	3.058.978	3.109.079		6.552.872	6.969.758
Imobilizado	158.495	157.529			
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA	233.574	235.550	Patrimônio líquido		
	4.863.176	4.861.611	Capital	1.340.000	1.340.000
			Reservas de capital	316	316
			Lucros/Prejuízos Acumulados	-	103.098
			Outras reservas	1.133.602	1.133.602
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	(398.075)	(399.517)
				2.075.843	2.177.499
Total do ativo	8.628.715	9.147.257	Total do passivo e patrimônio líquido	8.628.715	9.147.257

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - CONSOLIDADO			
	1T16	1T17	Em R\$ Mil Var %
Receita Operacional Bruta	2.974.574	2.626.787	-11,7%
Fornecimento de Energia Elétrica	2.557.715	2.317.581	-9,4%
Suprimento de Energia Elétrica	67.624	81.176	20,0%
Ativo Regulatório	(191.309)	(209.217)	-9,4%
Energia de Curto Prazo	165.933	34.019	-79,5%
Disponibilização de Rede Elétrica	132.016	159.238	20,6%
Doações e Subvenções	155.897	135.907	-12,8%
Renda de Prestação de Serviços	251	521	107,6%
Serviço Taxado	2.165	2.875	32,8%
Receita Financeira	-	9.953	
Outras Receitas		753	
Receita de Construção	84.282	93.981	11,5%
Deduções da Receita Operacional	(1.331.201)	(1.087.584)	-18,3%
ICMS	(578.520)	(531.774)	-8,1%
PIS/COFINS	(252.925)	(232.993)	-7,9%
RGR	(151)	-	-100,0%
CDE	(346.618)	(295.056)	-14,9%
P&D	(7.760)	(7.246)	-6,6%
PEE	(7.685)	(7.065)	-8,1%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1.591)	(1.722)	8,2%
Outros Encargos	(135.951)	(11.728)	-91,4%
Receita Operacional Líquida	1.643.373	1.539.203	-6,3%
Custos e Despesas Operacionais	(1.600.021)	(1.381.303)	-13,7%
Energia comprada p/ revenda e encargos	(1.238.977)	(1.018.006)	-17,8%
Pessoal, Administradores	(136.453)	(141.923)	4,0%
Despesa Atuarial	(10.601)	(16.695)	57,5%
Material	(4.682)	(3.409)	-27,2%
Serviço de Terceiros	(43.376)	(43.528)	0,4%
Depreciação / Amortização	(61.103)	(53.505)	-12,4%
Provisão de PCLD	(10.466)	(9.207)	-12,0%
Reversão de Provisão de PCLD	2.214	4.334	95,8%
Provisão de Outros	(8.831)	(28.485)	222,6%
Reversão de Provisão de Outros	8.630	2.994	-65,3%
Outras Receitas / Despesas	(12.094)	20.108	266,3%
Custo de Construção	(84.282)	(93.981)	11,5%
Resultado Equivalência Patrimonial	13.640	3.062	-77,6%
Resultado das atividades - EBIT	56.992	160.962	182,4%
Margem das atividades (%)	3,5%	10,5%	
EBITDA (R\$ mil)	118.095	214.467	81,6%
Margem EBITDA (%)	7,2%	13,9%	
Resultado Financeiro	(20.401)	4.617	122,6%
Receita Financeira	79.820	68.757	-13,9%
Despesa Financeira	(100.221)	(64.140)	-36,0%
LAIR	36.591	165.579	352,5%
IR e CSLL	(97.861)	(25.548)	-73,9%
IR e CSLL Diferido	87.224	(38.375)	-144,0%
Lucro Líquido	25.954	101.656	291,7%
Margem Líquida (%)	1,6%	6,6%	

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - CONSOLIDADO		Em R\$ Mil
	12M16	3M17
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.553)	165.579
Ajustes	496.568	191.747
Depreciação e Amortização	235.576	53.505
Baixa de Ativo Indenizatório	834	465
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	39.679	12.188
Resultado da Equivalência Patrimonial	(40.423)	(3.062)
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(7.730)	(753)
Reversão de provisão para perdas no imobilizado em controladas	(11.780)	-
Impairment Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Juros e Variações Monetárias	222.569	37.362
Atualização Monetária Bonificação Outorga	(39.123)	(9.953)
Outros Ajustes de Investimentos	60	-
Provisão para Passivo Atuarial	71.580	71.580
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	51.789	4.873
Contingências	(20.105)	25.490
Provisão/Reversão para perdas de ativos	(6.358)	52
Variações nos Ativos e Passivos	437.650	(712)
Contas a Receber	137.411	(196.023)
Estoques	(107.221)	1.472
Tributos a recuperar	603.216	(75.014)
Outros Ativos	34.152	23.855
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(634.413)	(131.103)
Ativos Financeiro	36.537	145.254
Depósitos Judiciais	(1.970)	(23.612)
Fornecedores	10.820	(42.783)
Salários e Encargos Sociais	(309.957)	(6.582)
Tributos a Pagar	843.412	110.345
Taxas Regulamentares	31.453	206.518
Passivos Financeiro	(9.633)	94.436
Outros Passivos	(9.633)	662
Passivo Atuarial	(186.524)	(108.137)
Caixa Proveniente das Operações	907.665	356.614
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(158.045)	(70.588)
Juros Pagos	(158.045)	(15.317)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	591.575	270.709
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(357.838)	(118.336)
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(375.155)	(118.002)
Aumento de capital	(5.103)	(1.896)
Redução capital social investidas	11.210	-
Dividendos Recebidos	11.210	1.562
Redução Investimentos	-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	(103.055)	(50.354)
Partes Relacionadas	(219.373)	-
Amortização de Empréstimos	11.106	(50.354)
Pagamento de custo de captação de debêntures	-	-
Pagamento de juros de debêntures	-	-
Ingressos de Empréstimos	11.106	-
Ingressos de debêntures	151.850	-
Pagamento debêntures	(28.872)	-
Resgate Fundo de Investimento - FIDC	-	-
Dividendos Pagos	(28.872)	-
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	157.235	102.019
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	922.047	917.464
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	917.464	1.019.483

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ Mil

Ativo	31/12/2016	31/03/2017	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2016	31/03/2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	880.887	978.211	Fornecedores	617.775	574.967
Contas a receber	1.233.453	1.426.906	Empréstimos	202.996	193.620
Ativo indenizatório - concessão	-	-	Debêntures	105.243	115.357
Estoques	9.834	8.370	Salários e Encargos Sociais	141.043	134.547
Tributos a recuperar ou compensar	118.866	189.478	Tributos e contribuições sociais	154.686	217.817
Subsídio Dec. nº 7.891/13	1.229.741	1.360.844	Dividendos Propostos	-	-
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA	156.637	101.533	Taxas Regulamentares	2.297.196	2.489.101
Outros Créditos	182.321	190.069	Partes relacionadas	17.016	10.694
			Obrigações com benefícios a empregados	162.259	163.557
			Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA	465.198	556.519
			Outros Passivos	48.789	55.800
	3.811.739	4.255.411		4.212.201	4.511.979
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber	31.497	29.258	Empréstimos	130.035	88.703
Ativo indenizatório - concessão	346.620	318.836	Debêntures	199.498	199.589
Tributos a recuperar ou compensar	17.751	20.784	Tributos e contribuições diferidos	226.524	134.239
Tributos diferidos	741.394	611.579	Taxas Regulamentares	213.787	228.357
Depósitos Judiciais	106.930	130.578	Partes Relacionadas	40.227	41.895
Ativo financeiro - "Parcela A" - CVA	111.281	28.369	Obrigações com benefício a empregados	1.396.913	1.371.158
Outros Créditos	2.896	2.871	Provisão para Contingências	274.266	297.570
Intangível	3.046.954	3.097.722	Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA	209.340	212.455
			Outros Passivos	2.475	2.476
	4.405.323	4.239.997		2.693.065	2.576.442
				6.905.266	7.088.421
			Patrimônio líquido		
			Capital	1.053.590	1.053.590
			Lucros/Prejuízos Acumulados	-	95.191
			Outras reservas	678.644	678.644
			Ajuste de avaliação patrimonial	(420.438)	(420.438)
				1.311.796	1.406.987
Total do ativo	8.217.062	8.495.408	Total do passivo e patrimônio líquido	8.217.062	8.495.408

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	1T16	1T17	Var %
Em R\$ Mil			
Receita Operacional Bruta	2.949.895	2.591.844	-12,1%
Fornecimento de Energia Elétrica	2.549.374	2.310.909	-9,4%
Suprimento de Energia Elétrica	50.703	62.283	22,8%
Ativo Regulatório	(191.309)	(209.217)	9,4%
Energia de Curto Prazo	165.933	34.019	-79,5%
Disponibilização de Rede Elétrica	132.599	159.813	20,5%
Doações e Subvenções	155.897	135.907	-12,8%
Renda de Prestação de Serviços	251	521	107,6%
Serviço Taxado	2.165	2.875	32,8%
Outras Receitas	-	753	
Receita de Construção	84.282	93.981	11,5%
Deduções da Receita Operacional	(1.328.516)	(1.084.144)	-18,4%
ICMS	(578.520)	(531.774)	-8,1%
PIS/COFINS	(250.983)	(230.045)	-8,3%
CDE	(346.618)	(295.056)	-14,9%
P&D	(7.685)	(7.065)	-8,1%
PEE	(7.685)	(7.065)	-8,1%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1.524)	(1.631)	7,0%
Outros Encargos	(135.501)	(11.508)	
Receita Operacional Líquida	1.621.379	1.507.700	-7,0%
Custos com Energia Elétrica	(1.235.192)	(1.014.971)	-17,8%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.070.576)	(875.729)	-18,2%
Encargo do Uso do Sistema de Transmissão	(123.531)	(102.531)	-17,0%
PROINFA	(41.085)	(36.711)	-10,6%
Custos e Despesas Operacionais	(342.144)	(345.371)	0,9%
Pessoal e Administradores	(128.914)	(133.181)	3,3%
Despesa Atuarial	(10.601)	(16.695)	57,5%
Material	(4.540)	(3.345)	-26,3%
Serviço de Terceiros	(41.592)	(41.330)	-0,6%
Depreciação / Amortização	(49.944)	(49.376)	-1,1%
Provisão de PCLD	(10.466)	(9.207)	-12,0%
Reversão de Provisão de PCLD	2.215	4.334	95,7%
Provisão de Outros	(8.831)	(26.299)	197,8%
Reversão de Provisão de Outros	6.742	2.994	-55,6%
Outras Receitas / Despesas	(11.931)	20.715	273,6%
Custo de Construção	(84.282)	(93.981)	11,5%
Resultado das atividades - EBIT	44.043	147.358	234,6%
Margem das atividades (%)	2,7%	9,8%	
EBITDA	93.987	196.734	109,3%
Margem EBITDA (%)	5,8%	13,0%	
Resultado Financeiro	(17.805)	6.627	137,2%
Receita Financeira	77.151	66.335	-14,0%
Despesa Financeira	(94.956)	(59.708)	-37,1%
LAIR	26.238	153.985	486,9%
IR e CSLL	(95.675)	(21.264)	-77,8%
IR e CSLL Diferido	86.056	(37.530)	
Lucro Líquido	16.619	95.191	472,8%
Margem Líquida (%)	1,0%	6,3%	

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)		Em R\$ Mil
	12M16	3M17
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(83.204)	153.985
Itens que não afetam o caixa:	556.093	177.431
Amortização	197.216	49.376
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(7.730)	(753)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	41.206	4.873
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(20.196)	23.304
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	232.258	40.000
Custo Debêntures	1.513	91
Provisão para Plano de Benefícios Pós-Emprego	71.580	16.695
Baixa de ativos	40.246	43.845
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	402.291	(292.726)
Contas a Receber de Clientes	147.627	(196.087)
Estoques	(1.996)	1.464
Tributos a Recuperar	34.214	(73.645)
Depósitos Judiciais	36.981	(23.648)
Recursos CDE / Conta no Ambiente de Contratação Regulada	-	-
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(567.505)	(131.103)
Ativos Financeiros	820.526	138.016
Outros Créditos	(67.556)	(7.723)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	467.841	301.281
Fornecedores	(105.681)	(42.808)
Salários e Encargos Sociais	10.620	(6.496)
Tributos e Contribuições Sociais	(89.796)	109.208
Taxas Regulamentares	812.229	199.483
Previdência Privada	(1.327)	(6.322)
Passivo Atuarial	(186.544)	(53.232)
Passivos Financeiros	31.453	94.436
Outros Passivos	(3.113)	7.012
Caixa Proveniente das Operações	1.343.021	339.971
Juros Pagos	(139.022)	(9.500)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(197.896)	(67.341)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	1.006.103	263.130
Atividades de Investimento	(371.102)	(115.452)
Aquisição de Bens da Concessão	(371.102)	(115.452)
Atividades de Financiamento	(488.353)	(50.354)
Ingressos de Recursos	16.204	-
Ingressos de Partes Relacionadas	38.000	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(519.373)	(50.354)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP	(23.184)	-
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	146.648	97.324
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	734.239	880.887
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	880.887	978.211

CELESC GERAÇÃO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ Mil

Ativo	31/12/2016	31/03/2017	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2016	31/03/2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	18.591	25.689	Fornecedores	7.498	7.497
Contas a receber	36.868	36.801	Tributos e contribuições sociais	3.453	5.913
Estoques	172	164	Dividendos Propostos	5.971	5.971
Tributos a recuperar ou compensar	82	1.540	Taxas Regulamentares	924	664
Outros Créditos	239	161	Debêntures	1.913	1.713
Ativo Financeiro	28.242	28.981	Partes relacionadas	-	-
	-	-	Outros Passivos	1.516	1.572
	84.194	93.336		21.275	23.330
Não circulante			Não circulante		
Partes relacionadas	40.715	42.383	Tributos Diferidos, Líquidos	26.652	29.294
Tributos a recuperar e/ou diferidos	19.027	21.159	Taxas Regulamentares	1.695	1.751
Depósitos Judiciais	149	158	Provisão para Contingências	939	999
Investimentos	44.811	46.593	Debêntures	148.106	148.512
Intangível	5.069	4.528			
Imobilizado	158.449	157.484		177.392	180.556
Ativo Financeiro	233.574	235.550			
Outros Créditos	2.421	2.421			
	504.215	510.276	Total Passivo	198.667	203.886
			Patrimônio líquido		
			Capital Social	250.000	250.000
			Lucros/Prejuízos Acumulados	-	11.426
			Outras reservas	117.379	117.379
			Ajuste de avaliação patrimonial	22.363	20.921
				389.742	399.726
Total do ativo	588.409	603.612	Total do passivo e patrimônio líquido	588.409	603.612

CELESC GERAÇÃO S.A.			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	1T16	1T17	Var %
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	25.303	36.267	43,3%
Fornecimento de Energia Elétrica	8.341	6.672	-20,0%
Suprimento de Energia Elétrica	7.577	15.480	104,3%
Energia de Curto Prazo	9.385	4.162	-55,7%
Receita Financeira - Juros e Atualização BO	-	9.953	
Deduções da Receita Operacional (R\$ mil)	(2.685)	(3.440)	28,1%
ICMS	-	-	
PIS/COFINS	(1.942)	(2.948)	51,8%
Comp. Financ. p/ Utiliz. De Recursos Hídricos	(450)	(220)	-51,1%
RGR e P&D	(226)	(181)	-19,9%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(67)	(91)	35,8%
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	22.618	32.827	45,1%
Custos com Energia Elétrica (R\$ mil)	(4.409)	(4.359)	-1,1%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.826)	(3.784)	-1%
Encargos do Uso do Sistema	(583)	(575)	-1,4%
Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	(13.066)	(9.451)	-27,7%
Pessoal, Administradores	(3.128)	(3.671)	17,4%
Material	(142)	(64)	-54,9%
Serviço de Terceiros	(1.311)	(1.832)	39,7%
Depreciação / Amortização	(10.665)	(3.635)	-65,9%
Provisões, líquidas	-	(60)	
Outras Receitas / Despesas	293	(189)	-164,5%
Provisão / Reversão Teste Impairment, líquidas	1.887	-	-100,0%
Resultado Equivalência Patrimonial (R\$ mil)	34	11	-67,6%
Resultado das Atividades - EBIT (R\$ mil)	5.177	19.028	267,5%
Margem das atividades (%)	22,9%	58,0%	
EBITDA (R\$ mil)	15.842	22.663	43,1%
Margem EBITDA (%)	70,0%	69,0%	
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(3.341)	(3.915)	17,2%
Receita Financeira	1.924	2.176	13,1%
Despesa Financeira	(5.265)	(6.091)	15,7%
LAIR (R\$ mil)	1.836	15.113	723,1%
IR e CSLL	(2.186)	(4.284)	
IR e CSLL Diferido	1.168	(845)	
Lucro Líquido (R\$ mil)	818	9.984	1120,5%
Margem Líquida (%)	3,6%	30,4%	

CELESC GERAÇÃO S.A.		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)		Em R\$ Mil
	12M16	3M17
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição	39.081	15.113
Ajustes	49.531	8.213
Depreciação	36.384	3.635
Ganho ou perda na alienação de ativo imobilizado	267	174
Equivalência Patrimonial	301	(11)
Ganhos/perdas com Participações Societárias	60	
Provisões para Contingências	11	60
Reversão/Provisão para Perdas Ativo Imobilizado	(11.780)	
Realização de Provisão para Perdas	(6.358)	
Variações Monetárias	22.290	6.023
Receita Financeira Mútuo	(2.227)	(1.668)
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	10.583	
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(273.842)	(3.048)
Contas a Receber de Clientes	(10.231)	67
Tributos a Compensar ou Recuperar	(1.948)	(477)
Estoques	26	8
Depósitos Judiciais	(36)	(9)
Ativo Financeiro	(217.310)	7.238
Ativo Financeiro Atualização	(44.506)	(9.953)
Outros Ativos	163	78
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	(4.355)	205
Fornecedores	(1.525)	(1)
Taxas Regulamentares	188	43
Tributos e Contribuições Sociais	(3.542)	107
Outros Passivos	524	56
Caixa Proveniente das Operações	(189.585)	20.483
Juros pagos e recebidos	(19.023)	(5.817)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(25.308)	(3.247)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(233.916)	11.419
Atividades de Financiamento	137.160	-
Ingressos de Debêntures	146.752	
Dividendos pagos e Juros sobre capital próprio - JCP	(9.592)	
Atividades de Investimento	(47.141)	(4.321)
Aquisição de Investimentos	(5.498)	(1.896)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.194)	(2.272)
Aquisição de Intangível	(2.699)	(278)
Partes Relacionadas - Contrato Mútuo	(38.000)	
Dividendos recebidos	250	125
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	(143.897)	7.098
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	162.573	18.591
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	18.676	25.689

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ Mil

Ativo	31/12/2016	31/03/2017	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2016	31/03/2017
Circulante			Circulante		
Caixa e Bancos	51	60	Fornecedores	53.682	56.734
Aplicações Financeira	100.589	54.012	Imposto e Taxas e Contribuições	6.543	2.766
Numerário em Trânsito	475	1.185	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.560	9.062
Fornecimento de Gás	36.801	35.922	IR e Contribuição Social	41.603	
Provisão Devedores Duvidosos	(3.034)	(3.510)	Participação nos Lucros	4.606	4.606
Tributos a Compensar	1.445	1.265	Dividendos Declarados	11.643	11.643
Estoque	1.975	1.917	Juros sobre Capital Próprio	15.948	15.948
Depósitos Judiciais	-	-	Financiamento - BNDS	398	3.965
Outros Créditos	911	574	Provisões Passivas	2.047	2.559
Pagamento Antecipado	1.669	3.026	Cauções em Garantia	19	19
			Adiantamento Clientes	293	347
	140.881	94.451		146.341	107.649
Não circulante			Não circulante		
Aplicação Financeira	2.237	2.294	Imposto Diferido	539	254
Crédito SOP/TOP	38.524	22.080	Financiamento - BNDS	27.059	23.493
Imposto a Recuperar	28.281	34.005	Fornecedores / G.N	-	
Deposito Judicial	1.074	1.123	Fornecedores de Materiais e Serviços	-	
Outros Devedores	100.627	103.046	Caução	513	521
Intangível em Serviço	173.751	168.783			
Intangível em Formação	17.453	21.408			
Almoxarifado Obras	7.556	8.220			
Investimentos	2	2			
Parcelamento Clientes	-	154			
				28.111	24.268
				174.452	131.917
	369.504	361.116	Patrimônio líquido		
			Capital Social	152.881	152.881
			Reserva Legal	30.118	30.118
			Reserva de Retenção de Lucro	37.087	37.087
			Reserva Estatutária	35.889	35.889
			Reserva Capital	0	0
			Lucros Acumulados	-	(12.284)
			Dividendos a disposição AGO	79.958	79.958
				335.933	323.649
Total do ativo	510.385	455.566	Total do passivo e patrimônio líquido	510.385	455.566

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	1T16	1T17	Em R\$ Mil Var %
Receita Operacional Bruta	207.833	140.246	-32,5%
Deduções da Receita Operacional	44.940	32.217	-28,3%
Receita Operacional Líquida	162.893	108.030	-33,7%
Custo Variável	65.543	131.862	101,2%
Custos Fixos	4.047	4.512	11,5%
Despesas com Vendas	2.180	2.606	19,5%
Despesas Administrativas	6.601	7.068	7,1%
Outras Despesas/Receitas Operacionais	19.877	(25.233)	-226,9%
Resultado Operacional	64.645	(12.786)	-119,8%
Depreciação e Amortização	5.958	6.996	17,4%
EBTIDA	67.108	(10.442)	-115,6%
Margem EBTIDA	41,20%	-9,67%	
Resultado Financeiro	1.232	1.172	-4,8%
Receita Financeira	1.706	2.122	24,4%
Despesas Financeiras	475	950	100,2%
LAIR (R\$ mil)	59.918	(18.610)	-131,1%
IR e CSLL	26.144	-	-100,0%
IR e CSLL Diferido	(5.914)	(6.327)	7,0%
Lucro Líquido	39.688	(12.284)	-131,0%
Margem Líquida (%)	24,4%	-11,4%	

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARIA - SCGÁS		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)		
	Em R\$ Mil	
	12M 16	3M 17
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	116.171	(12.284)
Ajustes	27.513	(24.291)
Depreciação e Amortização	28.760	7.370
Constituição de provisão para contingências passivas	230	512
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.109	476
Constituição de provisão de fornecedores	-	-
Constituição provisão Impairment	52.747	(26.750)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.067)	(6.326)
Atualização Ship/Take or Pay e Variação Cambial Transporte	(37.309)	427
Baixa de bens do intangível	44	-
	-	-
Variações nos Ativos e Passivos	(74.000)	(2.259)
Contas a receber de clientes	(14.452)	(1.693)
Tributos a recuperar	343	497
Estoques	(32)	58
Tributos e Valores Mobiliários	(235)	(57)
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	(27.865)	43.194
Outas contas do ativo	488	(1.069)
Fornecedores	(77.468)	2.625
Obrigações tributárias	(1.273)	(3.777)
Imposto de renda e contribuição social	41.227	(41.603)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.924	(497)
Cauções em garantia	342	63
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	69.684	(38.834)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(19.455)	(7.023)
Adições ao intangível	(19.455)	(7.023)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	2.990	-
Pagamento de dividendo e JSCP	(4.017)	-
Obtenção de Empréstimos	7.006	-
Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa	53.218	(45.857)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	47.896	101.114
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	101.114	55.257